

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
FACULDADE DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIODIVERSIDADE E
AGROECOSSISTEMAS AMAZÔNICOS**

KELLER REGINA SOARES

**AGRICULTURA FAMILIAR NA REGIÃO DO POLO SINDICAL
NASCENTES DAS ÁGUAS VALE DO GUAPORÉ E JAURU, NO
SUDOESTE DA AMAZÔNIA LEGAL**

Dissertação de Mestrado

**ALTA FLORESTA-MT
2016**

KELLER REGINA SOARES

Dissertação de Mestrado

**Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade em Agroecossistemas
Amazônicos-PPGBioAgro
2016**

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
FACULDADE DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIODIVERSIDADE E
AGROECOSSISTEMAS AMAZÔNICOS**

KELLER REGINA SOARES

**AGRICULTURA FAMILIAR NA REGIÃO DO POLO SINDICAL
NASCENTES DAS ÁGUAS VALE DO GUAPORÉ E JAURU, NO
SUDOESTE DA AMAZÔNIA LEGAL**

Dissertação apresentada à Universidade do Estado de Mato Grosso, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade e Agroecossistemas Amazônicos, para a obtenção do título de Mestre em Biodiversidade e Agroecossistemas Amazônicos.

Orientador: Prof. Dr. Santino Seabra Junior
Co-Orientadora: Prof. Dr. Ronaldo José Neves

**ALTA FLORESTA-MT
2016**

AUTORIZO A DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO, CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Faculdade de Ciências Biológicas e Agrárias

_____ SOARES, Keller Regina

Agricultura familiar na região do polo sindical Nascentes das águas Vale do Guaporé e Jauru, no sudoeste da Amazônia Legal. / Keller Regina Soares. – Alta Floresta - MT, 2016.

100 f.: il.

Dissertação (Mestrado em Biodiversidade e Agroecossistemas Amazônicos) – Universidade do Estado de Mato Grosso, Faculdade de Ciências Biológicas e Agrárias.

Orientação: Dr. Santino Seabra Junior

Co-Orientação: Dr. Ronaldo José Nevess

1. Políticas Públicas. 2. Autoconsumo. 3. Percepção ambiental (ABA). I. Título.


CDD _____


**AGRICULTURA FAMILIAR NA REGIÃO DO POLO SINDICAL
NASCENTES DAS ÁGUAS VALE DO GUAPORÉ E JAURU, NO
SUDOESTE DA AMAZÔNIA LEGAL**

KELLER REGINA SOARES

Dissertação apresentada à Universidade do Estado de Mato Grosso, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade e Agroecossistemas Amazônicos, para a obtenção do título de Mestre em Biodiversidade e Agroecossistemas Amazônicos.

Aprovada em: 18/07/2016


Prof. Dr. Santino Seabra Junior
Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT


Prof.ª Dr.ª Sandra Mara Alves da Silva Neves
Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT


Prof.ª Dr.ª Onélia Carmem Rosseto
Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT

DEDICATÓRIA

A meus pais que sempre me incentivaram ao estudo e que me ensinaram aos valores da responsabilidade, humildade e da perseverança que me são tão úteis na minha vida pessoal e profissional;

Ao meu esposo Esvanio Edipo da Silva Ferreira que apoiou, incentivou e doou todo o seu tempo e carinho aos cuidados das minhas filhas atenuando a minha distância e ausência;

As minhas filhas Anna Beatriz e Alice Fernanda que são o meu maior incentivo a conquistar novos sonhos;

Aos agricultores familiares que me receberam com todo carinho, presteza, humildade, compartilhando sua história de vida que me ficarão guardados como lição;

E aos meus orientadores, Prof. Dr. Santino Seabra Junior e Profa. Dra. Sandra Mara Alves da Silva Neves, pelo incentivo e dedicação de horas doadas.

Com Amor e Carinho

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, que tem me movido dentro de seus ensinamentos, pela oportunidade da vida, que é e sempre foi meu companheiro em todos os momentos que eu precisei, e por colocar em meu caminho pessoas maravilhosas que só contribuem para o meu crescimento.

Aos meus pais, meus maiores exemplos, pelo incentivo e orientação, pelas orações, pela preocupação, pelas cobranças...Obrigada por estarem sempre comigo!

Ao meu amado esposo Esvanio, por todo amor, carinho, paciência, incentivo, compreensão, companheirismo, por ter me apoiado e incentivado a não desistir nunca de caminhar, ainda que em passos lentos. Você me ajudou a caminhar para percorrer essa trajetória, sem seu incentivo talvez tivesse parado no caminho. A você meu grande amor, meus mais sinceros agradecimentos, pois foi seu empenho em cuidar da Anna Beatriz, para que eu cumprisse os créditos e depois da Alice para que eu coletasse os dados que me fez seguir em frente sem pensar em desistir. Obrigada por ser esse marido e pai sensacional, e por estar sempre ao meu lado!

As minhas filhas Anna Beatriz e Alice Fernanda, que em sua ingenuidade infantil, me davam forças para levantar todos os dias e cumprir os desafios propostos. Sem vocês não teria conseguido, vocês são as minhas maiores inspirações. A mamãe ama vocês.

A minha família, irmãs, sobrinho, avós, tios, tias primos e primas, que de alguma forma me apoiaram, incentivaram e que tanto torceram para que esse sonho fosse possível.

A minha querida amiga Jakeline Cochev, que abriu o seu lar para me abrigar, que esteve sempre comigo, me apoiando. Obrigada, pelas conversas, ombro amigo, comilança e muitas risadas. Sem a sua ajuda seria impossível cumprir os créditos. Obrigada a você e ao Paulinho, por tornarem minha jornada longe de casa mais tranquila e leve.

Aos meus professores e colegas de classe, meus AMIGOS, que nos momentos de fraquezas foram anjos que seguraram em minha mão para que eu continuasse caminhando. Anjos que atenuaram a minha dor por estar distante da minha família, que me encorajavam a lutar por esta conquista. Amigos, quero agradecê-los por todo carinho, ajuda, caronas, pelas boas risadas, ótimas conversas, pela comilança, pela

preocupação. Nunca me esquecerei de tudo que fizeram por mim, de cada gesto, cada palavra. Muito obrigada por terem tornado essa jornada mais leve.

Aos agricultores familiares que em sua simplicidade e alegria me acolheram e abraçaram o projeto que resultou nessa pesquisa. A vocês imensamente grata.

Ao meu orientador professor Dr. Santino Seabra Junior por toda dedicação, carinho, paciência, oportunidades oferecidas e momentos compartilhados. Obrigada por me direcionar ao resultado desta pesquisa.

A minha querida e amada Sandra Mara Alves da Silva Neves, pela dedicação, paciência e companheirismo, por ajudar-me em todos os momentos de dúvidas e aflições, por sempre ter uma palavra de encorajamento, por ser essa mulher guerreira que se tornou espelho para mim.

Ao professor Dr. Ronaldo José Neves (*in memoriam*), pela tranquilidade, pelo carinho e dedicação. Suas palavras sempre fizeram com que acreditássemos cada vez mais na agricultura familiar. Muito obrigada por esses momentos.

A todos o meu apreço.

EPÍGRAFE

Canto meu verso para o velho agricultor
Reconhecendo seu valor por sua forma de plantar
Ela agora já tem seu rosto enrugado
Seu andar modificado, mas não para de lutar
A sua enxada é sua arma mais potente
Agricultor, cabra valente, homem da mão calejada
O cansaço é invisível no seu rosto
Ele tá sempre disposto e não teme qualquer jornada
Sua experiência vale um bom troféu
Para o velho agricultor eu tiro o meu chapéu
É muito cedo na hora que o galo canta
Quando ele se levanta e bota lenha no fogão
Toma um café muitas vezes apressado
Pensando lá no roçado como se fosse o patrão
Não há relógio que controle o seu horário
O Sol é seu calendário, seja em que tempo for
Cada estação ele sonha com a colheita
Sua fé sempre respeita e trata a terra com amor
Sua experiência vale um bom troféu
Para o velho agricultor eu tiro o meu chapéu.

(O velho agricultor, Luiz Wilson e Patrício Cruz)

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	xxii
LISTA DE FIGURAS	xxiv
RESUMO	xxv
ABSTRACT	xxvi
INTRODUÇÃO GERAL	1
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	7
CAPÍTULO 1	11
POLÍTICAS PÚBLICAS ACESSADAS PELOS AGRICULTORES FAMILIARES NO VALE DO GUAPORÉ E JAURU, REGIÃO SUDOESTE MATO-GROSSENSE, BIOMA AMAZÔNIA	11
Resumo.....	12
Abstract:	13
Introdução	14
Metodologia	16
Resultados e Discussão	19
Conclusão.....	34
Agradecimentos.....	34
Referências	35
CAPÍTULO 2	Erro! Indicador não definido.
EXTRATIVISMO E PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NO ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA SERINGAL, VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, MATO GROSSO, BRASIL.....	40
Resumo:.....	41
Resumen.....	41
Abstract	42
Résumé.....	43
Introdução	44
Metodologia	46
Resultados e Discussão	49
Conclusão.....	64
Agradecimentos.....	64
Referências	64
CAPÍTULO 3	69

PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES SOBRE A CONSERVAÇÃO DOS ATRIBUTOS DA PAISAGEM DO ASSENTAMENTO SERINGAL EM VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, AMAZÔNIA MERIDIONAL	69
Resumo.....	70
Abstract	70
Introdução	72
Material e Métodos.....	73
Resultados e Discussão	77
Conclusão.....	88
Agradecimentos.....	88
Referências	88
CONCLUSÃO GERAL	92

LISTA DE TABELAS

CAPÍTULO 1

- Tabela 1.** Representação da atuação das mulheres em atividades relacionadas à atuação das associações ou cooperativas de agricultores familiares 17
- Tabela 2.** Estado de origem dos agricultores familiares no Polo Sindical Nascentes das Águas Vale do Guaporé e Jauru - MT, informados pelos representantes legais das organizações, através de dados cadastrais. 18
- Tabela 3.** Principal destinação da produção familiar dos agricultores associados e/ou cooperados na região Vale do Guaporé e Jauru, segundo os informantes. 20
- Tabela 4.** Problemas encontrados no acesso as políticas públicas pelos representantes de associações/cooperativas do Polo Sindical Nascentes das Águas Vale do Guaporé e Jauru. 22
- Tabela 5.** Políticas públicas acessadas pelos agricultores familiares da região sudoeste mato-grossense, no Polo Sindical Nascentes das Águas Vale do Guaporé e Jauru. 24
- Tabela 6.** Definição das políticas públicas PRONAF, PNAE e PAA pelos agricultores inseridos no Polo Sindical Nascentes das Águas Vale do Guaporé e Jauru, sudoeste mato-grossense. 26
- Tabela 7.** Valores acessados pelos representantes das associações e/ou cooperativas de produtores rurais pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. 27
- Tabela 8.** Benefícios apontados pelos representantes entrevistados para o acesso ao Programa Nacional de Alimentação Escolar. 28
- Tabela 9.** Benefícios do acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos. 29

CAPÍTULO 2

- Tabela 1.** Distribuição de indivíduos segundo o estágio de vida e gênero, no Projeto de Assentamento Seringal, Vila Bela da Santíssima Trindade – MT 45

Tabela 2. Ordenamento do nível de escolaridade segundo o gênero, no Projeto de Assentamento Rural Seringal no município de Vila Bela da Santíssima Trindade	46
Tabela 3. Divisão do trabalho realizado nas UPF do projeto de Assentamento Seringal, comunidade Santa Rosa em Vila Bela da Santíssima Trindade – MT.	48
Tabela 4. P Destinação da produção agropecuária pelos agricultores familiares, assentados no projeto de Assentamento Seringal, região sudoeste de Mato Grosso.....	53
Tabela 5. Principais olerícolas cultivadas para comercialização e autoconsumo pelos agricultores familiares em Vila Bela da Santíssima Trindade – MT.....	55
Tabela 6. Divisão do trabalho de manutenção da horta de colheita das olerícolas produzidas nas UPF do projeto de Assentamento Seringal em Vila Bela da Santíssima Trindade – MT.....	56
Tabela 7. Motivação que leva os agricultores familiares do projeto de Assentamento Seringal a produzir para o autoconsumo	57
Tabela 8. Motivação pelo qual os agricultores familiares do projeto de Assentamento Seringal em Vila Bela da Santíssima Trindade, deixaria de produzir para o autoconsumo.....	58

CAPÍTULO 3

Tabela 1. Distribuição de indivíduos segundo o estágio de vida e gênero, no Projeto de Assentamento Seringal, Vila Bela da Santíssima Trindade – MT	72
Tabela 2. Importância da conservação do meio ambiente, conforme a percepção dos agricultores familiares da APROLATEX, em relação às dimensões ambientais.....	76
Tabela 3. Alterações ambientais ocorridas por ação antrópica, através da percepção de agricultores familiares em Vila Bela da Santíssima Trindade, MT.....	78

LISTA DE FIGURAS

CAPÍTULO 1

Figura 1. Municípios investigados no contexto da região Sudoeste de planejamento do estado de Mato Grosso e do bioma Amazônia. Fonte LabGeo, UNEMAT (2015). 17

CAPÍTULO 2

Figura 1. Assentamento Seringal, localizado em Vila Bela da Santíssima Trindade - MT. LabGeo, UNEMAT (2016).. 42

CAPÍTULO 3

Figura 1. Localização do Assentamento Seringal, no município de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT. LabGeo, UNEMAT (2016)68

RESUMO

SOARES, Keller Regina. M.sc. Universidade do Estado de Mato Grosso, Julho de 2016. **Agricultura Familiar na região do Polo Sindical Nascentes das Águas Vale do Guaporé e Jauru, no Sudoeste da Amazônia Legal.** Orientador: Santino Seabra Junior.

Grande parte da população rural mundial são agricultores familiares e são responsáveis pela produção de alimentos em todo o mundo. Apesar da sua importância, a agricultura familiar tem enfrentado problemas para produzir e acessar a políticas públicas de desenvolvimento. Diante da necessidade de contrastar as dificuldades e impedimentos de desenvolvimento enfrentados por agricultores familiares, a principal motivação dessa pesquisa foi realizar um diagnóstico da agricultura familiar do polo sindical Nascentes das Águas Vale do Guaporé e Jauru e seus desdobramentos. Assim, buscou-se investigar o acesso desses agricultores a políticas públicas e em estudo de caso no Assentamento Seringal, verificar as atividades extrativista e de produção para autoconsumo como práticas de estratégia de reprodução social no assentamento, bem como investigar a percepção ambiental desses agricultores em relação ao meio em que vivem. Para tanto, a pesquisa fora dividida em duas etapas distintas, sendo a primeira realizada com 55 representantes legais das associações e cooperativas dos municípios inseridos no polo sindical, considerando-os como informantes para a caracterização da agricultura familiar da região, em um universo que compreende 1.704 agricultores familiares representados. A segunda etapa foi realizada com agricultores familiares do assentamento Seringal, no município de Vila Bela da Santíssima Trindade-MT. O assentamento possui 242 famílias, destas foram investigados os agricultores familiares vinculados a Associação de Produtores de Látex – APROLATEX, em um total de 86 agricultores familiares. Para ambas as etapas, foi utilizado formulário semiestruturado abordando além de questões socioeconômicas, as relacionadas a efetividade de políticas públicas, formas de produção visando geração de renda e para o autoconsumo. A entrevista foi realizada com auxílio de formulário, com perguntas abertas e fechadas. As informações foram tabuladas no software Excel e realizada a estatística descritiva, obtendo a frequência absoluta (F_i) e frequência relativa (F_{ri}). Concluiu-se que, os agricultores familiares inseridos na região sudoeste de planejamento mato-grossense, em que se encontra o polo sindical Nascentes das Águas Vale do Guaporé e Jauru, encontram-se organizados em associações e cooperativas de forma figurativa, faltando-lhes articulação para acessarem políticas públicas. Devido à queda acentuada do preço da borracha crua, os agricultores extrativistas de látex, visando à permanência nas unidades produtivas, passaram a diversificar as atividades produtivas, em que exercem a produção de hortaliças, frutíferas, ovos, frango caipira, suínos visando a produção de alimentos para autoconsumo e geração de renda. Além da preocupação com a produção do próprio alimento, fica evidente a preocupação dos agricultores quanto a conservação do meio ambiente, principalmente os causados pelo desmatamento, poluição de cursos d'água e pelo sumiço de nascentes. A água é o elemento natural mais importante na visão desses agricultores, sendo considerado por eles essencial para a manutenção da vida. Entretanto, fica claro que o conhecimento quanto a conservação e preservação ambiental desses agricultores é superficial, existindo a necessidade de atividades de educação ambiental voltadas ao agricultor familiar para que este entenda e cumpra a legislação ambiental vigente e que compreenda a importância da conservação e preservação ambiental para a manutenção da vida.

Palavras-chave: políticas públicas, autoconsumo, percepção ambiental

ABSTRACT

SOARES, Regina Keller. M.Sc. University of Mato Grosso, July 2016. **Family Farming in Union Springs Polo region of Waters Guaporé Vale and Jauru in southwestern Amazon.** Advisor: Santino Seabra Junior.

Much of the world's rural population are farmers and are responsible for food production worldwide. Despite their importance, family farming has faced problems to produce and access to public development policies. Faced with the need to contrast the difficulties and development of impediments faced by family farmers, the main motivation of this research was to conduct a diagnosis of the union Polo family farming springs of Guaporé Vale Water and Jauru and its consequences. Thus, we sought to investigate the access of farmers to public policy and case study on settlement rubber plantation, check the extraction and production activities for self as social reproduction strategy practices in the settlement, and investigate the environmental perception of these farmers relation to the environment in which they live. Therefore, the research was divided into two distinct stages, the first being held with 55 legal representatives of associations and unions of municipalities entered into the union polo, considering them as informants for the characterization of family farming in the region, in a universe comprising 1,704 represented family farmers. The second stage was held with farmers of rubber plantation settlement in the municipality of Vila Bela da Santíssima Trindade-MT. The settlement has 242 households, these were investigated family farmers linked to Latex Producers Association - APROLATEX in a total of 86 producers. For both steps, we used semi-structured form addressing beyond socioeconomic issues related to effectiveness of public policies, forms of production aimed at generating income and for self. The interview was conducted in form of aid, with open and closed questions. Data were tabulated using Excel and performed the descriptive statistics, obtaining the absolute frequency (Fi) and relative frequency (Fri). It was concluded that the farmers entered in the southwest region of Mato Grosso planning, which is the union polo springs of Guaporé Vale Water and Jauru, are organized in associations and figuratively cooperatives, lacking coordination to access public policies. Due to the sharp drop in the price of raw rubber, latex extractive farmers in order to stay in production units, they began to diversify productive activities, in which they produce vegetables, fruit, eggs, organic chicken, pork aimed at producing food for own consumption and income generation. In addition to concern the production of the food itself, it is clear the concern of farmers and the conservation of the environment, particularly those caused by deforestation, pollution of waterways and the headwaters of disappearance. Water is the most important natural element in view of these farmers, is considered by them essential for the maintenance of life. However, it is clear that knowledge about environmental conservation and preservation of these farmers is shallow and there is the need for environmental education activities for the family farmer so that it understands and complies with the environmental regulations and to understand the importance of conservation and environmental preservation for the maintenance of life.

Keywords: public policies, self-consumption, environmental awareness

INTRODUÇÃO GERAL

Durante muito tempo, a agricultura familiar não era considerada relevante para o desenvolvimento rural no país, sendo denominados de pequenos produtores, acreditava-se que o futuro desse grupo social irremediavelmente seria a eliminação, cedendo lugar às empresas agropecuárias, no processo de modernização capitalista (SCHMITZ, 2001).

O contexto da agricultura familiar é discutido por pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento científico (Veiga, 2002; Abramovay, 2003; Kageyama, 2003) sobre a importância desta como geradora de renda, na reprodução social e cultural. Tem importância na produção visando o mercado interno, principalmente na produção de alimentos, além de absorver mão-de-obra pouco qualificado para outras funções e articular a geração de trabalho aos membros da família.

No Brasil, contrariamente aos países capitalistas avançados, onde o Estado, desde cedo, apoiou fortemente a produção agrícola familiar com o objetivo estratégico de reduzir os custos de alimentação da população (ABRAMOVAY, 2007), a agricultura familiar não tinha a presença planificadora do Estado entre as décadas de 1960 a 1980, pela incompreensão de sua importância na economia interna e de políticas públicas aptas a atender às necessidades desses agricultores, em seu contexto social, ambiental, cultural e econômico. É substancial a importância econômica deste segmento que, além de produzir alimentos, conseguiu crescer a quase o mesmo ritmo que as mais destacadas cadeias produtivas agropecuárias do campo brasileiro (GUANZIROLI, 2001).

Entretanto, conforme apontamentos de Hespanhol (2000), os agricultores familiares enfrentaram problemas para produzir e dificuldades de acesso ao crédito rural, levando a uma menor capacidade de absorção de força de trabalho. Além disso, devido à modernização, os agricultores familiares se inseriram crescentemente na dinâmica de mercado, fazendo com que muitos perdessem a autonomia do processo produtivo e a tradição de produzir o próprio alimento para consumo (CHIMELLO, 2010). Este processo segundo o autor produziu uma diferenciação social entre os agricultores familiares e fez com que uma parcela passasse a ter dificuldades em garantir segurança alimentar, aumentando a vulnerabilidade desses agricultores.

Dessa forma, a efetivação de políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento da agricultura familiar viabiliza a estruturação das propriedades familiares, promovendo a fixação do agricultor na terra e contribuindo para o desenvolvimento regional

(Abramovay e Veiga, 1999), revelando um crescimento considerável do setor, redefinindo os usos e remodelando novos produtos.

A partir do final da década de 90, políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento da agricultura familiar ganharam relevância, principalmente as que estão pautadas na comercialização (PORTO, 2002). Nessa época, os “pequenos agricultores”, passam a ser denominada de agricultores familiares, qualificação esta que permitiu que os mesmos iniciassem o acesso a políticas públicas, direcionadas a partir desse instante a este setor, fato histórico, pois até naquele momento não existia nenhuma política com abrangência nacional voltada particularmente a este segmento social (SCHNEIDER, 2004).

Uma das leis mais importantes atualmente para o segmento familiar, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), instituído em 1996, tem possibilitado acesso desses agricultores, entretanto a agricultura familiar passou a ter suas especificidades socioeconômicas atendidas a partir de 2006 (Grisa, 2010), com o surgimento da Lei n. 11.326/2006 da agricultura familiar (BRASIL, 2006).

Nessa perspectiva, surgiram, outras políticas públicas como o Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF) e o Programa Garantia Safra, sendo a maior parte destas políticas complementares ou tributárias das próprias características do PRONAF.

Com enfoque na inserção dos agricultores familiares no mercado, o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) foi implementado em 2003, através da Lei 10.696 (BRASIL, 2003), que segundo Schimit e Guimarães (2008), possibilitou uma série de inovações importantes como à dispensa de licitação na aquisição de produtos da agricultura familiar e a permissão de que as aquisições sejam feitas com base em preços que levam em consideração as diferenças regionais. Assim, o programa foi concebido para estimular e fortalecer a agricultura familiar brasileira, bem como atender grupos de pessoas que se encontram em estado de insegurança alimentar, além de contribuir para a formação dos estoques estratégicos de alimentos do país e desenvolvimento regional.

Além de movimentar o mercado local, a agricultura familiar garante a qualidade de vida desses agricultores e família, através cultivo visando autoconsumo. Essa estratégia de diversificação da alimentação contribui diretamente com sua segurança alimentar, sendo um dos elementos estratégicos do desenvolvimento sustentável da

agricultura familiar. A produção para o autoconsumo também se converte renda, principalmente porque reduz as despesas com manutenção alimentar (DESER, 2004).

Para Grisa (2007) a produção de autoconsumo é uma forma de interiorização dos recursos ao mesmo tempo em que promove a segurança alimentar; minimiza a vulnerabilidade social e assegura a continuidade do grupo familiar. Ainda segundo a autora, os agricultores familiares, quando produzem alimentos, sentem-se valorizados ao identificar a sua prática como importante para a manutenção das pessoas no campo.

Assim como a produção de autoconsumo, o extrativismo é uma modalidade importante dentro da agricultura familiar da região. Essa atividade é uma forma de produzir bens, na qual os recursos naturais úteis são retirados diretamente da sua área de ocorrência natural, sendo empregada baixa tecnologia quando exercido por populações rurais pobres de áreas "remotas" (DRUMMOND, 1996).

O extrativismo praticado pelos agricultores familiares, não é mera coleta, mas se insere num conjunto mais amplo de relações econômicas, sociais e culturais que as unidades familiares estabelecem com o mercado, com a sociedade e com a natureza (REGO, 1999).

Devido a elevada produção agropecuária, Mato Grosso tem se destacado no cenário nacional no aspecto econômico, entretanto, o Estado tem recebido os holofotes quanto ao aspecto ambiental, devido as alterações ocorridas no uso e na cobertura do solo, consequência de diversos fatores: queimadas (Cunha, 2000), abertura e pavimentação de rodovias (Achard et al., 1998), o desmatamento (Alves, 2001), e a expansão da fronteira agrícola (SIQUEIRA JÚNIOR et al., 2001; SOARES FILHO et al., 2001).

No estado de Mato Grosso, tanto na agropecuária quanto na agricultura, existe a predominância de monoculturas extensivas (Mendes, 2012), tratando-se de um modelo agropecuário que utiliza capital, maquinários e implementos químicos de forma intensiva (PUHL, 2006), sendo considerado um dos grandes polos de produção agropecuária do país. Contudo, até a metade da década de 1950 havia poucas políticas que estimulassem a ocupação do Estado.

Na região sudoeste mato-grossense, a partir de 1960, a política de colonização foi intensificada com o objetivo estratégico de integrar as regiões centro oeste e norte a outras regiões brasileiras, sustentada na ideologia de segurança e desenvolvimento nacional (KIRSCH e WAQUIL 2010). Porém, a terra acessada nos diversos programas de desenvolvimento regional (PIN, Proterra, Poloamazônia, Polocentro e Polonoeste)

implantados nas áreas que compõe a Amazônia Legal só foi legitimada pelo Estatuto da Terra (Lei n. 4505/64) (MORENO, 2005).

Bonjour et al. (2008), afirmam que na região sudoeste de Mato Grosso, nos municípios onde ocorreram assentamentos planejados com venda de terras de glebas e colonização com pequena propriedade destinada à agricultura familiar, como Jauru, Figueirópolis D'Oeste, Conquista do Oeste, a maior parte da produção é destinada a pecuária leiteira. Estes municípios, assim como Vale de São Domingos, Comodoro, Pontes e Lacerda, Nova Lacerda e Vila Bela da Santíssima Trindade, estão localizadas no Polo Sindical Nascentes das Águas Vale do Guaporé e Jauru.

O polo sindical Nascentes das Águas Vale do Guaporé e Jauru encontra-se na região sudoeste de Mato Grosso, e foi criado juntamente com outros 10 polos sindicais pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Mato Grosso (FETAGRI-MT), com a finalidade de facilitar o desenvolvimento rural sustentável e solidário das diferentes regiões do estado. Os municípios a compor cada polo foram escolhidos de acordo com a sua dinâmica produtiva. No polo em estudo, destacam-se atividades de horticultura, criação de pequenos animais, criação de bovinos (leite e corte) e as frutíferas (MATO GROSSO, 2015).

Na região sudoeste mato-grossense, a agricultura familiar tem sido responsável pela manutenção da biodiversidade de espécies nativas dos biomas cerrado e amazônico, sendo importante reconhecer esse fenômeno e, a partir daí, realizar ações que favoreçam essas cadeias produtivas, seja com o uso dos recursos genéticos ou a partir do conhecimento a eles associado, visando à geração de renda para os agricultores familiares (MEDAETS et al., 2006).

Nessa perspectiva, ressalta-se a importância em termos de biodiversidade dos biomas de cerrado e amazônico, sendo o que primeiro apresenta elevada riqueza de espécies e alto grau de endemismo, sendo incluído na lista dos hotspots mundiais para a conservação da biodiversidade (WALTER, 2006).

O bioma amazônico é o mais biodiverso do planeta, contendo praticamente 30% de todas as espécies existentes (MEIRELLES FILHO, 2004). No Brasil, este bioma é responsável por abrigar mais de 30 mil espécies vegetais, 1,8 mil de peixes continentais, 1,3 mil de aves, 311 espécies de mamíferos e 163 de anfíbios. De acordo com dados obtidos no estudo “Perspectivas do meio ambiente na Amazônia – Geo Amazônia, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) em 2008, a multiplicidade

de espécies e ecossistemas encontrados e ecossistemas apontam para as variações climáticas, geológicas, geográficas, das formas de ocupação e uso dos recursos naturais existentes no bioma.

Nesse panorama, compreender as inter-relações entre os agricultores e o meio em que vivem e a percepção ambiental destes, é uma ferramenta que pode identificar alguns dos problemas ambientais, causados por atividades agropecuárias. Dessa maneira, conforme afirmação de Palma (2005), cada indivíduo percebe, reage e responde diferentemente ao meio, através de seu julgamento e expectativa.

Conhecer a percepção ambiental do indivíduo é de grande importância para poder identificar e descrever alguns problemas ambientais (MENEZES; BERTOSI, 2011). Cada pessoa tem uma experiência única de percepção, que contribui para formar suas representações, ideias e concepções sobre o mundo e sobre sua forma de produzir (COSTA e MAROTI, 2009).

A falta de conhecimento a despeito do uso dos recursos naturais, o não cumprimento às leis ambientais, bem como a intensificação agropecuária, tem ocasionado prejuízos irreparáveis ao solo, à fauna, à flora e aos recursos hídricos, comprometendo a sustentabilidade desses ecossistemas e colocando muitas espécies animais e vegetais em risco de extinção, principalmente as fruteiras nativas (MENDES, 2012). Nessa perspectiva, ressalta-se a importância de pesquisas que visem descrever o potencial de uso e a importância social e econômica das espécies nativas visando a elaboração de estratégia para se garantir sua preservação (SILVA et al., 2001).

Dessa forma, diante da necessidade de contrastar as dificuldades e impedimentos de desenvolvimento enfrentados por agricultores familiares, a principal motivação para esse projeto foi verificar a agricultura familiar da região Vale do Guaporé e Jauru e seus desdobramentos políticos sociais. Para tanto, esta dissertação foi organizada em três artigos/capítulos que abordam as políticas públicas, produção de autoconsumo e percepção ambiental. O primeiro artigo, intitulado por “Políticas públicas acessadas pelos agricultores familiares no Vale do Guaporé e Jauru, região sudoeste mato-grossense, Bioma Amazônia” teve por objetivo investigar as políticas públicas acessadas pelos agricultores familiares dos municípios da região sudoeste mato-grossense, situados no bioma Amazônia, analisando os seus desdobramentos sociais. O segundo artigo “Extratativismo e produção de alimentos no Assentamento de Reforma Agrária Seringal, Vila Bela da Santíssima Trindade, Mato Grosso, Brasil” objetivou averiguar as atividades extração de látex e a produção de alimentos para autoconsumo

pelos agricultores familiares do Assentamento de Reforma Agrária Seringal, no município de Vila Bela da Santíssima Trindade, Mato Grosso, Brasil, Amazônia Meridional, destacando essas práticas como estratégia de reprodução social no assentamento. O terceiro artigo “Percepção ambiental de agricultores familiares na conservação da paisagem em Vila Vela da Santíssima Trindade, Amazônia meridional” versa analisar a percepção ambiental dos agricultores familiares do assentamento Seringal, localizado no município de Vila Bela da Santíssima Trindade – MT, Amazônia Meridional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. e VEIGA, J. E. **Novas Instituições para o Desenvolvimento Rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)** – Texto para Discussão Nº 641 (Convênio FIPE/IPEA 07/97) - IPEA, Brasília, abr., 1999.
- ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. 149 p.
- ABRAMOVAY, Ricardo. Para uma teoria dos estudos territoriais. In, ORTEGA, A. C. FILHO, N.A. (Org.). **Desenvolvimento Territorial, Segurança Alimentar e Economia Solidária**. Alínea editora. Campinas, 2007.
- ACHARD, F.; EVA, H.; GLINNI, A.; MAYAUX, P.; RICHARDS, T.; STIBIG, H.J. Identification of deforestation Hot Spots Areas in the Humid Tropics. **TREES Publications Series B**. Research Report n.4, 1998.
- ALVES, D. S. Padrões de desmatamento na Amazônia Legal. **Parcerias estratégicas**. n.12, p.259-275, 2001.
- BONJOUR, S.C.M.; FIGUEIREDO, A.M.R.; MARTA, J.M.C. A pecuária de corte no estado de Mato Grosso. In: XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 46, 2005, Rio Branco. **Anais...** Acre: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2008. 21p.
- BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União, 25 de jul. de 2006.
- BRASIL. Decreto nº 4.772, de 02 de julho de 2003. Cria o grupo gestor do Programa de Aquisição de Alimentos, regulamentando o Art. 19 da Lei nº 10.696. Diário Oficial da União, 25 de jun. de 2003.
- CHIMELLO, R. Fatores determinantes da produção para autoconsumo na agricultura familiar. **Unoesc & Ciência**, v. 1, n. 2, jul./dez., 2010. p. 163-174.
- COSTA, C. C.; MAROTI, P. S. Utilização de recursos hídricos como estudo de percepção ambiental de alunos. In: Encontro sergipano de educação ambiental, 2008, Sergipe. **Anais...** Sergipe, 2008. p. 1-17.
- CUNHA, J. M. P. Migrações no Centro-Oeste brasileiro: as tendências e características do período de 1986-1996. ENCONTRO DE DEMOGRAFIA DA REGIÃO CENTROOESTE, 2. 2000, Brasília. **Anais...** Brasília: Codeplan/ FNUAP, 2000.
- DESER - Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais. **Referência de desenvolvimento da agricultura familiar da região Sul/Brasil – construção metodológica de uma matriz produtiva sustentável**. Projeto rede Brasil de agricultores gestores de referência da agricultura da região Sul do Brasil. Deser, Relatório 2003/2004.

DRUMMOND, J. A. A extração sustentável de produtos florestais na Amazônia brasileira: vantagens, obstáculos e perspectivas. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 6 p. 115-137, 1996.

GRISA, C. Diferentes olhares na análise de políticas públicas: considerações sobre o papel do Estado, das instituições, das ideias e dos atores sociais. **Sociedade e desenvolvimento rural**, v. 4, n. 1. 2012. p. 96-116.

GRISA, C. As ideias na produção de políticas públicas: contribuições da abordagem cognitiva. In: BONNAL, Philippe; LEITE, S. P. (Org.). **Análise comparada de políticas agrícolas: uma agenda em transformação**. Rio de Janeiro: Cirad/Mauad X, 2007. p. 93- 137.

GUANZIROLI, C. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. 284p

HESPANHOL, R. A. M. **A produção familiar: perspectivas de análise e inserção na microrregião geográfica de Presidente Prudente**. 2000. 354 f. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, Rio Claro/SP, 2000.

KAGEYAMA, A. Os rurais e os agrícolas de São Paulo no censo de 2000. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, v. 20, n. 3, set./dez. 2003. p. 413-451.

KIRSCH, H. M.; WAQUIL, P. D. A agricultura familiar e o uso dos recursos ambientais na fronteira sudoeste do estado de Mato Grosso. **Revista de Estudos Sociais**, v. 1, n. 23. 2010. p. 7-29.

MATO GROSSO. Plano de Longo Prazo de Mato Grosso – MT +20. Macro-objetivos, metas globais, eixo estratégicos, estratégias e linhas estruturantes, v. 4, 2008.

MATO GROSSO. Documento base dos movimentos sociais do Estado de Mato Grosso. In: Conferência dos movimentos sociais do campo para elaboração de propostas para o desenvolvimento sustentável em assentamentos de reforma agrária da Amazônia brasileira, 2015.

MEDAETS, J. P.; GREENHALGH, A. A.; LIMA, A. C. M. A.; SOUZA, D. F. Agricultura familiar e uso sustentável da agrobiodiversidade nativa. **Programa Biodiversidade BrasilItália**, Brasília-DF, 2006. 172p.

MEIRELLES FILHO, J. **O Livro de Ouro da Amazônia**. 5 ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006. 442p.

MENDES, M. F., NEVES, S. M. A.da S.1; NEVES, R. J.; SEABRA JÚNIOR, S. O Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar nos assentamentos da região sudoeste mato-grossense. Resumos do VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia. **Anais...**– Porto Alegre/RS – 2013

MENDES, M. F. **Agricultura familiar extrativista de frutos do cerrado na região Sudoeste Matogrossense – Brasil: produção e manejo ecológico**. 2012. 75f. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola) – Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, Universidade do Estado de Mato Grosso, Tangará da Serra/MT, 2012.

MENEZES, J. P. C.; BERTOSI, A. P. A. Percepção ambiental dos produtores agrícolas e qualidade da água em propriedades rurais. **Rev. eletrônica Mestrado Educação Ambiental**, v. 27, jul./dez. 2011.

MORENO, G. A Colonização no século XX. In: MORENO, G. e HIGA, T. C. S. (Org.). **Geografia de Mato Grosso: Território, Sociedade, Ambiente**. Cuiabá: Entrelinhas, 2005. 131p.

NEVES, D.P. A agricultura familiar e o claudicante quadro institucional. In: LOPES, E.S.A.; MOTA, D.M.; SILVA, T.E.M. (orgs.). Ensaio: desenvolvimento rural e transformações na agricultura. Aracaju: **Embrapa Tabuleiros Costeiros**, Universidade Federal de Sergipe. 2002. p.133-159.

PALMA, I. R. **Análise da Percepção Ambiental como Instrumento ao Planejamento da Educação Ambiental**. 2005. 67 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Minas, Metalúrgica e de Materiais) – Escola de Engenharia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

PNUMA e OTCA. Perspectivas do meio Ambiente na Amazônia – GEO Amazônia. 2008. 112p.

PORTO, V. H. F. **Agricultura familiar na zona Sul do Rio Grande do Sul: Caracterização socioeconômica**. Pelotas: Embrapa Clima Temperado, 2002. 93p. - (Embrapa Clima Temperado. Documentos, 87).

PUHL, V. J. De uma agricultura sustentada à sustentável. In: ALVES, A.; PUHL, J. I.; FANK, J. (Orgs.). **Mato Grosso Sustentável e Democrático**. Cuiabá: Defanti, 2006. p. 71-83.

REGO, J. F. Amazônia: do extrativismo ao neoextrativismo. **Ciência Hoje**. n. 25, v. 147, 1999. p. 62-65.

SCHMITZ, H. 2001. Reflexões sobre métodos participativos de inovação na agricultura. In: Simões, A.; Silva, L.M.S.; Martins, P.F.S.; Castellanet, C. (orgs.) **Agricultura familiar: métodos e experiências de pesquisa - desenvolvimento**. Belém, NEAF/CAP/UFPB, GRET. p.39-99.

SCHIMITT, C. J.; GUIMARÃES, L. A. O mercado institucional como instrumento para o fortalecimento da agricultura familiar de base ecológica. **Revista Agriculturas experiências em agroecologia**. 2008. Disponível em <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2011/05/Agriculturas_v5n2.pdf> Acesso em 22 jan. 2014.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, v. 6, n. 11, p. 88-12, jan/jun., 2004.

SILVA, D. B.; SILVA, J. A.; JUNQUIRA, N. T. V.; ANDRADE, L. R. M. Frutas do Cerrado. **Embrapa Informação Tecnológica**, Brasília/DF, 2001. 179p.

SILVA, M. A. **Produção agroindustrial desenvolvida nos assentamentos da região sudoeste Mato-grossense e a atividade de turismo rural**. 2014. 81f. Dissertação de Mestrado em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola. Universidade do Estado de Mato Grosso, Tangará da Serra, 2014.

SIQUEIRA JÚNIOR, J.C.; ALVES, D.S.; ESCADA, M.I. Utilização de técnicas de análise espacial no estudo da correlação entre expansão das áreas desflorestadas e da fronteira agropecuária no Estado do Mato Grosso. In: Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, 10., Foz do Iguaçu, abr.2001. **Anais...** São José dos Campos: INPE, 2001. p.503-508.

SOARES FILHO, B. S. Fragmentação da paisagem florestal em função da estrutura e dinâmica fundiária no Norte do Mato Grosso. In: Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, 10., Foz do Iguaçu, abr.2001. **Anais...** São José dos Campos: INPE, 2001. p.987-995.

VARGAS-LUNDIUS, R. Sustainable smallholder agriculture: Feeding the world, protecting the planet. In: **Proceedings of the Thirty-fifth Session of IFAD's Governing Council**, Rome, Italy, 22-23, February, 2012.

VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas/SP: Autores Associados, 2002. 304p.

WALTER, B. M. T. **Fitofisionomias do bioma Cerrado: síntese terminológica e relações florísticas**. 2006. 372f. Tese (Doutorado em Ecologia) – Instituto de Ciências Biológicas. Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2006.

CAPÍTULOS

CAPÍTULO 1

POLÍTICAS PÚBLICAS ACESSADAS PELOS AGRICULTORES FAMILIARES NO VALE DO GUAPORÉ E JAURU, REGIÃO SUDOESTE MATO-GROSSENSE, BIOMA AMAZÔNIA¹

**Public policy accessed by family farmers in Vale do Guaporé and Jauru,
southwest region Mato Grosso, Amazon Biome**

¹ Trabalho a ser submetido na Revista Estudos Sociedade e Agricultura, ISSN: 1413-0580 da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro com Qualis Capes B-1 Interdisciplinar, B-2 Ciências Ambientais e B-2 Ciências Agrárias. Link da página: <http://r1.ufrrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa>

Resumo: A adesão a políticas públicas é importante para o desenvolvimento da agricultura familiar, favorecendo a geração de emprego e de renda e a manutenção do homem na terra. Objetivou-se investigar as políticas públicas acessadas pelos agricultores familiares dos municípios da região sudoeste mato-grossense, situados no bioma Amazônia, avaliando os seus desdobramentos sociais. Foi realizado levantamento das associações e cooperativas de agricultores familiares que atuam na região no ano de 2015, que totalizou em 55 instituições. Procedeu-se as entrevistas com os representantes legais das associações e cooperativas, considerando-os como informantes para a caracterização da agricultura familiar da região, em um universo que compreende 1.704 agricultores familiares representados. A entrevista foi realizada com auxílio de formulário, com perguntas abertas e fechadas. As informações foram tabuladas no software Excel e realizada a estatística descritiva, obtendo a frequência absoluta (F_i) e frequência relativa (F_{ri}). A maioria da produção agrícola (40%) e da pecuária (65,45%) é destinada ao autoconsumo e há venda do excedente. Estar associado é fundamental para 80% dos entrevistados, entretanto a falta de articulação dos agricultores é um dos entraves para o acesso às políticas públicas e a inserção destes no mercado; e 61,82% dos agricultores acessam algum tipo de política pública, sendo a mais acessada a Ater (43,53%) seguido pelo PRONAF (38,83%), FETHAB (9,41%), PNAE (5,88%) e PAA (2,35%), que nem sempre supre as necessidades. Concluiu-se que as maiores dificuldades enfrentadas pelos agricultores no acesso às políticas públicas são devido à burocracia e a falta de informação e os benefícios são: o incentivo ao agricultor familiar na forma de geração de emprego e renda. Especificamente o acesso a ATER é entendido por esses agricultores familiares como visitas esporádicas, voltadas apenas a questão técnica de produção, não sendo discutidos assuntos referentes a políticas públicas.

Palavras – chave: Associativismo; PRONAF; PAA, FETHAB, ATER.

Abstract: Adherence to public policy is important for the development of family farming, promoting the generation of employment and income and the maintenance of man on earth. This study aimed to investigate public policies accessed by farmers from the municipalities of Mato Grosso southwest region, located in the Amazon biome, evaluating their social consequences. It was conducted survey of associations and cooperatives of farmers operating in the region in 2015, which amounted to 55 institutions. Proceeded interviews with the legal representatives of associations and cooperatives, considering them as informants for the characterization of family farming in the region, in a universe comprising 1,704 represented family farmers. The interview was conducted in form of aid, with open and closed questions. Data were tabulated using Excel and performed the descriptive statistics, obtaining the absolute frequency (Fi) and relative frequency (Fri). Most agricultural production (40%) and livestock (65.45%) is intended for self-consumption and sale of surplus there. Be associated is critical for 80% of respondents, however the lack of articulation of farmers is one of the barriers to access to public policies and the inclusion of these in the market; and 61.82% of farmers accessing some kind of public policy, the most accessed Ater (43.53%) followed by PRONAF (38.83%), FETHAB (9.41%), PNAE (5.88%) and PAA (2.35%), which supplies not always necessary. It was concluded that the major difficulties faced by farmers in the access to public policies are due to red tape and lack of information and the benefits are: encouraging the family farmer in the form of job creation and income. Specifically access to ATER is understood by those farmers as sporadic visits only directed the technical issue of production, not being discussed matters relating to public policy.

Keywords: Associations; Family Farming; PRONAF; PAA, FETHAB

Introdução

A partir da década de 60, a política de colonização foi intensificada na região sudoeste mato-grossense com o objetivo estratégico de integrar as regiões centro oeste e norte a outras regiões brasileiras, sustentada na ideologia de segurança e desenvolvimento nacional (KIRSCH e WAQUIL, 2010). Porém, conforme Moreno (2005), a terra acessada nos diversos programas de desenvolvimento regional (PIN, Proterra, Poloamazônia, Polocentro e Polonoroeste) implantados nas áreas que compõe a Amazônia Legal só foi legitimada pelo Estatuto da Terra (BRASIL, 1964).

Durante o período das políticas de colonização, em Mato Grosso, entre os anos de 1960 e 1970, a Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso (CODEMAT) e o Instituto de Terras de Mato Grosso (INTERMAT) executaram projetos de colonização e assentamentos situados no Vale do Guaporé e Jauru, restringindo-se à distribuição de lotes. Com o tempo os assentados abandonaram os lotes, devido não haver infraestrutura adequada e de uma política de crédito e de assistência técnica (BARROZO, 2008).

Apoiados pelo processo de colonização, milhares de agricultores familiares, oriundos de todas as regiões do Brasil, se instalaram em terras da região da Amazônia Legal (HOSTIOU et al., 2006). Nas frentes de colonização agrícola, a agricultura familiar se estabeleceu na Amazônia Legal (HURTIENE, 2000), apresentando relevância quanto segmento, principalmente por serem responsáveis por grande parte da produção de alimentos e desenvolvimento (MENDES, 2012). É substancial a importância econômica deste segmento que, além de produzir alimentos, conseguiu crescer a quase o mesmo ritmo que as mais destacadas cadeias produtivas agropecuárias do campo brasileiro (GUANZIROLI, 2001).

Entretanto, os agricultores familiares enfrentam problemas para produzir (Hespanhol, 2000) pela falta de recursos para investimentos, obstáculos de escoamento por conta de estradas praticamente inacessíveis e principalmente pelas dificuldades de acesso ao crédito rural, levando a uma menor capacidade de absorção de força de trabalho. Além disso, devido à modernização, os agricultores familiares se inseriram crescentemente na dinâmica de mercado, fazendo com que muitos perdessem a autonomia do processo produtivo e inclusive tradição de saber produzir o próprio alimento para consumo (CHIMELLO, 2010). Este processo segundo o autor produziu uma diferenciação social entre os agricultores familiares e fez com que uma parcela

passasse a ter dificuldades em garantir a sua segurança alimentar, aumentando a vulnerabilidade desses agricultores.

Nesse contexto, a efetivação de políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento da agricultura familiar viabiliza a estruturação das propriedades familiares, promove a fixação do agricultor na terra e contribui para o desenvolvimento regional (ABRAMOVAY e VEIGA, 1999), revelando um crescimento considerável do setor, redefinindo os usos e remodelando novos produtos.

A partir da década de 1990, os pequenos agricultores passam a ser denominados por “familiares”, qualificação esta que permitiu que os mesmos iniciassem o acesso a políticas públicas, direcionadas a partir desse instante a este setor, fato histórico, pois até naquele momento não existia nenhuma política com abrangência nacional voltada particularmente a este segmento social (SCHNEIDER, 2004).

Em 2006, surge a Lei n. 11.326/2006 da agricultura familiar, onde o agricultor familiar é caracterizado como o indivíduo que possui estabelecimento rural (terras) com tamanho de 01 a 04 módulos fiscais, tenha um percentual mínimo da renda oriunda da exploração de seu estabelecimento e que desenvolva atividades agrícolas utilizando majoritariamente a força de trabalho dos membros da família. O que caracteriza o conceito é o uso da força de trabalho familiar e a gestão do estabelecimento a seu cargo (BRASIL, 2006).

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que iniciou no ano de 1996, foi uma conquista do setor, e possibilitava acesso ao crédito aos agricultores familiares, porém tem se modificado e possibilitado o acesso a esse crédito rural em diferentes modalidades, contemplando as especificidades socioeconômicas (GRISA, 2010). Também surgiram, segundo os autores, outras políticas públicas como o Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF) e o Programa Garantia Safra, sendo a maior parte destas políticas complementares ou tributárias das próprias características do PRONAF.

O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) foi implementado em 2003 e tem como enfoque a garantia de compra do produto produzido pela agricultura familiar, contribuindo na comercialização, além de articular a ações de segurança alimentar e nutricional do agricultor e da sociedade. O governo federal adquire os alimentos a preços de referência e distribui às pessoas em situação de vulnerabilidade social, atendendo igualmente a rede de equipamentos públicos de

alimentação e nutrição, instituições assistenciais e escolas ou, ainda, a formação de estoques reguladores (MATTEI, 2007).

No final de 2003 a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) foi estabelecida e passou a ser implementada, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). É executada por meio do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER) e tem por objetivo nortear as ações do governo federal direcionadas para a qualificação a reorganização e o fortalecimento dos serviços de Ater no Brasil (CAPORAL, 2006). Segundo o autor, não há dúvidas sobre os esforços que as entidades públicas de Ater tem feito para adequar-se às proposições que orientam uma nova prática de Assistência técnica e Extensão rural.

A Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) tem realizado ações de articulação das políticas públicas, no tocante aos municípios da região sudoeste de Mato Grosso, desde o ano de 2004. Essa articulação tem sido realizada através do desenvolvimento de atividades de sensibilização e envolvimento de organizações da agricultura familiar, num esforço de diagnosticar as experiências de produção e comercialização desses agricultores, com vistas a subsidiar um plano de ação que contemple as possibilidades de acesso dos alimentos produzidos por agricultores aos mercados institucionais (MENDES et al., 2013).

Neste sentido, o presente tem como objetivo investigar as políticas públicas acessadas pelos agricultores familiares dos municípios da região sudoeste mato-grossense, situados no bioma Amazônia, analisando os seus desdobramentos sociais.

Metodologia

Área de Estudo

É constituída pelos municípios de Conquista D' Oeste, Comodoro, Figueirópolis D' Oeste, Jauru, Nova Lacerda, Pontes e Lacerda, Vale de São Domingos e Vila Bela da Santíssima Trindade, integrantes da região sudoeste de estado de Mato Grosso (Figura 01) e que fazem parte do Polo Sindical Nascentes das Águas Vale do Guaporé e Jauru. Dentre os oito municípios estudados, dois não estão inseridos no Bioma Amazônia, Jauru e Comodoro, entretanto devido à relevância da agricultura familiar nestes e sua proximidade e com as demais municipalidades estudadas e sua participação no polo sindical optou-se por incluí-lo na pesquisa.

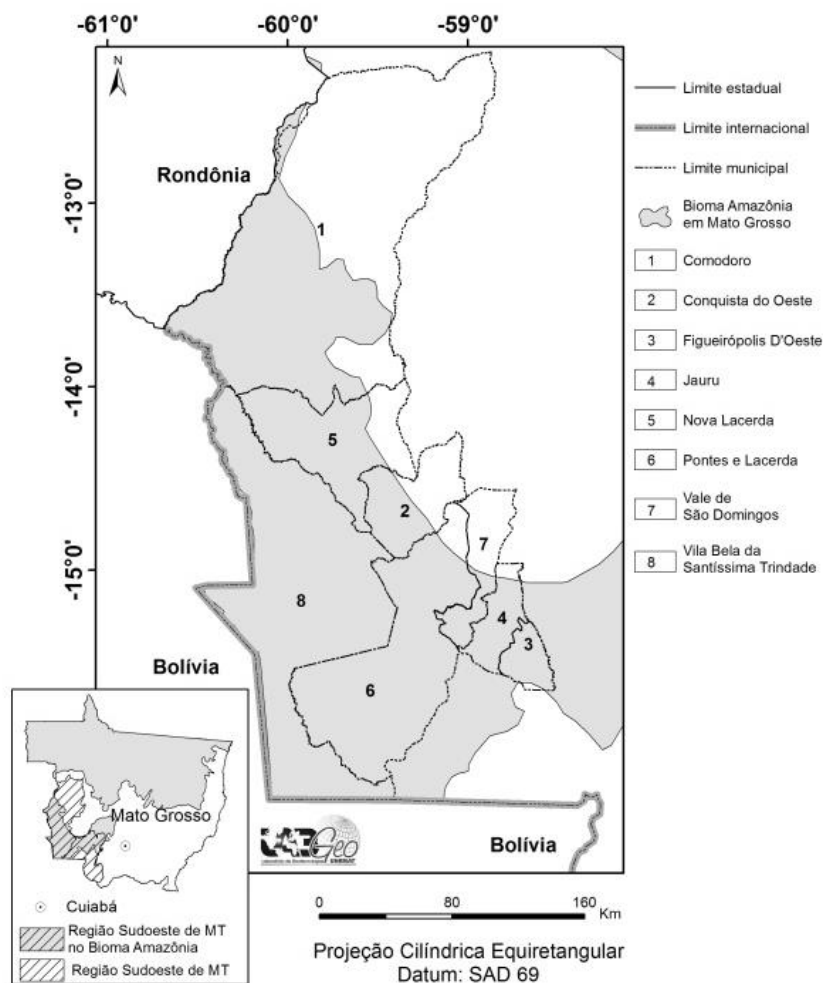


Figura 1. Municípios investigados no contexto da região Sudoeste de planejamento do estado de Mato Grosso e do bioma Amazônia. Fonte LabGeo, UNEMAT (2015).

Os municípios investigados posicionam-se na transição entre os climas Equatorial e Tropical, caracterizando-se por três a quatro meses secos (junho a setembro), com verão chuvoso, temperatura média do mês mais frio de aproximadamente 23°C e precipitação anual média de 2.150 mm (BRASIL, 1979).

Procedimentos metodológicos

Nesta pesquisa foi adotada metodologia quanti-qualitativa utilizando dados quantitativos com a finalidade de facilitar a análise dos mesmos, e procurando compreender fenômenos da realidade baseados em informações fornecidas pelos próprios sujeitos entrevistados. Na percepção de Mynayo (1994), ao definir o aspecto

qualitativo do objeto estamos considerando como “sujeito de estudo: gente, em determinada condição social, pertencente a determinado grupo social ou classe com suas crenças, valores e significados”.

A investigação iniciou com a identificação dos presidentes e/ou representantes legais de Associações e Cooperativas dos oito municípios da região sudoeste matogrossense de planejamento, que fazem parte do polo sindical Nascentes das Águas Vale do Guaporé e Jauru. Os informantes foram escolhidos por estarem a par da situação da agricultura familiar e por representarem 1704 agricultores familiares da região, organizados em 55 entidades entre associações e cooperativas de agricultores familiares. A identificação ocorreu através de visitas as Secretarias Municipais de Agricultura dos municípios, que forneceram os contatos dos representantes que participavam ativamente do Conselho Deliberativo Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS).

Em um primeiro momento, foram realizadas reuniões com os agricultores familiares que ocupam o cargo de presidente das associações e cooperativas para proceder à apresentação da proposta de pesquisa, o convite para a participação e solicitada autorização da divulgação dos dados fornecidos, através da anuência ao termo de consentimento livre e esclarecido.

Após o aceite, procedeu-se a coleta de dados, que ocorreu no período de maio a agosto de 2015 por meio da entrevista semi-estruturada, aplicada face a face, na propriedade rural do entrevistado ou nos locais utilizados para reuniões dos associados. O formulário, composto por 72 perguntas abertas e fechadas com questões direcionadas à caracterização socioeconômica e de acesso a políticas públicas dos agricultores familiares foi aplicado aos informantes (representantes das associações/cooperativas), sendo este utilizado como roteiro à execução da pesquisa e para o registro das respostas. Assim, a caracterização da agricultura familiar é realizada através da descrição feita pelos informantes da pesquisa.

Durante essa etapa foi definido que as questões relacionadas às políticas públicas seriam respondidas por todos os agricultores familiares durante assembleias das organizações as quais fazem parte. As respostas foram discutidas pelos agricultores familiares, sendo estas repassadas na última visita do pesquisador as associações.

Para Duarte (2004), esse tipo de instrumento metodológico tem melhor resultado quando é utilizado em ambiente doméstico, pois transmite ao entrevistado a sensação de liberdade para a expressão das suas ideias e vivências. O fato das entrevistas serem

realizadas nesses locais se deu em razão de ter sido considerado a maior comodidade dos sujeitos.

Participaram 55 representantes legais de Associações e Cooperativas de Agricultores Familiares que atuam ativamente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável.

As informações qualitativas e quantitativas obtidas foram tabuladas em planilha eletrônica no software Excel e, por meio das estatísticas de frequência absoluta (F_i), que indica quantas vezes a opção foi selecionada pelos entrevistados, e a frequência relativa (F_{ri}), que corresponde à razão entre a frequência absoluta e o número total de observações, expressa em percentual.

Resultados e Discussão

Entre os informantes, 96,36% representam associações de agricultores familiares, enquanto 3,64% são presidentes de cooperativas de agricultores familiares. Essa diferença na quantidade de associações em relação a cooperativas de agricultores se deve principalmente pela versatilidade que as primeiras possuem em relação às segundas. Entretanto, Sabourin et al. (1998), alerta que a flexibilidade do modelo e a ausência de fiscalização não devem esconder a natureza produtivista das associações, pois facilitando o acesso ao crédito individual, o sistema acelera os processos de acumulação ou de capitalização e contribui para a diferenciação socioeconômica entre os agricultores.

Foi possível verificar que das 53 associações 30 possuem sede própria, destas, 70,59% tiveram as sedes edificadas com recursos advindos dos próprios associados; 23,53% foram construídas a partir da ajuda e doações da comunidade civil e em 5,88% o INCRA destinou uma casa existente no local do assentamento para essa finalidade. As associações desta região apresentam dificuldades quanto à infraestrutura e a falta de apoio de órgãos públicos, dependendo sua “sobrevivência” quase que exclusivamente dos próprios associados e em alguns casos da sociedade civil.

Os informantes têm idade entre 30 e 64 anos, correspondendo a uma idade média de 46,1 anos. Na sua maioria (50,90%), situam-se na faixa etária entre 41 a 51 anos, sendo que um dos agricultores (1,82%) possui mais de 62 anos. As faixas etárias

compreendidas entre o intervalo de 30 e 40 anos e o de 52 a 62 anos possuem o mesmo número de representantes, correspondendo cada uma a um percentual de 23,64%.

Quanto à idade dos agricultores a que representam, os entrevistados informaram que 4,32% têm menos de 30 anos, 17,7% tem idade entre 30 e 40 anos, 62,1% se encontram na faixa de 41 a 51 anos, e 15,88% têm entre 52 e 62 anos. A maior parte dos agricultores entrevistados está com mais de 40 anos, o que demonstra a necessidade de se desenvolver projetos com a finalidade de promover a permanência dos jovens no campo, fazendo com que estes desenvolvam relação com a terra, como seus pais. É importante salientar que grande parte dos jovens rurais deixa o campo por falta de expectativa de crescimento através de atividades agropecuárias, gerados na maioria das vezes pela escassez de recursos e investimentos tecnológicos na unidade de produção familiar. Sem expectativa de crescimento, os jovens acabam deixando o campo indo em direção ao perímetro urbano, causando um segundo problema além do êxodo rural, relacionado com o envelhecimento da mão de obra, o que conseqüentemente reduz a capacidade de produção. A permanência da juventude no campo depende da realização de novos investimentos, aquisição de tecnologias para a propriedade e diminuição do trabalho braçal (SPANVELLO, 2008).

A ausência de um perfil mais jovem pode ser explicada de acordo com Conceição Junior et al. (2013), pelo contato dos filhos de agricultores com novas oportunidades de trabalho. Pesando ainda na escolha do jovem o desinteresse por uma atividade considerada por eles, física e moralmente desgastante e desestimulante pela falta de apoio do Estado.

Quanto ao gênero dos agricultores líderes das entidades, observou-se que 96,36% pertencem ao masculino. A prevalência de pessoas do gênero masculino em atividades ou cargos de chefia em unidades rurais produtivas é extremamente comum, dados estes que corroboram com a afirmação de Holzmann (2006), em que atividades realizadas no espaço público, como a reprodução social e a direção da sociedade ficam a cargo dos homens, sendo atribuições femininas, as atividades domésticas, ou seja, produção de valores de uso direcionados para a família, as atividades de reprodução da espécie, do cuidado com crianças, velhos e incapazes, restringindo sua atuação a esfera privada. Segundo Santos (1978), essa divisão sexual é característica do universo camponês, cujos homens têm a mesma responsabilidade de todas as tarefas produtivas, da direção do processo de trabalho e do contato com a cidade.

A quantidade relativamente baixa de mulheres entrevistadas pode ter influenciado no resultado que determinou a pouca atuação do gênero feminino no exercício das atividades da associação, conforme pode ser observado na tabela 1. Se nas atividades da associação foi apontada pouca atuação das mulheres, nas atividades ligadas a produção de alimentos, considerando as agricultoras familiares representadas, foi observado que 61,82% são participantes ativas nessas atividades, 5,45% não atuam na produção de alimentos e 32,73% são pouco atuantes. Fato este pode ser explicado, pela presença de hortas e pomares, em que se costuma produzir diversas espécies agrícolas e medicinais, e que na maioria das vezes é conduzido por agricultores do gênero feminino. Os alimentos produzidos nessa área, geralmente são utilizados para autoconsumo, sendo, portanto de grande importância para a família, mas podendo este trabalho ser menosprezado em alguns casos, sendo considerado apenas como uma forma de ocupar o tempo e manter o quintal organizado.

Rosa et al. (2007), ao estudarem quintais agrofloretais na região Amazônica, constataram que esse é um espaço mantido majoritariamente por mulheres, sendo muitas vezes menosprezados por serem considerados um trabalho produtivo de “ajuda” ao trabalho desenvolvido pelos homens na roça, sendo esta atividade vista como a produção real.

Tabela 1. Representação da atuação das mulheres em atividades relacionadas à atuação das associações ou cooperativas de agricultores familiares

Atuação das mulheres na associação	F_i	F_{ri} (%)
Pouco Atuante	25	45,45
Atuante	20	36,36
Não atuante	10	18,19
Total	55	100

Fi: frequência absoluta; Fri: frequência relativa

Outro fato verificado é que devido à falta de mão-de-obra familiar, as mulheres além de realizarem o serviço de casa e as atividades relacionadas à manutenção de seus quintais, ainda colaboram com outras funções desempenhadas na propriedade. Grande parte delas, mesmo que esporadicamente, auxiliam seus maridos em algumas tarefas agrícolas, durante o plantio ou colheita, e muitas vezes também são responsáveis pelo tratamento e criação dos animais. De acordo com Grisa (2010), o trabalho da mulher é importante, pois grande parte dos agricultores não contrata mão-de-obra com frequência.

A maioria dos agricultores informantes tem origem no estado de São Paulo, embora uma parcela considerável seja advinda de outras regiões do estado de Mato Grosso (Tabela 2). A quantidade considerável de pessoas de outras regiões do Estado deve-se principalmente ao fato de que muitos desses agricultores fazem parte de movimentos sociais ligados à reforma agrária, fazendo com que saíssem de seus municípios de origem. Parte considerável dos agricultores (62,5%) chegaram a mais de duas décadas (20 e 49 anos) na região sudoeste de Mato Grosso, há os que chegaram a mais de 50 anos que perfazem 20,83% da amostra, enquanto que 16,67% chegaram a menos de 20 anos. Situação diferente da averiguada por Mendes et al. (2013), a respeito da origem dos agricultores dos assentamentos Bom Jardim/Furna São José, Corixo e Margarida Alves, pertencentes a mesma região desse estudo, que verificaram uma maioria dos agricultores naturais do estado de Mato Grosso, Minas Gerais e São Paulo.

Segundo Zattar e Szubris (2015), a partir do ano de 1960, ocorre intensa movimentação de migrantes do sudeste e sul do Brasil para as terras do sudoeste do estado de Mato Grosso, formando novos núcleos habitacionais na região, movimentação esta que perdurou até o início dos anos 1960.

Tabela 2. Estado de origem dos agricultores familiares no Polo Sindical Nascentes das Águas Vale do Guaporé e Jauru - MT, informados pelos representantes legais das organizações, através de dados cadastrais.

Estado de origem	F_i	F_{ri} (%)
São Paulo	301	17,66
Rondônia	289	16,96
Pará	197	11,56
Minas Gerais	159	9,33
Mato Grosso	141	8,27
Goiás	127	7,45
Pernambuco	85	4,99
Mato Grosso do Sul	79	4,64
Alagoas	77	4,52
Espírito Santo	63	3,70
Rio Grande do Sul	61	3,58
Rio de Janeiro	56	3,29
Paraná	54	3,17
Outros	15	0,88
Total	1704	100

Fi: frequência absoluta; Fri: frequência relativa

A renda provinda da unidade de produção dos agricultores familiares, segundo os informantes, é de um salário mínimo em 67,27% das unidades de produção, enquanto

que 32,73% dos agricultores familiares possuem renda provinda de sua produção de até dois salários mínimos. Os valores relativamente baixos da renda obtida nas atividades agropecuárias estão relacionadas principalmente a mão de obra disponível, em que as atividades geralmente são desempenhadas pelo chefe da família, que possuem mais de 40 anos ou que desempenham outra atividade remunerada fora da unidade de produção familiar. Ribeiro (2003), referencia em seu estudo a respeito da pobreza rural no Vale do Jequitinhonha, que receitas rurais representam cerca de 1,36 salários mínimos por família, sendo esta renda acrescida por outros valores provindos de transferências de benefícios sociais e de atividades não-agrícolas.

Conforme relatado pelos representantes de associações e cooperativa, a produção agropecuária nas unidades de produção comumente é destinada ao autoconsumo dessas famílias conjuntamente com a venda do excedente (Tabela 3). Além de produzir para o autoconsumo, com a venda apenas do excedente, alguns agricultores familiares produzem destinados a comercialização, e nesse caso a família consome apenas o excedente da produção. Em ambas as situações, fica evidente, em diferentes proporções, a preocupação desses agricultores em produzir o próprio alimento. Enquanto que para a produção agrícola foi observado um mesmo número de apontamentos para as categorias autoconsumo e venda, na produção agropecuária a produção exclusiva para venda foi maior quando comparada a produção utilizada apenas para o autoconsumo.

O autoconsumo desempenha um papel fundamental nas formas sociais de produção e trabalho que está relacionado a propiciar a diversificação das estratégias de vivência das famílias. Nesse sentido, o que se quer demonstrar é que a produção de auto provisionamento é a base sobre a qual se assenta, materialmente, grande parte da reprodução social e alimentar do grupo doméstico e o ponto de partida para que as unidades de produção consigam diversificar as suas estratégias de vivência (GAZOLLA, 2006).

De acordo com Grisa (2007) a produção para autoconsumo é uma forma de interiorização dos recursos ao mesmo tempo em que promove a segurança alimentar; minimiza a vulnerabilidade social e assegura a continuidade do grupo familiar. Dessa forma, agricultores familiares sentem-se valorizados ao identificar que sua produção de alimentos é importante para a fixação das pessoas no campo, resultando na recuperação da autoestima desses agricultores, comprometida pela falta de emprego e de renda, fortalecendo a identidade social dos agricultores e de sua dignidade pessoal.

Weisheimer (2009) encontrou dados diferentes desta pesquisa, em que a maioria dos agricultores destinava a produção para a comercialização, seguido da produção para autoconsumo e venda apenas do excedente da produção.

Tabela 3. Principal destinação da produção familiar dos agricultores associados e/ou cooperados na região Vale do Guaporé e Jauru, segundo os informantes.

Destino da Produção	Produção Agrícola		Produção Pecuária	
	F _i	F _{ri}	F _i	F _{ri}
Autoconsumo e Venda do Excedente	22	40	36	65,45
Venda e Autoconsumo	18	32,72	12	21,81
Autoconsumo	7	12,73	1	1,82
Venda	7	12,73	5	9,10
Não produz	1	1,82	1	1,82
Total	55	100	55	100

Fi: frequência absoluta; Fri: frequência relativa.

Dentro da realidade investigada, observou-se que na maioria das unidades produtivas a produção agrícola é a principal atividade desenvolvida pelos agricultores. Entretanto há de se fazer uma ressalva referente à produção pecuária, essa atividade tem proporcionado uma renda superior a um salário mínimo, quando desenvolvida como principal atividade na unidade produtiva. Foi perceptivo que a pecuária mesmo como atividade secundária tem se mostrado importante na reprodução da agricultura familiar na região, pois a produção de frango caipira, suínos e leite, nesse grupo de pesquisa contribuem na renda mensal e são importantíssimos na alimentação desses agricultores.

A diversificação da produção baseando-se tanto na produção agrícola quanto na pecuária, é uma estratégia dos agricultores familiares baseando-se na multiplicidade de atividades que visam garantir a reprodução da unidade familiar (CAUME, 2005).

De acordo com as respostas obtidas pelos representantes dos agricultores familiares, constatou-se que, 80% afirmam que estar associado é fundamental para o desenvolvimento da agricultura familiar e os demais apontam apenas como importante o associativismo. Em 56,36% das respostas, a associação é um fator determinante para o fortalecimento da agricultura familiar regional, enquanto que 29,10% relatam que estar associado contribui para a agregação de valor de seus produtos e para 14,54% a vantagem de estar associado é a organização da produção e comercialização de produtos.

Para Moraes e Curado (2004) as associações comunitárias rurais são sociedades formais criadas com objetivo de integrar esforços e ações dos agricultores e seus

familiares em benefício da melhoria do processo produtivo e da própria comunidade a qual pertencem. O princípio da participação social é determinante no processo de conquistas materiais. Neste aspecto, interessa que a comunidade tenha condições de usufruir os bens e serviços materiais conquistados pela organização.

É importante ressaltar que o simples fato de participar de uma cooperativa ou associação não indica necessariamente que o agricultor teve todas as suas necessidades atendidas e consolidadas. No entanto, pode indicar que se encontra em um processo de organização, uma vez que por meio do grupo, teoricamente, terá mais força para reivindicar seus direitos (CORRÊA, 2008).

De acordo com Araujo et al. (2009) algumas situações muito frequentes contribuem constantemente para o enfraquecimento do espírito associativista. Certas políticas públicas exigem a obrigatoriedade de o beneficiário pertencer a uma entidade associativa (programas da CONAB, Compra Direta da Agricultura Familiar e outros). Outras preconizam a necessidade de formação de grupo de agricultores para conseguir algum financiamento. As formações desses agrupamentos, às vezes são feitas às pressas, para não deixar passar as oportunidades. Como resultado: após atingir seus objetivos, as configurações grupais são desfeitas e os compromissos firmados nos projetos ou propostas de participação não são cumpridos. Não se identifica nas associações uma forma precisa de planejamento.

Segundo relato dos informantes as dificuldades que mais afetam o desenvolvimento da agricultura familiar são: falta de articulação dos agricultores (43,03%), estabelecimento de políticas públicas de fácil acesso (31,52%), o acesso à assistência técnica que atenda às suas necessidades (13,33%), investimento em indústrias de processamento (7,27%) e a diversificação de produção (4,85%). Foi possível assimilar em campo que mesmo que os agricultores familiares pertencem a entidades organizacionais, que já seria uma forma considerada de articulação, a grande maioria está nessa posição de forma figurativa, principalmente pela necessidade da existência desses grupos organizados para a captação de recursos pelas prefeituras municipais. Em alguns casos ficou perceptivo que as organizações foram formadas, e que quando da conquista do acesso à determinada política ou recurso, ficaram praticamente inativas, tendo a sua funcionalidade existente apenas no papel.

Relativo à relevância das políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura familiar na região, 43,64% dos agricultores expuseram que elas são

extremamente importantes; 36,36% apontaram como importante; 14,55% que as políticas possuem pouca importância e 5,45% não souberam ou não quiseram informar.

Foi possível verificar que 61,82% dos agricultores acessa algum tipo de política pública, o que tem auxiliado na manutenção da agricultura familiar na região. Para os agricultores, a burocracia imposta no acesso a políticas públicas é o maior entrave para que consigam acessá-las (Tabela 4). A falta de informação constitui um entrave para esses agricultores, pois sem o conhecimento adequado o acesso a essas políticas é dificultado. É importante pontuar que 47,28% desconhecem o fato de que a assistência técnica praticada pela Empresa Mato-grossense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMPAER) é uma política pública voltada para a agricultura familiar, mesmo que 67,27% dos entrevistados recebam assistência técnica da empresa.

Tabela 4. Problemas encontrados no acesso as políticas públicas pelos representantes de associações/cooperativas do Polo Sindical Nascentes das Águas Vale do Guaporé e Jauru.

Dificuldades de Acesso	F_i	F_{ri} (%)
Burocracia	31	56,36
Falta de Informação	12	21,82
Manter a documentação em dia	8	14,54
Técnicos Capacitados	2	3,64
Falta de Incentivo do Poder Público	2	3,64
Total	55	100

Fi: frequência absoluta; Fri: frequência relativa

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) estabelece que a missão da assistência técnica deva ser participar na promoção e animação de processos capazes de contribuir para a construção e execução de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, centrado na expansão e fortalecimento da agricultura familiar e das suas organizações, por meio de metodologias educativas e participativas, integradas às dinâmicas locais, buscando viabilizar as condições para o exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da sociedade (MDA, 2004). Entretanto, a ausência de apoio do estado nacional para as ações de Ater a responsabilidade ficou a cargo exclusivo dos estados e municípios, sendo em muitos casos sucateada ou mesmo extinta (ANDRADE, 2013). Em campo, o que se observou é que a atuação da Empresa Mato-grossense de Assistência Técnica e Extensão Rural na região é dificultada pela ausência de estrutura compatível e pelo contingente insuficiente para atender a demanda.

Questionados sobre o recebimento de assistência técnica, os informantes apontam que, 51,35% dos agricultores que acessam a essa política afirmam que a assistência ofertada não atende suas necessidades de produção; enquanto que 29,73% apontam que esta atende suas carências de forma parcial; e 18,92% relataram que a assistência técnica atende as necessidades (Tabela 5).

Quando o assunto é política pública acessada, os informantes são enfáticos em afirmar que as mais acessadas pelos agricultores da região são: o Fundo Estadual de Transporte e Habitação (FETHAB), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), e a assistência técnica. Conforme pode ser observado na tabela 5, a assistência técnica é a política mais acessada pelos agricultores, seguida do custeio, do PRONAF, do FETHAB, PNAE e PAA.

Na região sudoeste mato-grossense as políticas públicas vinculadas à agricultura familiar, como o PAA e o PRONAF, foram importantes para o desenvolvimento do segmento, geração de emprego e renda e fixação do homem no campo. A maioria dos municípios dessa região apresentam um baixo nível de desenvolvimento social e econômico e prevalência da agropecuária tradicionalista (MATO GROSSO, 2008), o que marginaliza as inúmeras pequenas propriedades rurais e os mais de 60 assentamentos da reforma agrária. A adesão a políticas públicas é importante para o desenvolvimento da agricultura familiar, favorecendo a geração de emprego e de renda e a manutenção do homem na terra.

Em se tratando de políticas públicas para dinamizar a agricultura familiar, Belik (2000), destaca que estas são importantes, pois proporcionam condições para o aumento da capacidade produtiva, de geração de emprego e de melhoria de renda e qualidade de vida dos agricultores familiares, dando prioridade àqueles com pouco ou nenhum acesso às inovações tecnológicas, infraestrutura ou à economia de mercado nacional.

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), instituída pela lei 12.188/2010 visa o atendimento às carências peculiares do agricultor familiar, valorizando sua lógica de produção e reprodução social, suas dinâmicas e experiências, conforme observado em seu rol de objetivos (BRASIL, 2010).

O PAA dirige suas ações para a agricultura familiar, contemplando sob tal designação os camponeses, agricultores familiares, assentados e acampados da reforma agrária, extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais, atingidos por barragens e comunidades indígenas (SCHIMITT e GUIMARÃES, 2008).

Apesar de o FETHAB ser ranqueado como uma política acessada pelos agricultores é preciso esclarecer que essa política beneficia os agricultores familiares através da manutenção de estradas rurais, não podendo ser considerada como acessada, tendo em vista que o recurso não fica disponível para acesso do agricultor familiar, sendo este apenas favorecido pelos seus benefícios.

Tabela 5. Políticas públicas acessadas pelos agricultores familiares da região sudoeste mato-grossense, no Polo Sindical Nascentes das Águas Vale do Guaporé e Jauru.

Políticas Públicas Acessadas	F_i	F_{ri} (%)
Assistência Técnica	37	43,53
PRONAF	33	38,83
FETHAB	8	9,41
PNAE	5	5,88
PAA	2	2,35
Total	85	100

Fi: frequência absoluta; Fri: frequência relativa;

O Governo do Estado de Mato Grosso criou em 27 de março de 2000, o FETHAB com o objetivo de angariar recursos que pudessem ser destinados aos setores de transporte e habitação. Segundo Mattiello e Figueiredo (2006), se trata de uma contribuição inicialmente cobrada das atividades ligadas a produção de soja e posteriormente de outras atividades agropecuárias, como a pecuária bovina, algodão, madeira, combustíveis e gás natural. A partir de 2014, parte do recurso arrecadado está sendo repassado para os municípios para a recuperação e manutenção das estradas rurais. Daí a importância desta política para a agricultura familiar, que a partir da sua aplicação teve o acesso a sua propriedade e escoamento dos produtos facilitado.

A existência de organizações de agricultores familiares na região estudada, não garante que esses atores sociais acessem a políticas públicas. Essa afirmação pode estar associada à falta de ações da ATER relacionadas com a apresentação da existência, funcionalidade, operacionalização e objetivos das políticas existentes voltadas a este segmento. Dessa forma, a falta de conhecimento das políticas públicas torna-se um fator importante para o não acesso destas pelos agricultores familiares da região. Outra condição ligada ao não acesso de políticas públicas está ligada a falta de documentação adequada ou ainda pela inatividade de algumas organizações, existentes apenas no papel.

De acordo com 54,54% dos informantes não existe incentivo do poder público municipal ao acesso às políticas públicas na região sudoeste, sendo que a atuação do

município foi definida para 50,91% como não atuante; 32,73% como pouco atuante e 16,36% houve apontamento da atuação da esfera municipal no incentivo ao acesso. Conforme relato dos secretários de agricultura dos oito municípios a falta de incentivo por parte da secretaria ao acesso de políticas públicas se dá principalmente pela ausência de técnicos capacitados para determinada função e pela rotatividade de funcionários dentro da secretaria. Entretanto todos afirmam que é feito o necessário para repassar informações sobre essas políticas aos agricultores, além de outras atividades que são desempenhadas junto à agricultura familiar.

Quanto o acesso a financiamento, conforme relato dos entrevistados, 54,54% dos agricultores já acessou em algum momento financiamento agropecuário. Os informantes relatam que a principal forma de aplicação desses recursos foi realizada em infraestrutura (50%), aquisição de gado mestiço (46,67%) para aumento do plantel e outras finalidades (3,33%).

Segundo Assunção e Chein (2007), o crédito agrícola é um mecanismo importante para o aumento da produtividade no campo e crescimento do produto, os autores seguem afirmando que o crédito de custeio torna possível o agricultor adquirir matéria-prima necessária para a produção através de capital de giro barato.

As novidades sobre políticas públicas são encontradas na EMPAER (47,27%), secretaria municipal de agricultura (18,18%), na internet (14,55%), e escritórios particulares de assistência técnica (3,64%). Entretanto, há os que não recebem nenhum tipo de informação a respeito de políticas públicas (16,36%). Os agricultores que recebem informações sobre políticas públicas, que totalizam de 65,22%, apontam como de pouca aplicabilidade essas informações; 19,56% conseguem aplicar as informações e 15,22% não aplicam as informações. Apesar da maioria dos agricultores ter acesso a essas informações, o que se observa é que estas são de difícil aplicação prática, tendo em vista que geralmente são superficiais e genéricas e inadequadas, impossibilitando em muitos casos o acesso a essas políticas.

Foi solicitado aos informantes que junto com os agricultores familiares a qual representam atribuíssem uma definição das políticas públicas PRONAF, PNAE e PAA (Tabela 6), tendo em vista a importância destas para o desenvolvimento da agricultura familiar e o estabelecimento desses agricultores no campo. Como pode ser observado, não há uma definição satisfatória atribuída pelos agricultores, sendo que as maiorias apenas citam alguns vagos objetivos de cada política, o que reforça a necessidade de

disseminação de informações sobre as políticas públicas voltadas ao segmento da agricultura familiar.

Tabela 6. Definição das políticas públicas PRONAF, PNAE e PAA pelos agricultores inseridos no Polo Sindical Nascentes das Águas Vale do Guaporé e Jauru, sudoeste mato-grossense.

Definição do PRONAF	F_i	F_{ri} (%)
Auxílio para Agricultura Familiar	24	43,64
Meio de Ajuda	15	27,27
Custeio da Produção	14	25,45
Financiamento de atividades agrícolas	2	3,64
Total	55	100
Definição do PNAE		
Merenda escolar adquirida da Agricultura Familiar	28	50,91
Programa para vender para as escolas	14	25,45
Não soube informar	13	23,64
Total	55	100
Definição do PAA		
Venda através de contrato com a CONAB	27	49,1
Não soube informar	20	36,36
Compra dos produtos pelo governo	8	14,54
Total	55	100

Fi: frequência absoluta; Fri: frequência relativa;

Após assembleia dos agricultores familiares, verificou-se que para a maioria, o PRONAF é um auxílio para o desenvolvimento da agricultura familiar, em seguida aparece é citado como um meio de ajuda para os agricultores familiares. O custeio da produção, que é uma das modalidades de crédito rural, aparece como terceiro atributo para o PRONAF, e por último os agricultores citam o financiamento de atividades agrícolas.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF foi criado pelo Decreto nº 1.946/1996, com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda. Oliveira Filho e Moreira (2006), expuseram que o PRONAF é desconhecido pelos agricultores em termos de entendimentos e de propostas, sendo que a maior parte deles não sabe ao certo o significado do programa.

Quanto ao acesso ao PRONAF, 56,36% dos entrevistados acessam ou acessaram em algum momento essa linha de crédito. Destes, 83,87% indicaram que houve um aumento na renda proveniente da produção, após o acesso a esta política. Os que

mantiveram a renda totalizaram 12,9% e 3,23% afirmaram que não houve alteração na renda.

A faixa de valor mais acessada no PRONAF, pelos agricultores foi a de R\$ 17.000,00 a R\$ 21.999,00 e a menos acessada foi q que se encontram no intervalo de R\$ 27.000,00 a R\$ 31.999,00, evidenciando que os valores mais altos são os menos acessados pelos agricultores da região estudada.

Tabela 7. Valores acessados pelos representantes das associações e/ou cooperativas de agricultores familiares pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Valor Acessado (R\$)	F_i	F_{ri} (%)
12.000,00 a 16.999,00	9	29,03
17.000,00 a 21.999,00	16	51,62
22.000,00 a 26.999,00	4	12,90
27.000,00 a 31.999,00	2	6,45
Total	31	100

Fi: frequência absoluta; Fri: frequência relativa

Na avaliação do PRONAF, 64,52% dos agricultores se dizem satisfeitos com o acesso dessa linha de crédito, 22,58% afirmam não ter opinião formada a respeito do programa, 9,68% declararam estar pouco satisfeito e 3,22% disseram não estar satisfeitos com o acesso. Neste último caso, foi relatado por um informante que alguns agricultores familiares utilizam o recurso em atividades que não retornam o investimento, fazendo com que estes fiquem endividados.

Questionados sobre o que poderia ser melhorado no PRONAF, a resposta mais frequente dos informantes foi a redução da burocracia (63,64%). A fiscalização da aplicação correta dos recursos foi apontada por 23,63% por esses representantes como um dos quesitos para melhoria do programa. Em seguida, desponta o quesito redução do tempo de tramitação (12,73%).

Segundo Bastos (2006), exigências burocráticas fora da realidade dos agricultores pobres – principalmente o uso de tecnologia inadequada, os limites políticos à mobilização e organização dos agricultores familiares, a ausência de parcerias institucionais, a falta de prática dos agentes financeiros em lidar com pequenas operações de crédito, representavam obstáculos incontornáveis para que o agricultor familiar tivesse fácil acesso ao crédito.

Segundo os entrevistados, 65,45% dos agricultores familiares vinculados às entidades a qual representa, não acessam o PNAE, percentual esse consideravelmente

alto. Fato que pode ser atribuído às dificuldades relatadas pelos informantes, que apontaram a burocracia (47,26%) e a falta de informação (43,64%) como as maiores dificuldades no acesso a essa política.

O incentivo ao agricultor familiar foi apontado pelos entrevistados como o maior benefício de acesso ao PNAE, seguido pela garantia de inserção ao mercado, garantia de renda, alimentação de qualidade para as crianças, fixação do homem no campo e melhoria de vida (Tabela 8). O que chama a atenção nessa situação é a importância dada por alguns agricultores quanto o oferecimento de alimentação de qualidade para as crianças, no entanto, uma pequena quantidade de agricultores considera este quesito como um benefício do acesso ao programa.

Tabela 8. Benefícios apontados pelos representantes entrevistados para o acesso ao Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Benefícios de Acesso ao PNAE	F_i	F_{ri} (%)
Incentivo ao agricultor familiar	15	27,27
Garantia de inserção ao mercado	13	23,63
Não soube informar	7	12,73
Garantia de renda	7	12,73
Alimentação de qualidade para as crianças	6	10,90
Fixação do homem no campo	5	9,10
Melhoria de vida	2	3,64
Total	55	100

Fi: frequência absoluta; Fri: frequência relativa

Conforme apontamentos de Grisa (2010), o PNAE apresenta desafios operacionais como a falta de conhecimento do programa e do mercado, carência de estruturas e logísticas e falta de integração com outras políticas públicas. Além disso, é preciso fortalecer as organizações dos agricultores, impedindo que seja apropriado por práticas clientelistas das instituições locais ou reproduza velhos mecanismos de comercialização.

Morin (1999) destaca que o ato de alimentar-se envolve uma complexidade de sistemas de interpretação bio-físio-antropo-social que evidenciam as estratégias para que o processo aconteça, tendo em vista os critérios da sustentabilidade. Assim, a alimentação escolar envolve aspectos cultural-territoriais; interações socioeconômico-ambientais; político-institucionais; de respeito ao ciclo da natureza de ofertar alimentos para atender à necessidade básica do indivíduo de não sentir fome; entre outros, a fim de

promover a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

No caso do PAA a maioria dos informantes aponta como benefícios para essa política a garantia de renda e de inserção no mercado (Tabela 9). Alguns dos entrevistados pontuaram que essa política contribui na fixação do homem no campo, através da melhoria das condições de vida.

Como pode ser observado, sete dos informantes não souberam informar quais os benefícios do PAA, o que deixa claro a falta de informação de uma parte dos agricultores familiares a respeito dessa política, tendo em vista que os informantes são representantes de associações e cooperativas as quais esses agricultores estão vinculados. Esse caso em específico pode explicar a dificuldade que os agricultores familiares dessa região enfrentam para acessar políticas públicas.

O interesse político em torno da segurança alimentar foi o maior responsável pela implementação do PAA. Além disso, salienta-se que o consumo de produtos saudáveis produzidos na própria região pode ser considerado como afirmação de soberania alimentar pelos agricultores familiares. De acordo com Souza (2006), o PAA se insere como uma política redistributiva que oferece apoio a produção agrícola familiar, sem cair no assistencialismo.

Conforme Sabourin (2009), o PAA constitui numa ferramenta estimulante para a produção, assegurando um preço garantido e, em geral levemente superior ao de mercado de troca. Além disso, o PAA tem influenciado os agricultores a permanecerem no campo, realizando sistemas de policultivos e diversificação da produção (VIEIRA E VIANA, 2007). A necessidade de elaborar um cronograma de entrega para atender as entidades a serem beneficiadas, tem incentivado o plantio de diferentes tipos de produtos, visando melhor remuneração de cada agricultor e atendimento regular as entidades sociais. Nesse sentido, o PAA pode influenciar os agricultores a alterarem suas estratégias de trabalho e alocação dos recursos financeiros e humanos.

Tabela 9. Benefícios do acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos.

Benefícios de Acesso ao PAA	F_i	F_{ri} (%)
Não soube informar	7	12,73
Incentivo ao agricultor familiar	21	38,18
Garantia de renda	15	27,27
Melhoria de vida	2	3,64
Garantia de inserção ao mercado	7	12,73
Fixação do homem no campo	3	5,45
Total	55	100

Fi: frequência absoluta; Fri: frequência relativa

Conclusão

A adesão a políticas públicas no Polo Sindical Nascentes das Águas Vale do Guaporé e Jauru, tem ocorrido de forma lenta. Os agricultores acessam o PNATER, o PRONAF, o PAA, o PNAE, e são contemplados com a manutenção de estradas rurais, realizado através dos recursos do FETHAB. Entretanto, a maioria dos agricultores se esbarra na falta de informações adequadas e na burocracia para acesso de tais políticas, o que cria uma barreira entre tais agricultores e as políticas públicas voltadas a esse segmento social.

Uma das formas para vencer essa adversidade é apostar no associativismo como alavanca para o aumento da capacidade produtiva, comercial e de acesso a políticas públicas. Na região a falta de articulação dos agricultores tem comprometido os desdobramentos da atividade agrícola local, refletindo na baixa renda obtida da unidade de produção e pelo êxodo dos jovens rurais.

Agradecimentos

Ao projeto de extensão: “Núcleo de extensão em Desenvolvimento Territorial da grande Cáceres: uma estratégia de desenvolvimento sustentável por meio de ações que fortaleçam a produção agroecológica, agroindustrialização, comercialização e a atuação das mulheres” financiado no âmbito do Edital CNPq/MDA/ SPM n^o 11/2014 - Apoio a implantação e manutenção de núcleos de extensão em desenvolvimento territorial.

À Coordenação de Apoio ao Pessoal de Nível Superior - Capes pela concessão de bolsa de mestrado a autora deste texto.

Referências

ABRAMOVAY, R.; VEIGA, J. E. Novas Instituições para o Desenvolvimento Rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). **Texto para Discussão n. 641 (Convênio FIPE/IPEA 07/97)**. Brasília: IPEA, 1999.

ABREU, M. Alimentação escolar na América Latina: programas universais ou focalizados/políticas de descentralização. Brasília: **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais**, 1996. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1003/906>> Acesso em: 28 nov. 2015.

ANDRADE, O. B. **Extensão Rural e Cibercultura: Análise das Ações de Comunicação da Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural no Facebook**. 140f. 2013. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local) – Departamento de Comunicação, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2013.

ARAÚJO, C. A. L.; TOLENTINO, M. A.; THEÓPHILO, C. R. Realidade organizacional das associações comunitárias rurais da região sul de Montes Claros - MG. In: 3º Enanpad. **Anais...** São Paulo, 2009, p 8.

ASSUNÇÃO, J. J.; CHEIN, F. Condições de crédito no Brasil Rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 45, n. 2, 2007. p.367-407.

BARROZO, J. C. Políticas de Colonização: as políticas públicas para a Amazônia e o Centro-Oeste. In: BARROZO, J. C. (Org.). **Mato Grosso: do sonho à utopia da terra**. Cuiabá: EdUFMT/Carlini & Caniato Editorial, 2008. p. 15-26.

BASTOS, F. **Ambiente institucional no financiamento da agricultura familiar**. São Paulo: Polis; Campinas, SP: CERES – Centro de Estudos Rurais do IFCH – UNICAMP, 2006.

BELIK, W. PRONAF: avaliação da operacionalização do programa. In: CAMPANHOLA, C. e GRAZIANO DA SILVA, J. (Org.) **O novo rural brasileiro: políticas públicas**. Jaguariúna (SP): EMBRAPA Meio Ambiente, 2000. p. 93-115.

RADAMBRASIL, Levantamentos dos Recursos Naturais, DNPM/CPRM Projeto RADAMBRASIL: Folha SD-20 Guaporé, Rio de Janeiro, vol. 19. 1979. 369 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília: MDA/SAF/Dater, 2004.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União, 25 de jul. de 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Programa de aquisição de alimentos (PAA): renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa**. Brasília: MDS, 23 p. 2010.

CAPORAL, F. R. **A Extensão Rural e os limites à prática dos extensionistas do serviço público**. 1991. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade

Federal de Santa Maria, Santa Maria/RS, 1991. Disponível em: <www.pronaf.gov.br/dater>. Acesso em: 01 set. 2015

CASTRO, S.P., BARROZO, J.C., COVEZZI, M., PRETI O. **A colonização oficial no Mato Grosso: a nata e a borra da sociedade**. Cuiabá: edUFMT/NERU, 2002. 236 p.

CAUME, D. J. C. **A Agricultura familiar no estado de Goiás**. 2 ed. Goiânia: Ed. UFG, 2005.

CHIMELLO, R. Fatores determinantes da produção para autoconsumo na agricultura familiar. **Unoesc & Ciência**, v. 1, n. 2. jul/dez. 2010. , p. 163-174.

CONCEIÇÃO JÚNIOR, V.; BRITO, I. F. S.; DANTAS, E. S. Organização socioprodutiva: Impactos da implantação de cooperativas de agricultores familiares no território Vitória da Conquista, na Bahia. **Revista Bahia Análise & Dados**, v. 23, n. 1, jan/mar., 2013. p. 263-276.

CORRÊA, F. M. C. **Programa de aquisição de alimentos (PAA): uma comparação entre dois Estados do Brasil**. 80f. 2008. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) - Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

CUNHA, J. M. P. **Dinâmica migratória e o processo de ocupação do Centro-Oeste brasileiro: o caso de Mato Grosso**. Campinas/SP, 2004. (Relatório de Pesquisa). Mimeo.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar**, n. 24. 2004. p. 213-225.

GAZOLLA, M. O processo de mercantilização do consumo de alimentos na agricultura familiar. In: Schneider, S. (org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Editora da UFRGS: Porto Alegre, Coleção Estudos Rurais. 2006. p. 32 – 39.

GEHLEN, I. Políticas públicas e desenvolvimento social rural. São Paulo em perspectiva, São Paulo, vol. 18, n. 2, 2004.

GRISA, C. As ideias na produção de políticas públicas: contribuições da abordagem cognitiva. In: BONNAL, P.; LEITE, S. P. (Org.). **Análise comparada de políticas agrícolas: uma agenda em transformação**. Rio de Janeiro: Cirad/Mauad X, 2007. p. 93- 137.

GRISA, C. Diferentes olhares na análise de políticas públicas: considerações sobre o papel do Estado, das instituições, das ideias e dos atores sociais. **Sociedade e desenvolvimento rural**, v. 4, n. 1, 2010. p. 96-116.

GRISA, C. Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar. **Agriculturas**, v. 08, n. 3. 2011. p. 34-41.

GRISA, C.; WESZ JUNIOR, V. **Políticas públicas para a agricultura familiar: entre avanços e desafios**. Boletim do OPPA, n. 03, 2010. 3p.

GUANZIROLI, C. Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI. Rio de Janeiro: **Garamond**, 2001. 284p

HESPANHOL, R. A. M. **A produção familiar: perspectivas de análise e inserção na microrregião geográfica de Presidente Prudente**. 2000. 354 f. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, Rio Claro/SP, 2000.

HOLZMANN, L. Divisão sexual do trabalho. In: CATTANI, A. D.; HOLZMANN, L. (orgs). **Dicionário de trabalho e tecnologia**, Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 101 – 103.

HOSTIOU, N., VEIGA, J.B., TOURRAND, J. F. Dinâmica e evolução de sistemas familiares de produção leiteira em Uruará, frente de colonização da Amazônia brasileira. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 44, n. 2. 2006. p. 295-311.

HURTIENNE, T. Peasant agriculture and differing land use patterns in the Eastern Amazon. In: Congresso Mundial de Sociologia Rural, 10., 2000, Rio de Janeiro. **Anais ... Rio de Janeiro**, 2000.

KIRSCH, H. M.; WAQUIL, P. D. A agricultura familiar e o uso dos recursos ambientais na fronteira sudoeste do estado de Mato Grosso. **Revista de Estudos Sociais**, v. 1, n. 23. 2010. p. 7–29.

MALUF, R. S.; MENEZES, F.; VALENTE, F. Contribuição ao tema da segurança alimentar no Brasil. **Rev. Cadernos de Debate**, v. 4. 1996. p. 66- 68.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2007. 315p.

MATO GROSSO (Estado). Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral. Plano de Longo Prazo de Mato Grosso: macro-objetivos, metas globais, eixos estratégicos e linhas estruturantes. In: PRADO, J. G. B.; BERTCHIELI, R.; OLIVEIRA, L. G. (Org.). **Plano de Longo Prazo de Mato Grosso**. Cuiabá: Central de Texto, 2012. 108p.

MATTEI, L. Programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA): antecedentes, concepção e composição geral do Programa. **Cadernos do CEAM (UnB)**, v.7. 2007. p. 33-44.

MATTIELLO, C. C; FIGUEIREDO, A. M. R. A importância do FETHAB para o setor de transporte rodoviário do Estado de Mato Grosso. **Revista Eletrônica: UFMT**, v. 5 n. 4. 2006. p. 165-179.

MENDES, M. A. **História e geografia de Mato Grosso**. Cuiabá: Cafarnaum, 2012. 201p.

MENDES, M. F. **Agricultura familiar extrativista de frutos do cerrado na região Sudoeste Matogrossense – Brasil: produção e manejo ecológico**. 2012. 75f. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola) – Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, Universidade do Estado de Mato Grosso, Tangará da Serra/MT, 2012.

MENDES, M. F.; NEVES, S. M. A. S.; NEVES, R. J.; SEABRA JÚNIOR, S. O Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar nos assentamentos da região sudoeste mato-grossense. **Revista: Cadernos de Agroecologia**, v. 8, n. 2, 2013.

- MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria método e criatividade**. 16 ed. Petrópolis: Vozes, 2000. 108p.
- MORAES, E. G.; CURADO, F. F. Os limites do associativismo na agricultura familiar de assentamentos rurais em Corumbá, MS. In: Simpósio sobre Recursos Naturais e Socioeconômicos do Pantanal, 4., 2004, Corumbá. **Anais...** Corumbá: Embrapa Pantanal, 2004.
- MORENO, G. A Colonização no século XX. In: MORENO, G. e HIGA, T. C. S. (Org.). **Geografia de Mato Grosso: Território, Sociedade, Ambiente**. Cuiabá: Entrelinhas, 2005. 131p.
- MORIN, E. Por uma reforma do pensamento. In: PENA-VEJA, A.; NASCIMENTO, E. P. (Org.) **O pensar complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 1999. p. 21-34
- OLIVEIRA FILHO, G. S.; MOREIRA, M. L. S. **Políticas de desenvolvimento agrário na realidade**. Fortaleza: SBESR, 2006. 109p.
- OLIVEIRA, A. F. S. **A Sustentabilidade da Agricultura Orgânica Familiar dos Produtores Associados à APOI (Associação dos Produtores Orgânicos da Ibiapaba-CE)**. 2007. 97f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA. Universidade Federal do Ceará, Ceará, 2007.
- PIAIA I. **Geografia de Mato Grosso**. 3 ed. Cuiabá: Edunic, 130 p.
- PLOEG, J. D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. 372p.
- PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1999. 390p.
- PUHL, V. J. De uma agricultura sustentada à sustentável. In: ALVES, A.; PUHL, J. I.; FANK, J. (Orgs.). **Mato Grosso Sustentável e Democrático**. Cuiabá: Defanti, 2006. p. 71-83.
- RIBEIRO, E.M. (Coord.) “Produção agrícola, extrativismo, processamento e canais de comercialização para a agricultura familiar do alto Jequitinhonha, Minas Gerais” **RELATÓRIO DE PESQUISA CNPq/COAGR-AF 004/2001**, Projeto 520.792/01, 2003.
- ROSA, L. S.; SILVEIRA, E. L.; SANTOS, M. M.; MODESTO, R. S.; PEROTE, J. R. S.; VIEIRA, T. A. Os Quintais Agroflorestais em Áreas de Agricultores Familiares no Município de Bragança-PA: composição florística, uso de espécies e divisão de trabalho familiar. In: RESUMOS DO V CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA. 21, 2007, Guarapari. **Anais...** Guarapari: ES, v. II, n. 1, 2007.
- SABOURIN, E.; NOEL, A.; MARINOZZI, G.; ANDRADE, H. Coordination between producers and collective decision making in Brazilian Northeast public irrigation areas. In: **Farming Systems Research International Symposium**, 15, Pretoria/ZA. **Anais...** Pretoria/ZA, 1998.

SABOURIN, E. Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009, 149p.

SANTOS, J. V. T. **Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital.** São Paulo: Hucitec. 1978. 182p.

SCHIMITT, C. J.; GUIMARÃES, L. A. O mercado institucional como instrumento para o fortalecimento da agricultura familiar de base ecológica. **Revista Agriculturas experiências em agroecologia.** v. 8, n. 2, , 2008.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias,** v. 6, n. 11. jan/jun., 2004. p. 88-12.

SIQUEIRA, E. M. **História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais.** Cuiabá: Entrelinhas.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão de literatura. **Revista Sociologia,** v.8, n. 16. 2006. p. 20 - 45.

SPANVELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar.** 2008. 222f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

VIEIRA, D. F. A.; VIANA, C. A. S. O programa de aquisição de alimentos – PAA e sua relação com o modo de funcionamento da agricultura familiar. In: Congresso Brasileiro de Sistemas de Produção. 2007. **Anais...** Fortaleza: EMBRAPA, 2007.

WEISHEIMER, N. **A situação juvenil na agricultura familiar.** UFRGS, 2009. 331f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

CAPÍTULO 2

EXTRATIVISMO E PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NO ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA SERINGAL, VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, MATO GROSSO, BRASIL²

**Extractive and production of food in retirement settlement land rubber plantation,
Vila Bela da Santíssima Trindade, Mato Grosso, Brazil**

² Trabalho a ser submetido na Revista Agroalimentaria, ISSN: 1413-0580 do Centro de Investigaciones Agroalimentarias, Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad de Los Andes com Qualis Capes B-1 Interdisciplinar, B-1 Ciências Ambientais e B-5 Ciências Agrárias. Link da página: <http://www.saber.ula.ve/ciaal/agroalimentaria/>

Resumo: A qualidade de vida do agricultor familiar está relacionada à transformação do agroecossistema, articulando a geração de trabalho e renda e sua capacidade de manter sua cultura agrícola através da autoprodução de alimentos, assegurando assim a manutenção desse homem no campo. Desta forma, este trabalho versa investigar as atividades extração de látex e a produção de alimentos para autoconsumo pelos agricultores familiares do Assentamento de Reforma Agrária Seringal, no município de Vila Bela da Santíssima Trindade, Mato Grosso, Brasil, Amazônia Meridional. O assentamento possui 242 famílias, destas foram investigados os agricultores familiares vinculados a Associação de Produtores de Látex – APROLATEX, em um total de 86 agricultores familiares. Na entrevista foi utilizado formulário semi-estruturado abordando questões sócio-econômicas, de produção visando geração de renda e para o autoconsumo. Os informantes foram os responsáveis pela unidade familiar. Foi verificado que a heveicultura é a principal atividade agrícola exercida na unidade produtiva, onde o extrativismo corresponde por até 65% da renda anual agrícola. O complemento da renda se dá através da criação de frango caipira para corte; criação galinhas poedeiras; criação de suínos, produção de leite, e da agricultura, no qual produz principalmente mandioca, pepino, milho, abacaxi, batata doce, melancia, abóbora, banana nanica, pimenta bode, pimenta de cheiro e hortaliças folhosas, que também são utilizados para o autoconsumo da família. A respeito da motivação para exercer a agricultura para autoconsumo estes responderam que está relacionado a redução de despesas com compra de alimentos; com a disponibilidade destes em fartura em quantidade, com variedade e qualidade de alimentos na mesa e pela garantia do que chamam de segurança alimentar. Questionados se deixariam de produzir para autoconsumo, a maioria dos agricultores afirmaram que não deixariam de produzir para sua alimentação, além de apontarem que só deixaria de produzir para o autoconsumo em caso de doença ou se tivessem que sair da propriedade. Esses resultados demonstram a importância da produção para autoconsumo dessas famílias. A extração de látex conduzida simultaneamente com atividades agropecuárias, mostrou-se como boa opção para a geração de renda e permanência dos agricultores no campo no assentamento Seringal. A produção para autoconsumo tem sido eficiente para a garantia da soberania alimentar desses agricultores.

Palavras-Chave: agricultura familiar, autoprodução de alimentos, autoconsumo, reprodução social, segurança alimentar e nutricional, seringueiros

Resumen: La calidad de vida de los agricultores familiares está relacionada con la transformación del ecosistema agrícola, que une la generación de empleos e ingresos y su capacidad para mantener sus cultivos a través de la autoproducción de alimentos, manteniendo de este modo que el hombre en el campo. Por lo tanto, este trabajo trata de investigar las actividades de extracción de látex y la producción de alimentos para el autoconsumo de los agricultores de la reforma agraria plantación de caucho de asentamiento en el municipio de Vila Bela de la Trinidad, Mato Grosso, Brasil, Amazonas Sur. El asentamiento tiene 242 casas, éstas se investigaron los agricultores familiares vinculados a la Asociación de Productores de látex - APROLATEX en un total de 86 familias de agricultores. En la entrevista se utilizó cuestionario semi-estructurado abordar las cuestiones socioeconómicas, con el objetivo de producción y la generación de ingresos para el auto. Los informantes fueron los responsables de la unidad familiar. Se encontró que el cultivo de caucho es la principal actividad ejercida

en la unidad de producción, donde la extracción se corresponde con hasta un 65% del ingreso anual de la agricultura. Los ingresos adicionales es a través de la creación de pollo jerk de corte; la creación de las gallinas ponedoras; la cría de cerdos, producción de leche, y la agricultura, que produce principalmente yuca, pepino, maíz, piña, batata, sandía, calabaza, plátano enano, pimienta de cabra, pimientos picantes y verduras de hoja, que también se utilizan para el consumo familiar. En cuanto a la motivación para participar en la agricultura para la auto respondieron que se relaciona con la reducción de la compra de alimentos; con la disponibilidad de éstos en abundancia en cantidad, variedad y calidad de la comida en la mesa y para asegurar que ellos llaman la seguridad alimentaria. Se les preguntó si ya no se producirían por sí mismo, la mayoría de los agricultores dijeron que no dejarían de producir para los alimentos, además de destacar solamente dejar de producir para el consumo en caso de enfermedad o si tenían que salir de la propiedad. Estos resultados demuestran la importancia de la producción para el consumo propio de estas familias. Llevada a cabo la extracción de látex simultáneamente con las actividades agrícolas, ha demostrado ser una buena opción para la generación de ingresos y la residencia de los agricultores en el campo en el asentamiento plantación de caucho. La producción para el autoconsumo ha sido eficaz para garantizar la soberanía alimentaria de estos agricultores.

Palabras Clave: la agricultura familiar, la comida autoproducción, autoconsumo, la reproducción social, la seguridad alimentaria y la nutrición, los extractores

Abstract: The quality of life of family farmers is related to the transformation of the agro-ecosystem, linking the generation of jobs and income and their ability to maintain their crop through the self-production of food, thereby maintaining that man in the field. Thus, this work deals investigate the latex extraction activities and food production for self-consumption by farmers of Agrarian Reform Settlement rubber plantation in the municipality of Vila Bela of the Trinity, Mato Grosso, Brazil, Southern Amazon. The settlement has 242 households, these were investigated family farmers linked to Latex Producers Association - APROLATEX in a total of 86 family farmers. In the interview it was used semi-structured questionnaire addressing socio-economic issues, aiming at production and income generation for self. Informants were responsible for the family unit. It was found that the rubber cultivation is the main agricultural activity exercised in the production unit, where the extraction corresponds to up to 65% of annual agricultural income. The additional income is through the creation of jerk chicken to cutting; creation laying hens; pig breeding, milk production, and agriculture, which mainly produces cassava, cucumber, corn, pineapple, sweet potato, watermelon, pumpkin, dwarf banana, goat pepper, hot peppers and leafy vegetables, which are also used for family consumption. Regarding the motivation to engage in agriculture for self they replied that is related to retrenchment of buying food; with the availability of these in abundance in quantity, with variety and quality of food on the table and for ensuring they call food security. Asked whether they would no longer produce for self, most farmers said they would not fail to produce for food, in addition to highlighting only fail to produce for consumption in case of illness or if they had to leave the property. These results demonstrate the importance of production for own consumption of these families. Conducted latex extraction simultaneously with agricultural activities, proved to be a good option for generating income and residence of farmers in the countryside in the rubber plantation settlement. Production for own consumption has been effective in ensuring the food sovereignty of these farmers.

Key words: family agriculture, food self-production, self-consumption, social reproduction, food and nutrition security, tappers

Résumé: La qualité de vie des agriculteurs familiaux est liée à la transformation de l'agro-écosystème, reliant la génération d'emplois et de revenus et leur capacité à maintenir leur culture par le biais de l'auto-production de denrées alimentaires, ce qui maintient que l'homme sur le terrain. Ainsi, ce travail traite d'enquêter sur les activités d'extraction de latex et de la production alimentaire pour l'auto-consommation par les agriculteurs de la réforme agraire en caoutchouc de règlement des plantations dans la municipalité de Vila Bela de la Trinité, Mato Grosso, Brésil, Southern Amazon. Le règlement a 242 ménages, ceux-ci ont été étudiés les agriculteurs familiaux liés au latex Producers Association - APROLATEX dans un total de 86 agriculteurs familiaux. Dans l'interview, il a été utilisé questionnaire semi-structuré aborder les questions socio-économiques, visant à la production et la génération de revenus pour l'auto. Informateurs étaient responsables de l'unité familiale. Il a été constaté que la culture du caoutchouc est la principale activité agricole exercée dans l'unité de production, où l'extraction correspond à 65% du revenu agricole annuel. Le revenu supplémentaire est par la création de jerk chicken à la coupe; création des poules pondeuses; l'élevage porcin, la production de lait, et l'agriculture, qui produit principalement le manioc, le concombre, le maïs, l'ananas, la patate douce, la pastèque, la citrouille, la banane naine, chèvre poivre, piments et légumes à feuilles, qui sont également utilisés pour la consommation familiale. En ce qui concerne la motivation de se livrer à l'agriculture pour l'auto ils ont répondu ce qui est lié à la réduction des dépenses d'achat d'aliments; avec la disponibilité de ceux-ci en abondance en quantité, avec la variété et la qualité de la nourriture sur la table et de veiller à ce qu'ils appellent la sécurité alimentaire. Interrogé pour savoir si elles ne produisent plus de soi, la plupart des agriculteurs ont dit qu'ils ne manqueraient pas de produire de la nourriture, en plus de souligner que ne pas produire pour la consommation en cas de maladie ou si elles devaient quitter la propriété. Ces résultats démontrent l'importance de la production pour la consommation propre de ces familles. Dirigé extraction de latex en même temps que les activités agricoles, se sont révélés être une bonne option pour générer des revenus et de séjour des agriculteurs à la campagne dans la colonie de plantation de caoutchouc. La production pour sa propre consommation a été efficace pour assurer la souveraineté alimentaire de ces agriculteurs.

Mots-clé: l'agriculture familiale, l'autosuffisance alimentaire, la production, l'auto-consommation, reproduction sociale, la sécurité alimentaire et la nutrition, saigneurs

Introdução

O município de Vila Bela da Santíssima Trindade possui grande importância na história da formação do estado de Mato Grosso, por ter sido escolhida para sediar a capital do estado em 1752. Segundo Canova (2008), essa escolha se deu pela descoberta de jazidas de ouro no local e principalmente por sua localização sobre parte do Rio Guaporé, sendo assim, considerado um ótimo lugar para se difundir a economia do estado. Enquanto foi capital, a cidade obteve progresso devido aos investimentos em infraestrutura e incentivos fiscais para os novos moradores. No entanto, as dificuldades de povoar a região (distância, doenças, falta de rotas comerciais) e o estabelecimento de um importante centro comercial em Cuiabá acabaram forçando a transferência da capital em 1835, dessa forma, os moradores abandonaram a região, deixando casas, estabelecimentos comerciais e escravos para trás (MENDONÇA, 1982).

Com isso, hoje a região em que o município de Vila Bela se encontra, apresenta grande diversidade de grupos sociais como remanescentes de escravos (quilombolas), grupos indígenas, seringueiros, pequenos agricultores migrantes da região sul e sudeste do país e grandes pecuaristas (LIMA et al., 2015). Alguns grupos sociais do município atuam na agricultura familiar (MEDEIROS e LEITE, 1999).

A principal atividade econômica do município baseia-se na pecuária leiteira e sistema de cria e recria, colocando o município como o segundo maior produtor de gado no Estado (IBGE, 2010). Entre as principais culturas, destaca-se a lavoura de soja e de milho que vem sendo cultivadas principalmente em grandes propriedades, sendo a agricultura familiar responsável pelo cultivo de feijão, mandioca, banana e amendoim (LIMA et al, 2015).

O abastecimento interno de alimentos no Brasil ocorre devido principalmente à agricultura familiar, além de que essa é responsável pela conservação da agrobiodiversidade. Conforme apontamentos de Oler (2012), os maiores geradores e detentores da biodiversidade agrícola mundial são os agricultores familiares pertencentes a populações tradicionais. A autora segue afirmando que outros núcleos de agricultores familiares, como os assentamentos rurais, devem ser considerados como potenciais mantenedores da agrobiodiversidade.

Manter a agrobiodiversidade é uma estratégia fundamental, principalmente quando adotada por agricultores familiares, pois a adoção de monocultivos em grande escala consolida paisagens cada vez mais simplificadas e vulneráveis, com baixa

diversidade genética, baixa eficiência energética, e susceptível ao ataque de pragas e doenças, gerando um incremento na utilização dos agrotóxicos (ALTIERI, 2002). Junto a isso, a biodiversidade agrícola contribui na segurança alimentar desses agricultores com a oferta em quantidade e qualidade de alimentos, que segundo Belik (2003), é o direito a alimentação na quantidade adequada, ao consumo de alimentos de qualidade, bem como a regularidade no acesso aos alimentos.

A agricultura familiar além de movimentar o mercado local com a comercialização do excedente de produção, também garante sua qualidade de vida pelo cultivo visando autoconsumo. Esse é uma estratégia de diversificação da alimentação que contribui diretamente com sua segurança alimentar, sendo um dos elementos estratégicos do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. Essa produção para o autoconsumo também se converte renda, principalmente porque reduz as despesas com manutenção alimentar (DESER, 2004).

Para Grisa (2007) a produção para autoconsumo é uma forma de interiorização dos recursos ao mesmo tempo em que promove a segurança alimentar; minimiza a vulnerabilidade social e assegura a continuidade do grupo familiar. Ainda segundo a autora, os agricultores familiares, quando produzem alimentos, sentem-se valorizados ao identificar a sua prática como importante para a manutenção das pessoas no campo.

O agricultor extrativista exerce uma modalidade importante dentro da agricultura familiar. O extrativismo é a maneira de produzir bens na qual os recursos naturais úteis são retirados diretamente da sua área de ocorrência natural, sendo empregada baixa tecnologia quando exercido por populações rurais pobres de áreas "remotas" (DRUMMOND, 1996).

Na região de Vila Bela da Santíssima Trindade está localizado o projeto de assentamento Seringal, fundado em 18 de abril de 1997, e consolidado na Fazenda Santa Rosa. As principais atividades desenvolvidas na fazenda era a cria, recria e engorda de gado nelore e a extração de látex. A área total da fazenda é de 3.700 hectares, distribuída em 3.160 ha em pastagens e benfeitorias e 540 ha de seringal. Para a escolha das famílias assentadas foi dado prioridade às 38 famílias que já trabalhavam na extração de látex na propriedade, as demais faziam parte de uma lista de espera do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), totalizando em 242 famílias assentadas. Atualmente existem 89 famílias que fazem extração de látex, sendo estas vinculadas a Associação de Produtores de Látex – APROLATEX. O tamanho do

lote de cada agricultor familiar é de 13,05 ha, e os que fazem extração contam com mais 5,45 ha de seringal.

O extrativismo praticado pelos agricultores familiares, não é mera coleta, mas se insere num conjunto mais amplo de relações econômicas, sociais e culturais que as unidades familiares estabelecem com o mercado, com a sociedade e com a natureza (REGO, 1999). A combinação do extrativismo com atividades agropecuárias desenvolvidas no projeto de assentamento Seringal têm possibilitado uma qualidade de vida melhor a esses agricultores, pelo aumento do poder de compra destes, pela renda obtida através do extrativismo e ainda por proporcionar alimentos diversificados a essas famílias. Desta forma, este trabalho versa investigar as atividades extração de látex e a produção de alimentos para autoconsumo pelos agricultores familiares do Assentamento de Reforma Agrária Seringal, no município de Vila Bela da Santíssima Trindade, Mato Grosso, Brasil, Amazônia Meridional, destacando essas práticas como estratégia de reprodução social no assentamento.

Metodologia

Área de Estudo

O município de Vila Bela da Santíssima Trindade apresenta uma área de 13.421,00 Km², esta localizado entre as coordenadas geográficas entre as coordenadas geográficas: latitude 14°02'00" e 16°14'00" Sul e longitude 59°24'00" e 60°33'40" Oeste, na bacia do Alto Guaporé, afluente do Madeira Mamoré, bacia amazônica (Figura 1). Seu território é contemplado por dois biomas: 94% da sua área estão no bioma Amazônico e 6% no bioma Cerrado. Encontra-se na região de transição entre os Domínios Morfoclimáticos e Fitogeográficos Amazônico e do Cerrado (AB'SABER, 2002).

Em 2010 a população foi estimada em 14.493 habitantes e com densidade demográfica de 1,08 habitantes por km², índice de desenvolvimento humano (IDH) de 0,715 (IBGE, 2010).

No município existem oito comunidades tradicionais de Chiquitanos e população assentada na área há décadas, totalizando 190 famílias, três comunidades quilombolas com 60 famílias e dez assentamentos de reforma agrária do Instituto Nacional de

Reforma Agrária (INCRA/MT) com 1.120 famílias e um assentamento agrário via Crédito Fundiário com 80 famílias, totalizando um universo de 1.450 agricultores familiares (IBGE, 2010).

O projeto de Assentamento de Reforma Agrária Seringal, possui 242 famílias assentadas, com população estimada de 1.089 habitantes, está localizado no perímetro rural do município, a cerca de 35 km do centro da cidade. O assentamento foi criado em 18 de abril de 1997, através da compra da Fazenda Santa Roda pelo INCRA, atendendo os pressupostos da política de reforma agrária. Dentre as 242 famílias assentadas, 86 fazem parte da Associação de Produtores de Látex – APROLATEX, possuindo duas unidades de produção, a primeira, o lote de assentamento com 13,05 ha e o lote de concessão de uso do seringal com 5,45 ha. A área do seringal já existia antes da implantação do assentamento, sendo uma área de plantio.

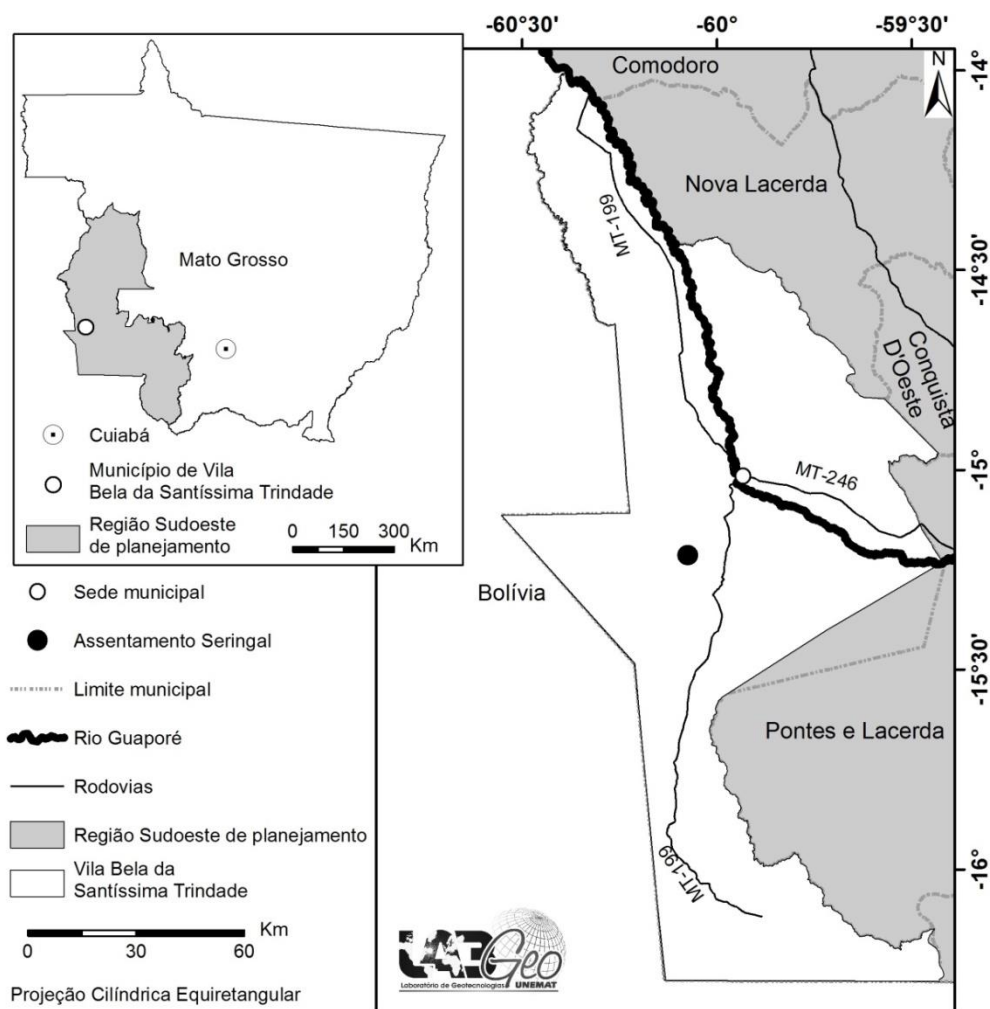


Figura 1. Assentamento Seringal, localizado em Vila Bela da Santíssima Trindade - MT. LabGeo, UNEMAT (2016).

Devido à importância do extrativismo desenvolvido simultaneamente com atividades agropecuárias para esses agricultores, optou-se em trabalhar com os 86 agricultores familiares vinculados a APROLATEX.

Procedimento Metodológico

Neste estudo foi adotada a metodologia quanti-qualitativa, utilizando dados quantitativos com a finalidade de facilitar a análise dos mesmos, e procurando compreender fenômenos da realidade baseados em informações fornecidas pelos próprios sujeitos entrevistados. Ao definir o aspecto qualitativo do objeto estamos considerando como “sujeito de estudo: gente, em determinada condição social, pertencente a determinado grupo social ou classe com suas crenças, valores e significados” (MINAYO, 2000).

Foram realizadas três reuniões com os agricultores familiares do Projeto de Assentamento de Seringal, vinculados a APROLATEX, no qual foi apresentada a proposta da pesquisa, o convite para a participação e solicitada autorização da divulgação dos dados fornecidos, através da anuência ao termo de consentimento livre e esclarecido.

Após a determinação do público, foi realizada a coleta de dados entre os meses de outubro e dezembro de 2015 e janeiro de 2016. Na entrevista foi utilizado um formulário semiestruturado realizado com o agricultor responsável pela unidade de produção familiar. O formulário foi composto por 80 questões abertas e fechadas com abrangência na caracterização social, produtiva, seja agrícola ou de extrativismo, caracterizando também a produção para autoconsumo, além do acesso a políticas públicas.

A entrevista foi realizada na unidade produtiva, e conforme Duarte (2004) esta transmite ao entrevistado a sensação de tranquilidade e liberdade para a expressão das suas ideias e vivências. As entrevistas foram aplicadas tanto a homens quanto a mulheres, ficando a critério da família a indicação de quem responderia o questionário. Em algumas situações, houve interferência por parte dos moradores da unidade de produção familiar.

Foi realizado passeio dirigido nas unidades produtivas, para realização de registros de imagens fotográficas e mapeamento do espaço produtivo. Para localização

das sedes das unidades e áreas de exploração agropecuária foi utilizado o Sistema de Posicionamento Global (GPS).

As informações qualitativas e quantitativas obtidas foram tabuladas em planilha eletrônica no software Excel e, por meio das estatísticas de frequência absoluta (F_i), que indica quantas vezes a opção foi selecionada pelos entrevistados, e a frequência relativa (F_{ri}), que corresponde à razão entre a frequência absoluta e o número total de observações, expressa em percentual.

Resultados e Discussão

Foi identificada uma quantidade superior de homens (69,01%) responsáveis pela unidade de produção familiar quando comparado com o número de mulheres (30,99%), com essa responsabilidade. Em ambos os gêneros, foi observado que houve uma frequência maior no grupo de idade entre 31 e 40 anos, sendo que 34,62% das mulheres e 31,67% dos homens estão alocados nesse grupo (Tabela 1). Entretanto os indivíduos do sexo feminino apresentaram o menor número de indivíduos da faixa etária acima de 60 anos (7,69%), já o menor número de homens estão na faixa de até 30 anos de idade. A ocorrência de mulheres mais jovens sendo responsáveis por unidades produtivas pode ser explicada pelo fato destas serem viúvas ou divorciadas, com filhos menores de idade. Essas mulheres permanecem no campo, como forma de conseguir o sustento de sua família e por tradição, já que muitas são de origem rural.

Segundo Ribeiro & Oliveira (1999), a participação da mulher na agricultura familiar sempre foi subestimada, o que faz com que a maioria dos homens seja os chefes da unidade produtiva, isto ocorre devido às mulheres serem responsáveis pela reprodução social do grupo, sendo as atividades produtivas desenvolvidas por elas consideradas como parte das tarefas atribuídas ao papel de mãe e esposa, consideradas “ajuda” e “complementares” àquelas desenvolvidas pelos homens. Segundo Melo & Sabbato (2000), as mulheres do meio rural têm a ideologia patriarcal muito mais introjetada em seu comportamento do que outras.

Tabela 1. Distribuição de indivíduos segundo o estágio de vida e gênero, no Projeto de Assentamento Seringal, Vila Bela da Santíssima Trindade – MT.

Idade (anos)	Feminino		Masculino		Total	
	F _i	F _{ri}	F _i	F _{ri}	F _i	F _{ri}
Até 30	7	26,92	4	6,67	12	11,27
31 – 40	9	34,62	19	31,67	28	33,80
41 – 50	3	11,54	15	25	18	21,13
51 – 60	5	19,23	17	28,33	22	25,35
Acima de 60	2	7,69	5	8,33	6	8,45
Total	26	100	60	100	86	100

F_i = frequência absoluta F_{ri} = frequência relativa

No que se refere à origem dos agricultores no projeto de Assentamento Seringal, verificou-se um contingente significativo de agricultores vindos do sudeste do país. A maioria dos entrevistados são naturais do estado de São Paulo (30,23 %), Mato Grosso (23,25 %) e Minas Gerais (17,44%). Os estados de Rondônia e Pernambuco aparecem com a mesma frequência (9,86 %) e os Estados com menores números de representantes foram o Rio Grande do Sul (7,04 %) e Ceará (2,32%).

Na região sudoeste de Mato Grosso muitos agricultores tem origem dos estados de Minas Gerais e São Paulo, como observado por Mendes et al. (2013), em seu estudo com as mulheres extrativistas na região sudoeste mato-grossense. Esse fato pode ser justificado pelo fato de que a ocupação dessa região foi impulsionada pela ação estatal através dos programas de incentivo a modernização agropecuária e integração aos outros mercados (CUNHA, 2000). O autor segue afirmando que para essa região, a migração ocorreu a partir da década de 1990, ligada a distribuição de assentamentos de reforma agrária.

Sendo os agricultores entrevistados todos provindos de outras localidades, verificou-se que a grande maioria (60,46%) chegou ao município entre os anos de 1991 e 2000. Observou-se também que 19,77% dos agricultores chegaram à Vila Bela da Santíssima Trindade antes da década de 1970; 16,28% entre os anos de 2001 e 2010 e 3,49% após o ano de 2010.

Quanto à questão da escolaridade, verificou-se de um modo geral, a predominância de baixo nível escolar, onde 38,03% dos agricultores não terminou o nível fundamental. O nível de escolaridade de acordo com o gênero (Tabela 2) é variável, em que as mulheres de uma forma geral apresentaram nível escolar superior à demonstrada pelos homens. Dentre os entrevistados, 44,90% dos homens não

terminaram o ensino fundamental contra 22,73% dos indivíduos do gênero feminino para esta classe.

Para Sant’Ana (2003), o baixo nível de instrução formal no meio rural é um dos fatores que dificulta o processo de inovação tecnológica, e ele cresce de importância quando se verifica a existência de analfabetos. Segundo o autor, quando o nível de escolaridade entre esposas e maridos é semelhante, o fator estrutural (falta de ensino em graus mais elevados) é que determina a baixa escolaridade e não as diferenças de gênero. Trazendo essa afirmação para a realidade do Projeto de Assentamento Seringal, podemos afirmar que o gênero foi fator determinante para a diferença do nível de escolaridade, tomando como pressuposto que ambos os gêneros tiveram a mesma chance de estudar nos seus mais diferentes graus, não sendo a falta de oferta do ensino um fator determinante para o baixo nível de escolaridade.

Tabela 2. Ordenamento do nível de escolaridade segundo o gênero, no Projeto de Assentamento Rural Seringal no município de Vila Bela da Santíssima Trindade.

Nível de Escolaridade	Feminino		Masculino		Total	
	F _i	F _{ri}	F _i	F _{ri}	F _i	F _{ri}
Fundamental Completo	5	19,23	15	25	20	23,26
Fundamental Incompleto	5	19,23	27	45	32	37,21
Médio Completo	9	34,61	6	10	15	17,44
Médio Incompleto	4	15,39	12	20	16	18,60
Superior Completo	2	7,69	0	0,00	2	2,33
Superior Incompleto	1	3,85	0	0,00	1	1,16
Total	26	100	60	100	86	100

F_i = frequência absoluta F_{ri} = frequência relativa

Entre os filhos dos agricultores estudados, 17% fizeram o ensino fundamental, 9% tem o ensino médio incompleto, 48% possuem ensino médio completo, 11% têm ensino superior incompleto e 15% estão cursando cursos de nível superior. Os jovens que moram na cidade por conta de cursar faculdade, se mantêm com a ajuda dos pais agricultores familiares e através de trabalho fixo ou esporádico no comércio local.

Gomes (2004) apontou que agricultores familiares possuem baixa escolaridade, sendo seus filhos apresentando uma suave evolução no parâmetro educação em comparação aos pais, mas que estão muito longe do ideal, em que muito poucos desses jovens concluíram o ensino fundamental e raríssimo os que têm formação universitária.

Obstáculos de ordem econômica e cultural estão presentes na dificuldade de estudo dos jovens no campo, destacando-se: a escassez de recursos financeiros da

família, que não lhes permite custear a passagem de ônibus até a cidade; a necessidade da presença mais permanente de jovens nas atividades agropecuárias; as dificuldades de acesso à escola em função das longas distâncias, a falta de transporte ou condição precária da estrada; e o desinteresse pelo estudo, pois os conteúdos das disciplinas não estão adaptados à sua realidade social. Entretanto, ainda com maior peso está o entendimento de muitos jovens e, principalmente de seus pais, de que “para ser agricultor não é preciso estudar” (FERREIRA e ALVES, 2009).

Dos membros que trabalham fora da unidade produtiva familiar UPF, 96% são filhos dos agricultores, destes 45,07% auxiliam os pais nas atividades a serem desenvolvidas na UPF. Esse auxílio se dá na forma de realização de atividades relacionadas à produção e manutenção da unidade, em que 46,88% ajudam uma vez na semana, 43,75% desenvolvem as atividades duas vezes por semana e 9,37% trabalham três vezes por semana na propriedade. Esses filhos de agricultores possuem entre 16 e 29 anos.

Quanto às atividades desenvolvidas na UPF, verificou-se que a mais desenvolvida pelos homens é o transporte e comercialização dos produtos agropecuários, sendo esta desenvolvida em menores proporções pelas mulheres (Tabela 3). O trabalho realizado pela família ocorre em quase todas as atividades, com exceção do preparo de solo, que é executado apenas pela figura do marido e filhos. Foi observado que algumas atividades são predominantes na figura do gênero masculino enquanto que outras ficavam a cargo dos indivíduos do gênero feminino. Exceto para serviços de banco, quando há predominância feminina para execução dos serviços observa-se uma correlação com o trabalho desenvolvido por todos da família. Essa similitude pode estar associada ao tipo de atividades desenvolvidas pelas mulheres, que na maioria das vezes ligadas com produção de frutíferas e olerícolas e criação de pequenos animais (frango/suíno).

Uma situação que chama atenção é forte presença das mulheres na decisão do que e de onde produzir, o que reforça a alegação de Scheneider (2003), em que afirma que é no âmbito da família que se discute e se organiza a inserção produtiva, laboral e moral dos seus diferentes membros e é em função deste referencial que se estabelecem as estratégias individuais e coletivas que visam garantir a reprodução social do grupo.

Estudos realizados por VIEIRA (2006) revelam que as mulheres são as responsáveis pela implantação e manejo dos quintais. Para ROSA (2002), a divisão de trabalho no universo da agricultura familiar é uma estratégia dos agricultores para

maximizar a eficiência da mão-de-obra familiar. De acordo com esta autora, neste contexto, a mulher representa uma grande força de trabalho na unidade familiar, pois além das atividades produtivas, ela ainda realiza tarefas domiciliares, que englobam diversos serviços domésticos, inclusive a formação e manutenção dos quintais.

Conforme afirmação de Garcia (2004), o fato de o trabalho feminino ser “improdutivo” do ponto de vista da remuneração econômica, relega ao plano da invisibilidade do tempo e energia que as mulheres empregam para o cuidado e atenção das tarefas consideradas como domésticas. Estas que não são expressas em valores monetários são facilmente esquecidas e desvalorizadas pela sociedade.

Tabela 3. Divisão do trabalho realizado nas UPF do projeto de Assentamento Seringal, comunidade Santa Rosa em Vila Bela da Santíssima Trindade – MT.

Atividades desenvolvidas na UPF	Homem		Mulher		Filhos		Família		Total	
	Fi	Fri	Fi	Fri	Fi	Fri	Fi	Fri	Fi	Fri
Capina	34	47,88	2	2,82	20	28,17	15	21,13	71	100
Preparo do Solo	41	57,75	0	0,00	30	42,25	0	0,00	71	100
Plantio	32	45,07	1	1,41	27	38,03	11	15,49	71	100
Colheita	12	16,90	27	38,03	12	16,90	20	28,17	71	100
Decisão do que produzir	5	7,04	27	38,03	10	14,08	29	40,85	71	100
Decisão de onde produzir	32	45,07	17	23,95	10	14,08	12	16,90	71	100
Reunião de Associação	30	42,25	5	7,04	34	47,89	2	2,82	71	100
Serviços de Banco	12	16,90	20	28,17	37	52,11	2	2,82	71	100
Transporte e Comercialização	40	56,34	10	14,08	18	25,35	3	4,23	71	100

F_i = frequência absoluta F_{ri} = frequência relativa

Analisando a renda anual agrícola dos agricultores familiares foi possível constatar que 36,62% possui renda anual variando entre R\$10.001,00 e R\$ 20.000,00, enquanto que 23,94% alcançam renda anual de R\$ 20.000,00 e R\$ 30.000,00. Para 23% dos agricultores a renda agrícola anual é de menor que R\$ 10.000,00 e em 9% dos casos essa renda fica entre R\$ 30.001,00 e R\$ 40.000,00. Apenas em 3,76% dos casos os agricultores possui renda agrícola anual acima de R\$ 40.000,00.

A renda agrícola anual desses agricultores familiares está diretamente ligada ao que produzem nas UPF. A origem da renda é bastante diversificada, pois ela é composta por auxílios governamentais (Bolsa Família, aposentadorias, etc.), venda de animais, venda de produtos de roça, venda de peixes (provenientes do extrativismo e da piscicultura), empregos no serviço público, venda de cosméticos feitos a partir de plantas medicinais, como o caso de produtos capilares a base de babosa, entre outros.

A heveicultura é a principal atividade dos agricultores familiares, pois o assentamento foi constituído com esse intuito há 14 anos. Durante esse período a

extraçãontudo devido à baixa de preço do quilo da borracha natural de cerca de R\$ 4,95 para R\$ 1,75, nos anos de 2014 e 2015, respectivamente. A atividade do extrativismo passou a ser uma atividade secundária no assentamento, deixando os agricultores desanimados com a atividade. Apesar disso, o extrativismo ainda representa um papel fundamental na reprodução da agricultura familiar no assentamento.

Para grande parte dos agricultores (62,79%) a baixa do preço da borracha natural é responsável pela redução na produção desse produto no assentamento. Segundo os agricultores, a concorrência da borracha produzida no assentamento com a de origem de outros países impulsionou a queda no preço. Aliado a isso, 37,21% dos agricultores apontam que a falta de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento e exploração de seringais plantados atrapalham o setor nesse momento de crise.

Segundo Santos et al. (2003), a renda de seringueiro que também é agricultor e vive dos produtos provindos da floresta é muito pequena, e muitas vezes ele vive em pobreza extrema, e toda vez que não se consegue atingir essa população com programas que verdadeiramente funcionem, coloca-se nos mesmo uma carga de trabalho pesada e sobre-humana. A eficiência dos programas de governo só terá o sucesso esperado quando se conseguir dar um pouco mais de dignidade para verdadeiros guardiões da floresta.

Para seringais nativos, na região amazônica, existem subsídios que auxiliam os agricultores, principalmente em épocas de baixa de preço no mercado. De acordo com o MEC (2007), a conquista política por parte da produção familiar extrativista de um subsídio federal de até R\$ 0,90 por quilo de borracha natural beneficiada, criado pela Lei n.º 9.479, de 12/09/97, representou um passo muito importante no reconhecimento político institucional das populações extrativistas como sujeitos do desenvolvimento da Amazônia. Essa política federal foi complementada por um subsídio do governo do Estado do Acre de R\$ 0,40 por quilo de borracha natural bruta para seringueiros organizados em associações, cooperativas ou centrais, recurso criado pela Lei n.º 1.277, de 13/01/99 ("Lei Chico Mendes"). Esse exemplo aponta para a elevação dos preços pagos ao agricultor a médio prazo. Atraído pelo incentivo da política de subsídios, observa-se o retorno do seringueiro a atividade, crescendo o número de famílias envolvidas na atividade. Sendo atrativo a agricultura familiar, pois a extração do látex ocorre cerca de 10 meses no ano e apresenta alta demanda de mão de obra qualificada para realizar a sangria das árvores (ROSSMANN, 2007).

No assentamento seringal, a frequência de sangria adotada pelos agricultores pesquisados é a cada 3 dias e 4 dias (“d/3” e “d/4”), onde estas, em sua maioria são usadas de forma conjunta para melhor acompanhar os dias úteis da semana. Esta está equivalente a recomendada por Virgens-Filho (2007), que afirma que essa frequência vem sendo utilizados principalmente como forma de otimizar a mão de obra no seringal. Porém esse tipo de manejo pode não extrair o volume máximo de látex da árvore, devido ao menor número de sangrias no ano (Silva, 2008).

No projeto de assentamento Seringal, os cortes e extração do látex é um papel desenvolvido majoritariamente pelos homens (92,82%). As poucas mulheres que realizam a sangria, o fazem por ser a chefe de família da sua unidade de produção. Apesar dessa presença marcante dos homens na extração da borracha, as mulheres também retiram renda dessa atividade, pois são elas as responsáveis pela coleta e seleção das sementes das seringueiras, que são vendidas a outros agricultores e principalmente para o viveiro municipal. Após a formação de mudas no viveiro municipal, estas são doadas a agricultores familiares do município que tenham interesse na atividade.

A atividade extrativista geralmente desempenha caráter secundário em relação à atividade produtiva principal, no que se refere à segurança alimentar e geração de renda, e em apenas alguns casos é tida como principal atividade desempenhada. De qualquer forma, no Brasil, dada a sua imensa gama de produtos de natureza extrativa e sua densa cobertura florestal, o exame do extrativismo tem grande importância (HIRONAKA, 2000).

Para a manutenção da família, a partir de 2015, os agricultores tem diversificado a produção na UPF, sendo muitas vezes a mulher responsável por desenvolver essas atividades, tendo em vista que 59,30% dos homens estão desenvolvendo atividades remuneradas fora do assentamento, em fazendas próximas.

Foi verificado que na maioria das unidades produtivas (91%) estão produzindo de três a quatro culturas visando à comercialização do excedente e de seis a doze culturas destinadas exclusivamente à alimentação familiar. Em 9 % das unidades produtivas foram encontradas menor diversificação da produção vegetal, em que os agricultores cultivavam menos que três culturas em sua UPF para a comercialização do excedente e de 4 a 5 culturas utilizadas na alimentação de sua família.

Além da produção agrícola, 75,58% dos agricultores desenvolve sistemas de criação animal dentro das UPF, principalmente criação de frango caipira para corte

(72,30%), galinhas poedeiras (47,69%); suinocultura (41,54%) e pecuária leiteira (40%). A criação desses animais, com exceção do gado leiteiro, é realizada para o autoconsumo com venda do excedente. No caso do leite, a atividade é essencialmente desenvolvida para a comercialização. A criação de animais faz parte das atividades que visam autoconsumo para grande parte dos agricultores familiares (HIRAI E SACCO DOS ANJOS, 2007).

A mandioca é cultivada em 91,86% das UPF, as hortaliças folhosas em 81,39%, o pepino em 46,51%, o milho em 59,30%, o abacaxi e a batata doce em 51,16%, a melancia em 45,34%, a abóbora em 40,70%, a banana nanica em 39,53%, a pimenta bode em 38,37% e a pimenta de cheiro em 34,88%.

Ressalta-se a importância da mandioca para comercialização e na alimentação dos próprios agricultores familiares. Conforme Hoffmann (2014), o cultivo da mandioca trata-se de uma lavoura rústica e, para o pequeno agricultor familiar, o produto fica “armazenado” na roça e, quando necessário, ele arranca um ou mais pés de mandioca. Dados do Censo Agropecuário (2006) indicam que apenas 48,9% da produção de mandioca da agricultura familiar é comercializada e mais da metade é consumida ou processada no próprio estabelecimento.

As espécies anuais como arroz, milho e mandioca são importantes social e economicamente para agricultores familiares (MICHELOTI, 2010), dentro dessa interface, a mandioca e seus derivados desempenham grande participação na renda dos agricultores, apresentando importância econômica relativa de 48,3%.

A diversificação e a produção para o autoconsumo, neste caso, surgem como uma resposta a uma situação de crise e insegurança, como uma “necessidade e reação”, conforme definido por Ellis (2000). Trata-se de estratégias que visam aumentar a autonomia e minimizar a vulnerabilidade advinda da mercantilização intensa. De modo semelhante, Buainain et al. (2003) afirmam que a diversificação “é uma clara e consciente estratégia de redução de riscos e incerteza, sem dúvida um trunfo de muitos sistemas de produção explorados por agricultores familiares”.

Dessa forma, produzir para o autoconsumo é fundamental a esses agricultores familiares como estratégia de reação a uma situação adversa ou necessidade, pois dessa maneira a família passa a ter certa autonomia que auxilia na garantia de alimentação, o que conseqüentemente reduz a exposição desses agricultores aos mercados. Essa produção também tem papel fundamental na diversificação de renda desses agricultores,

potencializando uma estabilidade a esses agricultores através da redução dos efeitos e riscos a qual essa produção possa estar exposta.

Desde a década de 1980, estudos brasileiros já demonstravam a necessidade da diversificação da produção, pois, conforme apontado por Lovisolo (1989), uma unidade não diversificada aparece como fraca as crises ecológicas, as quais não afetam da mesma forma todas as culturas, assim, uma unidade diversificada pode resistir melhor a este tipo de situação. Para o autor, a diversificação compreende manter na mesma unidade a produção para autoconsumo e outra atividade com base ou fundamento no capital, que passa pela aquisição de bens de produção e de tecnologias incorporadas.

No caso de assentados de reforma agrária, as famílias têm como maior objetivo e conquista conseguir o acesso a terra, entretanto essa conquista não estabelece a permanência desses agricultores no campo, pois a partir do acesso, grandes desafios se apresentam a esses agricultores, dentre eles as dificuldades de produção, em especial para o autoconsumo, o que reflete diretamente na segurança alimentar (SAN) familiar. Entende-se por segurança alimentar o direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde e que respeitem a diversidade cultural e que seja ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentável (CONSEA, 2004).

A segurança alimentar é um pressuposto básico para a permanência das famílias em áreas de assentamento, pois este é uma formação social que possui as características mais adequadas para garantir a SAN em condições sustentáveis para os povos do campo com potencialidades de proporcionar uma alimentação adequada para os grupos domésticos (WANDERLEY, 1996).

Segundo Coury (2004), para atingir uma alimentação equilibrada e de qualidade, é preciso complementar aos alimentos de base, como as frutas e hortaliças, os alimentos de origem animal.

A maior parte de tudo que é produzido nas UPF no projeto de Assentamento Seringal é destinada ao autoconsumo familiar (Tabela 4). Na produção agrícola 48,84% dos alimentos são utilizados para esse destino e na produção pecuária, observa-se uma frequência de 56,99% para o autoconsumo desses produtos. A comercialização dos produtos agrícolas e pecuários foi a uma forma de destinação citada pelos agricultores apresentando uma frequência de 5,81% e 11,64% respectivamente. Para os demais

agricultores, além do uso desses alimentos no autoconsumo, existe a comercialização do excedente.

Dessa forma, a produção para autoconsumo faz parte da estratégia de reprodução das famílias rurais. Segundo Maluf et al. (2001), podendo dispor de alguns alimentos produzidos pela família, a renda adquirida com a venda de pequenos excedentes pode fazer frente a outras necessidades, como gastos com saúde, educação, vestuário e habitação.

Tabela 4. Destinação da produção agropecuária pelos agricultores familiares, assentados no projeto de Assentamento Seringal, região sudoeste de Mato Grosso.

Destino da Produção	Produção Agrícola		Produção Pecuária	
	F _i	F _{ri}	F _i	F _{ri}
Autoconsumo	42	48,84	49	56,99
Autoconsumo e Comercialização do Excedente	39	45,35	27	31,39
Comercialização	5	5,81	10	11,64
Total	86	100	86	100

F_i = frequência absoluta F_{ri} = frequência relativa

Leite (2004) considera à fração da produção agropecuária (agrícola, pecuária, extrativista e aquela resultante de produtos primários beneficiados) produzida em um estabelecimento familiar e destinada ao consumo da família, dos responsáveis, à alimentação animal e outros usos da atividade produtiva.

Quanto o destino das olerícolas cultivadas, verificou-se que 61,35% dos agricultores utilizam para a autoconsumo, 18,6% produzem para comercialização e 20,05% além de consumirem comercializam o excedente da produção. Entre os agricultores que utilizam as olerícolas para autoconsumo, 53,45% afirmam que essa produção atende as necessidades alimentares desse tipo de alimento, 27,42% dizem que nem sempre atende, tendo que ser complementados por produtos adquiridos em outras unidades produtoras ou até mesmo em supermercados e feiras-livres da cidade. Apurou-se que para 19,13% dos agricultores as olerícolas que cultivam não atende as suas necessidades de consumo.

O fato de que o cultivo de olerícolas não atende as necessidades familiares de consumo, pode estar ligado aos grupos de olerícolas escolhidas para o plantio, em que 92% dos agricultores optam por grupos de interesse comercial. Segundo Grisa (2007), a mercantilização da agricultura, interfere na produção para autoconsumo, pois os agricultores são incitados a produzir produtos comerciais, visíveis e sancionados pelo

mercado, em que as propriedades familiares reduzem o tempo e o espaço dedicados a esse tipo de produção.

Nesse contexto, Sacco dos Anjos (2003), reforçam que esta “reconversão forçada” dos agricultores incita a passagem de policultores para “tributários do regime monocultivo”, cingidos pela especialização produtiva e abandono da produção para autoconsumo.

Contrapondo a essa produção que atenda exclusivamente o mercado, Leite (2004), aponta que a produção para o consumo familiar confere um efeito anticíclico, compensando as épocas de baixos rendimentos monetários nos estabelecimentos e as variações destes ao longo do ano, o que proporciona uma renda total mais constante. De tal forma, a produção visando o autoconsumo, é, portanto, um importante “instrumento de proteção frente às incertezas e oscilações da produção mercantil” (MALUF et al, 2001)

A produção de hortaliças, segundo Filgueira (2007) estabelece uma relação do agricultor com a terra, de sustentação familiar e da cultura alimentar, sendo este mesmo espaço importante para o desenvolvimento econômico e social da família.

As principais olerícolas cultivadas pelos agricultores familiares do projeto de Assentamento Seringal são cebola de folha, alface, couve, abobrinha, pepino, jiló, rúcula, quiabo, pimentão, pimenta de cheiro, tomate, salsa, coentro, repolho e almeirão (Tabela 5).

Queiroz (2014) observou que em Curvelândia, município inserido na região sudoeste de Mato Grosso, as espécies hortícolas cultivadas pelos agricultores do PAA são: Abóbora, mandioca, pepino, jiló, quiabo, berinjela, cenoura, cenoura, coentro, alface, almeirão, rúcula, milho, cebolinha, melão, salsa, abobrinha, beterraba, batata-doce, vagem, pimentão, milho verde, tomate, tomate cereja, maxixe, feijão de corda, couve, pimenta, rabanete, pimenta doce, melancia, amendoim, yura, couve-chinesa e cachi.

A autora segue afirmando que a tomada de decisão dos agricultores de que espécies cultivar está relacionado à rusticidade, domínio de técnicas de cultivares e demanda de mercado, que são os casos do quiabo, cebolinha e alface. Fatores estes que também foram encontrados na pesquisa de Vieira (2006) em que as tomadas de decisão ocorreram de acordo com a falta do produto no mercado, propaganda, facilidade de produção e rapidez de produção.

Tabela 5. Principais olerícolas cultivadas para comercialização e autoconsumo pelos agricultores familiares em Vila Bela da Santíssima Trindade – MT.

Espécies cultivadas	Nome científico	Autoconsumo		Comercialização	
		F _i	F _{ri}	F _i	F _{ri}
Alface	<i>Lactuca sativa</i>	73	14,01	13	4,63
Cebola de Folha	<i>Allium fistulosum</i>	67	12,86	29	10,32
Quiabo	<i>Abelmoschus esculentus</i> (L.)	54	10,36	39	13,88
Berinjela	<i>Solanum melongena</i> (L.)	49	9,4	37	13,17
Pimentão	<i>Capsicum annuum</i> (L.)	45	8,64	18	6,4
Tomate	<i>Solanum lycopersicum</i>	44	8,46	30	10,68
Abobrinha	<i>Cucúrbita máxima</i>	40	7,68	9	3,2
Rúcula	<i>Eruca sativa</i>	27	5,18	21	7,47
Couve	<i>Brassica oleracea</i> (L.)	19	3,65	17	6,05
Jiló	<i>Solanum gilo Raddi</i>	17	3,26	11	3,92
Pimenta Bode	<i>Capsicum chinense</i>	17	3,26	15	5,34
Pimenta de Cheiro	<i>Capsicum odoriferum</i>	17	3,26	12	4,27
Pepino	<i>Cucumis sativus</i> (L.)	12	2,3	9	3,2
Salsinha	<i>Petroselinum crispum</i>	12	2,3	5	1,78
Coentro	<i>Coriandrum sativum</i>	10	1,92	5	1,78
Almeirão	<i>Cichorium intybus intybus</i>	9	1,73	5	1,78
Repolho	<i>Brassica oleracea</i>	9	1,73	6	2,13
Total		521	100	281	100

F_i = frequência absoluta F_{ri} = frequência relativa

Quando se trata das atividades ligadas a produção desenvolvida nas UPF's, Tedesco (1999) aponta que a força de trabalho do agricultor familiar reproduz-se em nível familiar, não individual. Assim, a combinação do trabalho feminino com o masculino reduz custos familiares na contratação de mão-de-obra provinda de fora da unidade de produção, redefine as relações locais de trabalho, desorganiza e (re)organiza a divisão familiar do trabalho.

No Assentamento Seringal, observa-se que as mulheres “donas de casa”, desempenham papel fundamental no estabelecimento de produção de olerícolas, conforme pode ser observado na Tabela 6, sendo elas responsáveis principalmente pela atividade de manutenção da horta e da colheita das olerícolas. Indivíduos do sexo masculino, identificados como “pais” nessa pesquisa são responsáveis pela manutenção da horta em apenas 5,81% das UPF's e da colheita em apenas 6,98%.

Tabela 6. Divisão do trabalho de manutenção da horta de colheita das olerícolas produzidas nas UPF do projeto de Assentamento Seringal em Vila Bela da Santíssima Trindade – MT.

Responsável pela Horta	Manutenção		Colheita	
	F _i	F _{ri}	F _i	F _{ri}
Mãe	55	63,95	25	29,07
Todos da Família	16	18,61	40	46,51
Filhos	10	11,63	15	17,44
Pai	5	5,81	6	6,98
Total	86	100	86	100

F_i = frequência absoluta F_{ri} = frequência relativa

Entretanto, apesar da divisão de trabalho nessas unidades de produção, ainda é possível observar certa desvalorização quanto ao trabalho da mulher, em atividades relacionadas à produção que é considerado como sendo menor em relação ao trabalho que o homem desempenha, mesmo que o tempo de trabalho dos dois seja praticamente o mesmo, ainda se tem na cabeça a idéia de que a mulher apenas “auxilia” ou “ajuda” o homem nessas atividades. Conforme pode ser verificado na fala do Sr. 11, em que este afirma que:

“O trabalho dos homens é feito em produção maior, entende? A gente cria gado, tem que cuidar do pasto, das vacas. A gente tira o látex, faz o corte da seringa e recolhe a borracha, a gente vende. As donas ficam com a casa, os filho e o quintal, fruta e horta é no quintal, o que dá pra gente vender a gente vende, senão a gente come ou dá pros vizinhos, parentes..” (*Entrevista com o Sr. 11, projeto de Assentamento Seringal, Vila Bela da Santíssima Trindade*)

Em 76% das UPF's do projeto de Assentamento Seringal, as mulheres exercem uma carga horária igual ou superior a dos homens, considerando que as mesmas conciliam os afazeres domésticos com a manutenção da horta, pomar, criação de pequenos animais e colheita de produtos agrícolas. Além dessas atividades, 37% ainda fabricam doces, farinha de mandioca queijos e requeijões, que são consumidos pela própria família e vendidos para estabelecimentos comerciais de Vila Bela da Santíssima Trindade.

Segundo Araújo e Scalon (2005), a existência de relações de gênero marcadas por uma hierarquia entre os sujeitos – assumindo os homens posição dominante – e por uma divisão de atribuições assimétricas valorizadas – a divisão sexual do trabalho, ficando as mulheres responsáveis pela reprodução e pelas tarefas domésticas, que são esferas menos valorizadas, e os homens pelo que denominou esfera da produção e pelas atividades conduzidas na vida pública, ambas mais valorizadas na vida social.

Os serviços prestados pelas mulheres aos membros das suas famílias, denominados de trabalho reprodutivo, não podem ser ignorados já que são estas as atividades que se encontram no centro da construção de novos papéis femininos e masculinos na atualidade rural [...]. O fato de que o trabalho desenvolvido pelas mulheres seja improdutivo do ponto de vista da remuneração econômica, faz com que o tempo e a energia empregada por elas nos afazeres domésticos e cuidados com os quintais caia na invisibilidade. Dessa forma, estas atividades que geralmente não são expressas em valores monetários acabam facilmente esquecidas e desvalorizadas pela sociedade (GARCÍA, 2004).

A motivação para o autoconsumo pode ser variada (Tabela 7), onde para a maioria dos agricultores a motivação para a produção para autoconsumo se dá pela redução de despesas relacionados a compra de alimentos; pela disponibilidade de alimento em fartura em quantidade, variedade e qualidade, já que segundo afirmações desses agricultores “comer o que se produz é mais confiável, já que sabemos como a gente produz...” (*Entrevista com o Sr. 24*); e como forma de se obter e manter a soberania alimentar dessas famílias. Os agricultores familiares utilizam o termo de segurança alimentar, entretanto não conhecem as diretrizes para esse princípio e não conseguem atender a estes, apenas com a sua produção de alimentos. Dessa forma, adotou-se a terminologia de soberania alimentar, de maneira que refletisse a realidade dessas famílias.

Segundo Gazolla (2006), a importância principal da produção para autoconsumo está relacionada com possuir alimentos em quantidades suficientes para alimentar a família. Assim, conforme o autor, a produção para autoprovisionamento, preenche o princípio da segurança alimentar, evitando com que os agricultores passem fome ou restrições alimentares.

Tabela 7. Motivação que leva os agricultores familiares do projeto de Assentamento Seringal a produzir para o autoconsumo.

Motivação para Produção para Autoconsumo	Manutenção	
	F _i	F _{ri}
Soberania Alimentar	43	50,0
Redução de Despesas	35	40,70
Fartura de Alimentos	8	9,30
Total	86	100

F_i = frequência absoluta F_{ri} = frequência relativa

Conforme levantado durante as entrevistas, 85,92% dos agricultores apontam como essencial a produção para autoconsumo. Estes afirmam que sem essa produção teriam dificuldades para se manter nas unidades de produção. Este fato pode ser constatado em um trecho da entrevista com a Sr^a 21:

“Quando a gente foi preciso parar com a tirada da borracha, era um dinheiro certo, sabe, mas aí com a crise, se a gente não tivesse horta, mandioca, fruta e principalmente galinha e porco, a gente tinha passado necessidade e tinha que ter ido tentar alguma coisa na cidade. Como a gente tinha o que comer e o que trocar com os amigos, deu pra segurar até a gente ter produção pra vender e o véio arrumar emprego na fazenda aqui perto...” (Trecho da entrevista com a Sr^a. 21)

Segundo Gazolla (2006), a produção para autoconsumo é de extrema importância para os agricultores familiares principalmente em termos de gerar a segurança alimentar desses agricultores, devido ao fato dela propiciar a geração de alguns princípios norteadores do conceito de agricultura familiar. Já para Ellis (2000), a produção para autoconsumo explica a permanência dos agricultores familiares no campo e a reprodução social da agricultura familiar.

A relevância do autoconsumo para a segurança alimentar, como bem discutiu Gazolla (2006), pode ser outro fator, pois essa produção permite acesso facilitado, sem nenhum processo de intermediação por meio de valores de troca, a um conjunto diversificado de alimentos capazes de fornecer os mais diversos nutrientes que o organismo humano necessita. Além disso, a produção para autoconsumo tem sido instrumento de preservação da cultura desses grupos, pois na decisão do que se produzir, consideram-se as preferências alimentares dessas comunidades bem como suas práticas de preparo e consumo, sendo este conhecimento repassado por gerações.

Após determinada a importância dessa produção, questionou-se aos agricultores, se eles sobre alguma circunstância deixariam de produzir para autoconsumo, a partir dessa questão foi possível verificar (Tabela 8), que a maior parte dos agricultores familiares do assentamento Seringal não deixariam de produzir com a finalidade de autoconsumo sob nenhuma hipótese. Observou-se que alguns agricultores, só deixariam de produzir para autoconsumo em caso de doença que os impossibilitasse de produzir, enquanto que outros apenas se houvesse a necessidade de deixar a propriedade. Dessa forma, fica claro a importância dessa produção de autoconsumo para os agricultores familiares, principalmente pelo cunho cultural, pois a vontade de manter essa produção é intrínseca e remete aos conhecimentos deixados por seus antepassados.

Tabela 8. Motivação pelo qual os agricultores familiares do projeto de Assentamento Seringal em Vila Bela da Santíssima Trindade, deixaria de produzir para o autoconsumo.

Deixar de Produzir para o autoconsumo	F_i	F_{ri}
Não deixaria	41	47,67
Doença	32	37,21
Sair da propriedade	13	15,12
Total	86	100

F_i = frequência absoluta F_{ri} = frequência relativa

Conclusão

A extração de látex apesar de ter sido uma boa opção para geração de renda e permanência do agricultor no campo no Assentamento Seringal tem sofrido com as oscilações de preço de mercado, e tem se transformado em um problema a esses agricultores familiares. Uma solução plausível para este impasse seria a proposição de políticas públicas que atendesse não apenas seringueiros que extraem em florestas nativas, como ocorre atualmente, mas é preciso haver uma extensão dessas políticas para os seringais plantados, entretanto essa não é uma solução que dependa exclusivamente dos agricultores. Assim uma alternativa rápida e palpável a esses agricultores, seria utilizar a cadeia produtiva do látex como uma atividade secundária e diversificar seu sistema de produção, pois em sistemas diversificados, os agricultores tem maior facilidade para o enfrentamento dessa crise da borracha.

A produção diversificada, voltada principalmente para autoconsumo desses agricultores familiares mostrou-se como forma de garantia ao que eles chamam de “segurança alimentar” ou disponibilidade básica de alimentos. A criação de pequenos animais e a presença de hortas nessas unidades de produção tem contribuído para a oferta de alimentos em quantidade satisfatória, com a redução de despesas, e com a geração de renda para essas famílias, que encontrou nessa produção uma forma de se reproduzirem no campo.

Agradecimentos

Ao projeto de extensão: “Núcleo de extensão em Desenvolvimento Territorial da grande Cáceres: uma estratégia de desenvolvimento sustentável por meio de ações que fortaleçam a produção agroecológica, agroindustrialização, comercialização e a atuação

das mulheres” financiado no âmbito do Edital CNPq/MDA/ SPM nº 11/2014 - Apoio a implantação e manutenção de núcleos de extensão em desenvolvimento territorial.

À Coordenação de Apoio ao Pessoal de Nível Superior - Capes pela concessão de bolsa de mestrado a autora deste texto.

Referências

AB'SÁBER, A. N. Bases para o estudo dos ecossistemas da Amazônia brasileira. **Estudos Avançados**, São Paulo, USP, n. 45, 2002, p. 7-30.

ARAÚJO, C.; SCALON, C. (Org.). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005. 323p.

BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C. Agricultura familiar e o novo mundo rural. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, n. 10. jul./dez. 2003. p. 312-347.

CANOVA, L. Antônio Rolim de Moura: um ilustrado na capitania de Mato Grosso. In: Coletâneas do nosso tempo, Cuiabá, ano 7, v. 7, n. 8, ago./dez. 2008. CARVALHO, D. F. Financiamento do FNO e seus impactos financeiros e socioeconômicos na indústria da Região Norte. In: SANTANA, A. C. (Coordenador). **O Fundo constitucional de financiamento do norte e o desenvolvimento da Amazônia**. M&S Editora, Belém-PA, 2002. 623 p.

CONSEA. II Conferencia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional “**A construção do conceito de segurança alimentar e nutricional**”, Brasília, 2004.

COURY, S. T. **Nutrição vital: uma abordagem holística de alimentação e saúde**. Brasília: LGE Editora, 2004. 285p.

CUNHA, J. M. P. Migrações no Centro-Oeste brasileiro: as tendências e características do período de 1986-1996. ENCONTRO DE DEMOGRAFIA DA REGIÃO CENTROOESTE, 2. **Anais...** Brasília: Codeplan/ FNUAP, 2000.

DESER - Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais. **Referência de desenvolvimento da agricultura familiar da região Sul/Brasil – construção metodológica de uma matriz produtiva sustentável**. Projeto rede Brasil de agricultores gestores de referência da agricultura da região Sul do Brasil. Deser, Relatório 2003/2004.

DRUMMOND, J. A. A extração sustentável de produtos florestais na Amazônia brasileira: vantagens, obstáculos e perspectivas. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 6. 1996. p. 115-137.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar**, n. 24. 204. p. 213-225.

ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

FERREIRA, B.; ALVES, F. Juventude rural: alguns impasses e sua importância para a agricultura familiar. In: CASTRO, J. A. de; AQUINO, L. M. C. de; ANDRADE, C. C. de (org.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009. p. 241-258.

FILGUEIRA, F. A. R. **Novo manual de olericultura: agrotecnologia moderna na produção e comercialização de hortaliças**. 3. ed. Viçosa, MG: UFV, 2007.

GARCIA, F. M. **A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema**. 2004. 224 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2004.

GAZOLLA, M. O processo de mercantilização do consumo de alimentos na agricultura familiar. In: Schneider, S. (org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Editora da UFRGS: Porto Alegre, Coleção Estudos Rurais. 2006. p. 32 – 39.

GRISA, C. As ideias na produção de políticas públicas: contribuições da abordagem cognitiva. In: BONNAL, Philippe; LEITE, S. P. (Org.). **Análise comparada de políticas agrícolas: uma agenda em transformação**. Rio de Janeiro: Cirad/Mauad X, 2007. p. 93- 137.

GOMES, I. Sustentabilidade social e ambiental na agricultura familiar. **Revista de Biologia e Ciências da Terra**, v. 5, n. 1. 2004. p. 2 – 17.

HIRAI, W. G., ANJOS, F. S. Estado e Segurança Alimentar: alcances e limitações de políticas públicas no Brasil. **Revistas Textos e Contextos**, Porto Alegre: RS, v. 6, n. 2. 2007. p. 335-353.

HOFFMANN, R. **A agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos no Brasil?** Revista Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, n. 21, v. 1. 2014. p. 417-421. Nota técnica

IBGE. Censo Demográfico 2010. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/censo2010/>> . Acessado em: 15 de dezembro de 2015

IBGE. Censo Agropecuário 2006 – Agricultura Familiar – Primeiros Resultados – Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2009.

LEITE, S. P.. Autoconsumo y sustentabilidad en la agricultura familiar: una aproximación a la experiencia brasileña. Em: W. Belik (Ed.), Políticas de seguridad alimentaria y nutrición en América Latina, São Paulo: **Hucitec**. 2004. p. 123-181.

LIMA, A. C.; SILVA, C. J.; VIANA, I. G.; ARRUDA, J. C.; DUTRA, M. M.; SANDER, N. L.; MORATTI, P. R. Quintal espaço de saberes e de segurança alimentar no Vale do Guaporé, Amazônia Meridional, Mato Grosso. In: 3º Congresso Amazônico de Desenvolvimento Sustentável. **Revista de Estudos Sociais**. n. 34, v. 17. 2015. p. 139-148.

LOVISOLO, H. Terra, trabalho e capital: produção familiar e acumulação. Campinas, SP: **Editora da UNICAMP**. 1989 82 p. 1989.

MALUF, R.; MENEZES, F.; MARQUES, S. Caderno Segurança Alimentar. Montpellier: Fondation Charles Léopold Mayer pour le Progrès de l'Homme, Red Agriculturas Campesinas, **Sociedades y Globalización** (APM), 2001.

MELO, H. P.; SABBATO, A. O feminino no mundo rural: um olhar pela PNAD/IBGE. In: CONGRESSO MUNDIAL DE SOCIOLOGIA RURAL, 10.; CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 38., 2000, Rio de Janeiro. **Anais...** Brasília: SOBER, 2000.

MENDES, M. F.; NEVES, S. M. A. S.; NEVES, R. J.; SEABRA JÚNIOR, S. O Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar nos assentamentos da região sudoeste mato-grossense. **Revista: Cadernos de Agroecologia**, v. 8, n. 2, 2013.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria método e criatividade**. 16 ed. Petrópolis: Vozes, 2000. 108p.

MEDEIROS, L; LEITE, S. A Formação dos assentamentos rurais no Brasil: Processos Sociais e Políticas Públicas. Porto Alegre, Rio de Janeiro: **Ed. Universidade UFRGS/CPDA**. 1999. 307p.

MENDONÇA, R. **História de Mato Grosso**. Edição da Fundação Cultural de Mato Grosso. 1982.

QUEIROZ, R. F. N. **Análise agroclimática do melão na região sudoeste mato-grossense: contribuições para o fortalecimento da agricultura familiar**. 2014. 66F. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola) – Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, Universidade do Estado de Mato Grosso, Tangará da Serra/MT, 2014.

RIBEIRO, E. M.; OLIVEIRA, L. **Ocupação e emprego na agropecuária mineira nos anos 90**. **Revista de Economia Rural**, Viçosa, v. 9, n. 6, 1999. p. 29-34.

ROSA, L dos S. **Limites e possibilidades do uso sustentável dos produtos madeireiros na Amazônia Brasileira: O caso dos pequenos agricultores da vila Boa Esperança, em Mojú, no Estado do Pará**. Belém: UFPA, 2002. Tese (Doutorado) 304p. NAEA/Universidade Federal do Pará, 2002.

SACCO DOS ANJOS, F. Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil. Pelotas, RS: **EGUFPEL**, 2003. 374 p.

SANT'ANA, A. L. **Raízes na terra: as estratégias dos produtores familiares de três municípios da mesorregião de São José do Rio Preto (SP)**. Araraquara, 2003. 246p. Tese (Sociologia) Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.

SANTOS, J. C.; SILVA, M. R.; SÁ, C. P.; NASCIMENTO, G. C.; VEIGA, S. A. **Estimativa de Custo de Coleta e Rentabilidade para Sistema Extrativo de Látex de Seringueira no Acre, Safra 2001/2002**. Rio Branco, 2003. (Embrapa Acre. Comunicado Técnico 157).

SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e pluriatividade. In: A pluriatividade na agricultura familiar. Porto Alegre: **UFRGS**, 2003. cap. 2, p. 73-110.

SILVA, J. Q. **Sistemas de exploração e clones de seringueira: caracteres agrônômicos e viabilidade econômica.** 117 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia da Produção Agrícola) – Instituto Agrônômico de Campinas, Campinas, 2008.

TEDESCO, J.C. **Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês.** Passo Fundo: EDIUPF, 1999. 331 p.

VIEIRA, T. A. **Sistemas agroflorestais em áreas de agricultores familiares no município de Igarapé-Açu, Pará: adoção, composição florística e gênero.** Belém: UFRA, 2006. Dissertação (Mestrado) 102p. Universidade Federal Rural da Amazônia, 2006.

VIRGENS-FILHO, A. C. Exploração de seringais. **Informe Agropecuário**, Belo Horizonte, v. 28, n 237, p.105-119, 2007.

HIRONAKA, Giselda M.F.N. **O extrativismo como atividade agrária.** Jus Navigandi, Teresina, a.4, n. 42. 2000.

CAPÍTULO 3

PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES SOBRE A CONSERVAÇÃO DOS ATRIBUTOS DA PAISAGEM DO ASSENTAMENTO SERINGAL EM VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, AMAZÔNIA MERIDIONAL³

**Perception environmental family farmers in conservation of landscape in vila bela
holy trinity, the amazon southern**

³ Trabalho a ser submetido na Revista *ÁRVORE*, ISSN: 0100-6762 da Universidade Federal de Viçosa, com Qualis Capes A-2 Interdisciplinar, A-2 Ciências Ambientais e B-1 Ciências Agrárias. Link da página: <http://revistas.cpd.ufv.br/arvoreweb/index.php>

Resumo: Diante da crise ambiental e conseqüentemente da ameaça da biodiversidade, a preocupação com conservação ambiental tem crescido e está cada vez mais presente no cotidiano dos brasileiros. Dessa maneira, estudos de percepção ambiental tem sido fundamentais para a compreensão das inter-relações entre o homem e o ambiente, suas expectativas, satisfações e insatisfações, julgamentos e condutas. Nessa perspectiva, este trabalho teve por objetivo analisar a percepção ambiental dos agricultores familiares do assentamento Seringal, no município de Vila Bela da Santíssima Trindade – MT, Amazônia Legal. Foi realizada uma pesquisa quanti-qualitativa junto aos agricultores familiares que exercem o extrativismo e são associados à APROLATEX (86 agricultores), foi utilizado um roteiro semiestruturado, visando auxiliar na coleta de dados. Foi averiguado que para os agricultores os termos conservação e preservação ambiental são compreendidos como defender, guardar, cuidar, proteger e manter o meio em que vivem. Dentre os recursos naturais, os agricultores apontam que a água é o recurso natural mais importante para a maioria dos agricultores, seguido pelo solo, pela flora e fauna. O uso desses recursos naturais tem desencadeado problemas ambientais, sendo os mais preocupantes e apontados pelos agricultores o desmatamento, a poluição dos cursos d'água, utilização indiscriminada de agroquímicos, queimadas e caça. Verificou-se que a grande maioria dos agricultores considera importante o que chamam de “preservação ambiental”, enquanto que 5% destes consideram essa preservação um atraso. A partir de passeio dirigido observou-se a presença de processos erosivos do solo, entretanto 32,56% dos agricultores afirmam desconhecer a existência desse problema. Segundo 72,15% dos agricultores o desmatamento é apontado como principal razão de alterações ambientais. Dentro dessa visão sobre ambiente, 54,65% dos entrevistados entendem que suas propriedades apresentam alto impacto ambiental; enquanto que 29,07% percebem que em suas unidades produtivas apresentam impactos irrelevantes e 16,31% apontam baixo impacto ambiental. Os agricultores familiares apresentam diferentes percepções sobre a conservação ambiental, porém a maioria demonstrou estar ciente dos problemas ambientais existentes no assentamento. Apesar da preocupação dos agricultores familiares quanto a conservação ambiental relacionado ao desmatamento, poluição de cursos d'água e sumiço de nascentes, o conhecimento sobre o assunto é limitado, havendo a necessidade de ações voltadas a educação ambiental para que estes entendam a legislação ambiental vigente e a importância da conservação e preservação do ambiente para a manutenção da vida.

Palavras-Chave: pesquisa quanti-qualitativa, preservação ambiental, conservação ambiental, meio ambiente

Perception environmental family farmers in conservation of landscape in Vila Bela holy trinity, the amazon southern

Abstract: Given the environmental crisis and consequently the biodiversity threat, concern for environmental conservation has grown and is increasingly present in the daily lives of Brazilians. Thus, environmental perception studies have been instrumental in understanding the interrelationships between man and the environment, their expectations, satisfactions and dissatisfactions, judgments and behaviors. From this perspective, this study aimed to analyze the environmental awareness of farmers of rubber plantation settlement in the municipality of Vila Bela of the Trinity - MT, Amazon. a semi-structured, aimed at assisting in collecting data a quantitative-

qualitative research was conducted with the family farmers who exercise and are associated with extractive APROLATEX (86 farmers), was used. It was ascertained that for farmers the terms conservation and environmental protection are understood how to defend, keep, care for, protect and maintain the environment in which they live. Among natural resources, farmers point out that water is the most important natural resource for most farmers, followed by soil, the flora and fauna. The use of these natural resources has triggered environmental problems, the most worrisome being singled out by farmers and deforestation, pollution of waterways, indiscriminate use of agrochemicals, burning and hunting. It was found that the vast majority of farmers consider important what they call "environmental preservation", while 5% of them consider that preserving a delay. From ride directed it observed the presence of soil erosion, but farmers 32.56% claim unaware of the existence of this problem. According to 72.15% of farmers deforestation is seen as the main reason of environmental change. Within this vision of environment, 54.65% of respondents believe that their properties have a high environmental impact; while 29.07% realize that in their production units have irrelevant impacts and 16.31% said low environmental impact. Family farmers have different perceptions about environmental conservation, but most proved to be aware of the environmental problems in the settlement. Despite the concern of farmers as environmental conservation related to deforestation, pollution of waterways and disappearance of springs, the knowledge on the subject is limited, with the need for actions aimed at environmental education so that they understand the environmental regulations and the importance of conservation and preservation of the environment for the maintenance of life.

Keywords: research quantitative and qualitative, environmental preservation, environmental conservation, environment

Introdução

A crise ambiental tem sido decorrente da degradação do meio ambiente, e ocorre principalmente devido ao modelo de desenvolvimento puramente econômico pós-revolução industrial e ascensão desenfreada do modelo capitalista calcado na utilização ilimitada dos recursos naturais (NUCCI e FÁVERO, 2003). Diante deste fato e da conseqüente ameaça à biodiversidade, a questão ambiental passou a ser um assunto cada vez mais presente no cotidiano da sociedade brasileira (TORRES e OLIVEIRA, 2008). Isso denota uma discussão em diferentes âmbitos, seja, político, acadêmico e do setor produtivo, visando estabelecer metas para alcançar o desenvolvimento sustentável.

Diante dos problemas ambientais, da redução da produtividade aparecimento de doenças fitossanitárias, poluição, contaminação, oriundos da produção agropecuária, torna-se urgente à necessidade de planejar adequadamente a utilização dos recursos naturais (COSTA e ARAÚJO, 2002).

Para o agricultor familiar, ainda existe entraves relacionados a legislações ambientais relacionadas a reservas legais, em que ocorre a limitação da exploração da área, pois o processo de uso e ocupação da terra baseado no desflorestamento e no manejo desordenado do solo, tem gerado conflitos entre os objetivos de recuperação ambiental e de reprodução socioeconômica dos agricultores familiares assentados sobre áreas de elevadas restrições ambientais (LOPES et al., 2015).

Gonçalves (2008) faz uma colocação problematizadora sobre a adequação de propriedades familiares a essas normativas ambientais, pois para ele “a legislação tem sido um obstáculo ao desenvolvimento pleno do pequeno agricultor, tendo em vista as restrições impostas à sua utilização”; isso porque os agricultores familiares possuem terras de pequenas extensões, sendo que em alguns casos existe uma grande área de preservação permanente na propriedade. Ainda segundo o autor, outra limitação que atingem os agricultores familiares no cumprimento da legislação ambiental é conhecer os termos e compreendê-los. Muitas vezes a falta de compreensão desencadeia conflitos, principalmente àqueles que apresentam interesses econômicos.

Apesar da falta de conhecimento sobre a legislação ambiental, muitos agricultores têm buscado modelos de produção que adotem estratégias que promovam a conservação desses sistemas face aos críticos níveis de degradação ambiental. Essa preocupação ambiental, em alguns casos está ligada com os laços afetivos que esses agricultores possuem com a terra. Segundo Woortmann e Woortmann (1997), ter amor

pela terra faz com que os agricultores se importem com a preservação ambiental, pois sua reprodução depende da terra sadia.

Para a compreensão da relação entre o homem e a natureza, torna-se de fundamental importância conhecer como cada indivíduo percebe e responde às várias manifestações do ambiente. Sendo necessário o estudo da percepção ambiental para que se compreenda as inter-relações entre o Homem e o ambiente, suas expectativas, satisfações e insatisfações, julgamentos e condutas (PALMA, 2005). Segundo a autora, cada indivíduo percebe, reage e responde diferentemente ao meio, desta forma, as respostas ou manifestações são resultados das percepções, dos processos cognitivos, julgamentos e expectativas de cada um.

Conhecer a percepção ambiental do indivíduo é de grande importância para poder identificar e descrever alguns problemas ambientais (MENEZES; BERTOSSI, 2011). Cada pessoa tem uma experiência única de percepção, que contribui para formar suas representações, ideias e concepções sobre o mundo (COSTA; MAROTI, 2009). Embora a percepção seja um processo pessoal, o indivíduo não age isoladamente num determinado ambiente, mas de forma coletiva e faz parte de um grupo com comportamentos e características geralmente semelhantes. Daí advém à importância de estudar a percepção ambiental dos diversos grupos sociais existentes, com suas vivências, valores, condutas e comportamentos.

Para a compreensão dos impactos ambientais ocasionada pelo modelo produtivo agrícola empregado na região sudoeste de Mato Grosso, é preciso entender que este pode ser resultado em grande medida de um processo migratório de abertura de áreas de fronteira agrícola, ocorrido ao longo da segunda metade do século passado, sobretudo no período que se inicia ainda no período da década de 1960, estendendo-se até o final de 1980.

Dessa forma, objetivou-se neste estudo analisar a percepção ambiental dos agricultores familiares do assentamento Seringal, no município de Vila Bela da Santíssima Trindade – MT, Amazônia Meridional.

Material e Métodos

Área de Estudo

O Assentamento Seringal está localizado no município de Vila Bela da Santíssima Trindade, pertencente à região sudoeste de planejamento do estado de Mato Grosso (Figura 1). Foi criado em 18 de abril de 1997 e possui 242 famílias assentadas. Dentre as 242 famílias assentadas, 86 fazem parte da Associação de Produtores de Látex – APROLATEX, possuindo duas unidades de produção, a primeira, o lote de assentamento com 13,05 ha e o lote de concessão de uso do seringal com 5,45 ha. A área do seringal existia antes da implantação do assentamento, sendo uma área de plantio.

O município de Vila Bela da Santíssima Trindade foi fundado em 1752 e apresenta importância histórica na formação de Mato Grosso, por ter sediado a primeira capital do Estado, que acordo com Canova (2008) ocorreu principalmente devido à descoberta de jazidas de ouro no local. No entanto, a dificuldade em povoar a região devido a distância com os centros comerciais aliado ao estabelecimento de um importante centro comercial em Cuiabá (atual capital) forçou a transferência da capital em 1835, fazendo com que os moradores abandonassem o município, deixando casas, estabelecimentos comerciais e escravos para trás (MENDONÇA, 1982).

Seu território é contemplado por dois biomas: 94% da sua área estão no bioma Amazônico e 6% no bioma Cerrado (IBGE, 2010). Encontra-se na região de transição entre os Domínios Morfoclimáticos e Fitogeográficos Amazônico e Cerrado (AB'SABER, 2002). As áreas de Floresta da região estudada são caracterizadas principalmente pela formação Floresta Estacional Semidecidual e Floresta Estacional Decidual, sendo que estas ocupam 31.712,78 km² do bioma Amazônico, dos quais 80% estão no Estado de Mato Grosso (BRASIL, 2004).

Segundo a classificação de Köppen, a região apresenta clima Aw – Savana Equatorial, com inverno seco e precipitação média anual de 1500 mm, e temperaturas médias de 25°C a 35°C.

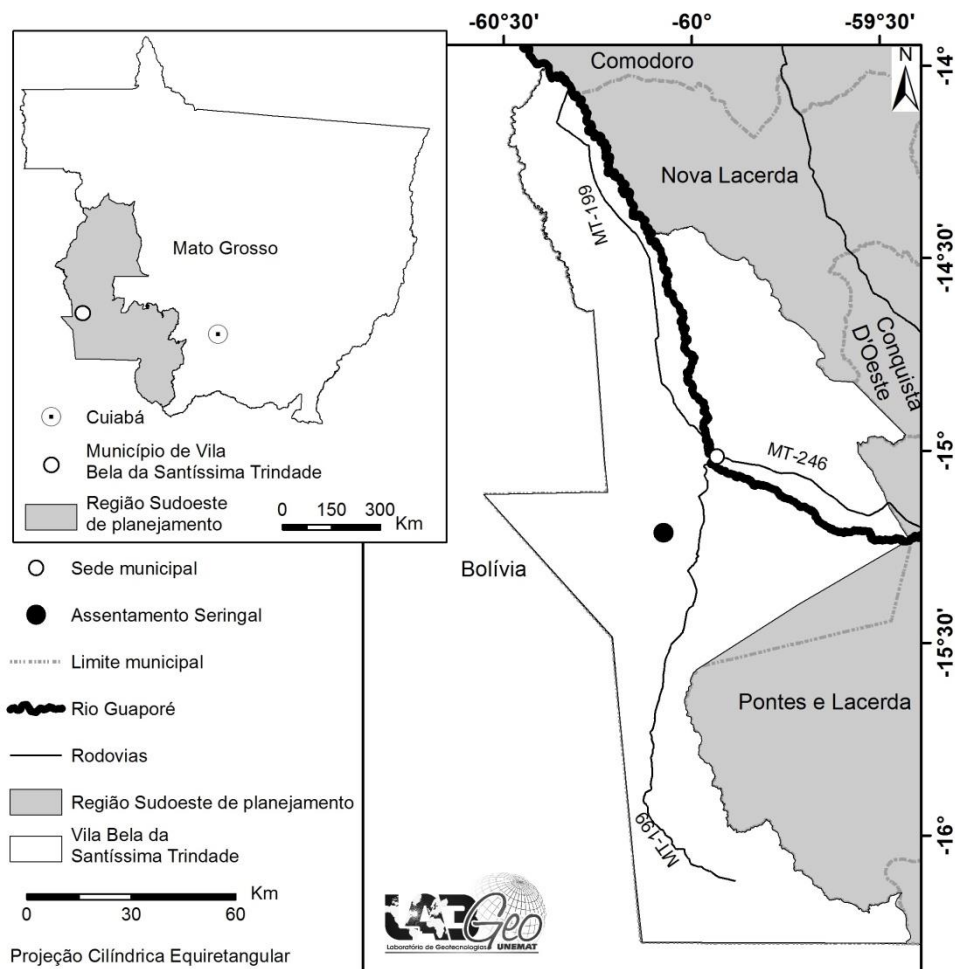


Figura 1. Localização do Assentamento Seringal, no município de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT. LabGeo, UNEMAT (2016)

Há em Vila Bela da Santíssima Trindade oito comunidades tradicionais, constituídas por Chiquitanos; três comunidades quilombolas, com 60 famílias; dez assentamentos de reforma agrária do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA/MT), com 1120 famílias; e um assentamento agrário via Crédito Fundiário, com 80 famílias, totalizando um universo de 1.450 agricultores familiares (IBGE, 2015).

Procedimentos Metodológicos

Nesta pesquisa, realizada entre os meses de outubro de 2015 a janeiro de 2016, foram empregadas metodologias quanti-qualitativa, utilizando dados quantitativos com a finalidade de facilitar a análise dos mesmos, e procurando compreender fenômenos da

realidade baseados em informações fornecidas pelos próprios sujeitos entrevistados. Ao definir o aspecto qualitativo do objeto foi considerando os sujeitos do estudo na sua essência, sua condição social, sua cultura, a forma de interação com o seu grupo social, suas crenças, valores e significados (MINAYO, 2000).

Inicialmente foram realizados estudos exploratórios no assentamento Seringal, através de visitas a campo, para subsidiar a elaboração dos formulários a serem aplicados. Logo após, foi identificado o perfil socioeconômico dessa comunidade por meio da utilização de formulários com questões abertas e fechadas. Durante os estudos exploratórios, ocorreram três reuniões com os agricultores, no qual foi apresentada a proposta da pesquisa, o convite para a participação e solicitada autorização da divulgação dos dados fornecidos, através da anuência ao termo de consentimento livre e esclarecido.

Foram delimitados como informantes, os agricultores responsáveis pela unidade produtiva, que geralmente eram pessoas mais velhas e com tempo de moradia na comunidade acima de 10 anos, e que estivessem associados à APROLATEX (Associação produtiva de látex dos agricultores familiares do Seringal), totalizando 86 agricultores.

As entrevistas foram aplicadas tanto a homens quanto a mulheres, e foram realizadas com auxílio de um formulário semiestruturado, composto por 46 perguntas abertas e fechadas, visando realizar a caracterização socioeconômica dos agricultores e ambiental da unidade produtiva.

Optou-se pela realização da entrevista na unidade produtiva, pois segundo Duarte (2004) dessa forma transmite-se ao entrevistado a sensação de tranquilidade e liberdade para a expressão das suas ideias e vivências.

Dentre as técnicas de pesquisa de campo para os estudos de Percepção Ambiental foram utilizadas a observação direta e a interrogação, conforme Whyte (1977). Sendo que para a observação direta foram feitas as perguntas e ouvido as respostas, investigando a vida e as ações dos informantes estudados. Nesta ação, o pesquisador desempenha, assim, dois papéis, observador e participante. O trabalho consiste em observar as conversas com os informantes e anotar o mais rapidamente possível. Ainda segundo este autor, a observação do comportamento humano no ambiente é um método básico de todas as abordagens da Percepção Ambiental. Na aplicação de formulários com questões abertas e fechadas, onde a maioria das perguntas

trata de questões abertas, porque o entrevistado tem maior liberdade de expressão, maximizando o ponto de vista dele com pouca influência do pesquisador.

Para a análise qualitativa, as informações foram classificadas em categorias, que são formadas de acordo com as variadas respostas obtidas durante a aplicação dos formulários. São as que não podem ser mensuradas. De acordo com Bardin (2004), a categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos. Assim, a abordagem qualitativa recorre a indicadores não frequenciais susceptíveis de permitir inferências. As categorias são elaboradas e definidas de acordo com o conteúdo das falas da comunidade. Algumas falas estão reunidas na análise dos resultados da pesquisa.

Para analisar a percepção ambiental, foi utilizada a análise de conteúdo, que é um conjunto de técnicas de análises das comunicações, usado para avaliar as percepções dos entrevistados, utilizando processos de categorização e tabulação de respostas a questões abertas (BARDIN, 2004). As categorias foram criadas e classificadas conforme as falas dos entrevistados, sendo elas: importância do meio ambiente para os agricultores familiares, importância da recuperação florestal e mudanças da paisagem ocorridas nas unidades de produção, após a criação do assentamento. Quando necessário, os entrevistados atribuíram notas, em relação aos impactos ambientais existentes em suas unidades de produção.

Além das entrevistas, foi realizado passeio dirigido nas unidades produtivas com a finalidade de se observar os fenômenos apontados pelos agricultores.

As informações qualitativas e quantitativas obtidas foram tabuladas em planilha eletrônica no software Excel e, por meio das estatísticas de frequência absoluta (F_i), que indica quantas vezes a opção foi selecionada pelos entrevistados, e a frequência relativa (F_{ri}), que corresponde à razão entre a frequência absoluta e o número total de observações, expressa em percentual.

Resultados e Discussão

Caracterização socioeconômica dos agricultores

Na entrevista foi constatado que a maioria dos agricultores responsáveis pela unidade de produção faz parte do gênero masculino, totalizando 69,01% dos informantes. A menor ocorrência de mulheres como responsáveis pelas unidades produtivas é uma realidade brasileira, pois segundo Holzmann (2006), as atividades ou cargos de chefia em unidades rurais produtivas ficam a cargo dos homens, sendo atribuições femininas, as atividades domésticas, ou seja, produção de valores de uso direcionados para a família, as atividades de reprodução da espécie, do cuidado com crianças, velhos e incapazes, restringindo sua atuação a esfera privada. Segundo Santos (1978), essa divisão sexual é característica do universo camponês, cujos homens têm a mesma responsabilidade de todas as tarefas produtivas, da direção do processo de trabalho e do contato com a cidade.

Quanto à faixa etária, verificou-se que em ambos os gêneros há maior frequência de adultos, com idade variando entre 31 e 40 anos, sendo composto por 34,62% das mulheres e 31,67% dos homens (Tabela 1). Entre os homens pode-se destacar a maioria tinham entre 30 e 60 anos, sendo que os que apresentam idade entre 30 e 40 anos possuem força de trabalho superior aos que possuem acima de 41 anos, fato este que pode ser fundamental na condução do sistema da produção da unidade produtiva.

Na faixa etária acima de 60 anos, foi possível verificar um número menor de indivíduos tanto do sexo masculino (8,33%), quanto do gênero feminino (7,69%). Esse fato pode ser explicado pelo fato de que se trata de um assentamento de 20 anos apenas, em que os agricultores acessaram a terra quando muito jovens.

A ocorrência de mulheres mais jovens sendo responsáveis por unidades produtivas pode ser explicada pelo fato destas serem viúvas ou divorciadas, com filhos menores de idade. Essas mulheres permanecem no campo, como forma de conseguir o sustento de sua família e por tradição, já que muitas são de origem rural.

A participação da mulher na agricultura familiar sempre foi subestimada, resultando que a maioria dos chefes de família na unidade produtiva seja homens, cabendo à mulher os trabalhos desenvolvidos para a reprodução social do grupo (RIBEIRO e OLIVEIRA, 1999). Dessa forma, as atividades produtivas desenvolvidas por indivíduos do sexo feminino são consideradas “ajuda” e complementares desenvolvidas pelo homem.

Tabela 1. Distribuição de indivíduos segundo o estágio de vida e gênero, no Projeto de Assentamento Seringal, Vila Bela da Santíssima Trindade – MT.

Idade (anos)	Feminino		Masculino		Total	
	F _i	F _{ri}	F _i	F _{ri}	F _i	F _{ri}
Até 30	7	26,92	4	6,67	12	11,27
31 – 40	9	34,62	19	31,67	28	33,80
41 – 50	3	11,54	15	25	18	21,13
51 – 60	5	19,23	17	28,33	22	25,35
Acima de 60	2	7,69	5	8,33	6	8,45
Total	26	100	60	100	86	100

F_i = frequência absoluta F_{ri} = frequência relativa

Com relação ao grau de escolaridade, a maioria dos entrevistados possui o nível fundamental incompleto (54,66%), enquanto que 22,09% afirmaram nunca terem estudado, ocorrendo à mesma frequência de agricultores que possuem nível médio completo. Apenas um dos entrevistados possui nível superior completo, o que corresponde a uma frequência de 1,16% do total. A baixa escolaridade de agricultores familiares é uma realidade brasileira, em que segundo Andrade (2001), ocorre principalmente pela educação altamente seletiva entre as décadas de 1970 e 1990, em que as crianças e adolescentes eram chamadas a participar economicamente da garantia da sobrevivência da família. Aliado a necessidade de trabalhar, essas crianças e adolescentes enfrentavam o problema da falta de conhecimento de seus progenitores que não reconheciam a importância do estudo para seus filhos, além da dificuldade do acesso as escolas, pela distância e estradas em péssimo estado.

Kirsch (2007) estudando agricultores familiares do município de Pontes e Lacerda/MT observou que pouco menos de dois terços de seus entrevistados não completaram as primeiras quatro séries iniciais.

Verificou-se que, 15,12% dos entrevistados não dispõem de nenhuma estrutura sanitária, como tratamento de água e de esgoto em suas residências, revelando uma precariedade total de saneamento. A maioria dos agricultores (84,88%) tem banheiro de alvenaria em suas residências, no entanto não conta com estrutura de esgotamento sanitário eficaz, com a existência de apenas encanamentos que direcionam os resíduos para locais próximos as parcelas de produção ou de captação de água, sem o devido tratamento adequado.

Esse quadro é alarmante, por conta da provável contaminação hídrica generalizada, situação agravada quando considerada à origem da água utilizada nas residências para uso doméstico. Nesse sentido foi observado que em 93,02% das

residências a água utilizada é captada de poços. Os demais realizam a captação de nascentes e cursos d'águas intermitentes. Em apenas 10,46% das unidades de produção essa água passa por tratamento prévio antes de ser consumida, através do uso de filtro de barro, fervura ou uso de cloro.

Dessa forma, percebe-se que não existe uma preocupação de ações públicas, nem individuais, para uso de fossa séptica, sendo que estas condições favorecem a disseminação de doenças originadas de organismos patogênicos, de veiculação hídrica (LEMOS e GUERRA, 2004). As doenças relacionadas com a utilização de água sem devido tratamento afeta a saúde do homem e são muito difundidas e abundantes nas áreas rurais dos países em desenvolvimento e sua incidência depende de diversos fatores, dentre eles a distribuição, a quantidade e qualidade da água de abastecimento (SCHIAVETTI et al., 2002).

Percepção ambiental dos agricultores extrativistas

Os impactos ambientais causados por agricultores familiares assentados da reforma agrária ganharam destaque a partir de 2008 quando o Ministério do Meio Ambiente (MMA) incluiu os projetos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) na lista dos maiores desmatadores da Amazônia legal (PACHECO, 2009). Segundo o autor, a instalação de agricultores familiares geralmente tem resultado em desflorestamento nessa região.

Na maioria das vezes, o desmatamento está ligado a questões culturais e de produção, e ocorre geralmente pela falta de conhecimento por parte dos agricultores, sobre a importância da conservação ambiental. Nesse sentido, foi possível observar que para 91,86% dos agricultores os termos conservação e preservação ambiental são compreendidos como defender, guardar, cuidar, proteger e manter o meio em que vivem. Alguns destes utilizam os termos preservação e conservação (8,14%) em que ambos os vocábulos são utilizados como se não houvesse distinção entre eles. Nesse caso, os agricultores definem preservação e conservação como o uso racional dos recursos ambientais. Segundo Gómez-Pompa e Kaus (2000) a conservação talvez não esteja presente no vocabulário dessas pessoas, mas é parte de seu modo de vida e de suas percepções do relacionamento humano com o mundo da natureza.

Conceitualmente, o termo conservação da natureza deve ser adotado para referir-se a exploração racional da mesma, ou seja, uma exploração que leva em consideração a legislação ambiental, os preceitos éticos e os aspectos técnicos dos recursos naturais de maneira a mantê-los em condições adequadas para o uso das atuais e futuras gerações. Ressalta-se que o termo preservação ambiental, em certos casos citado como sendo sinônimo de conservação da natureza é totalmente diferenciado deste último, do ponto de vista conceitual, prático, bem como ideológico (DIEGUES, 2000).

Quanto à percepção ambiental, inicialmente foi questionado se houve alteração dos componentes da paisagem nas unidades produtivas após a criação do assentamento Seringal. Em 34,88% das entrevistas, os agricultores familiares apontam alteração na paisagem local, com a redução de mata nativa e aparecimento de voçorocas. Os demais afirmam que se ocorreu alterações de paisagem, esse processo se deu anterior à criação do assentamento.

Conforme relato dos agricultores, quando adentram em suas unidades de produção familiar (UPF), a área se encontrava “aberta” e “formada”, ou seja, o desmatamento do local fora realizado pelo antigo proprietário da fazenda bem como a formação de pastagem. Diante dessa afirmativa, questionou-se que se caso o assentamento estivesse sido formado em uma área parcialmente de mata fechada, se estes procederiam o desmatamento. A maioria dos entrevistados (97,67%) afirmou que realizariam o desmatamento em até metade da área para que pudesse realizar sua produção. Sobre a forma com o qual fariam essa abertura se fosse necessário, os agricultores apontam que fariam através da utilização de fogo, por ser uma prática barata e da qual possuem conhecimento e experiência. Dessa forma, o primeiro componente da paisagem a ser modificado ou suprimido é a vegetação. Essa ação se desdobrará numa série de impacto para os demais componentes paisagísticos, como a água, solo, fauna, entre outros.

Assim como nesse estudo, Kirsch (2007) encontrou em sua pesquisa sobre percepção ambiental na mesma região estudada, no município de Pontes e Lacerda/MT, que 48,15% dos agricultores familiares realizam o desmatamento de suas propriedades, com a justificativa de necessidade de área para produção.

Em referência a importância dada à preservação dos recursos naturais pelos agricultores entrevistados, especialmente quanto à importância da preservação da flora e fauna, 95% afirmam ser importante a preservação do meio ambiente enquanto que 5% não veem necessidade dessa preservação. Entre os agricultores que não consideram a

conservação do meio ambiente importante justificam que essa “preservação” é um atraso para a agricultura familiar, que geralmente detém uma pequena quantidade de área.

“ O meio ambiente é uma riqueza pra gente, mas é cruel a gente ter um pedacinho de terra e ter que preservar mais da metade, como a gente vai viver, o que a gente vai dar pros filhos comer? Deveria ser uma área menor pra preservar, as nascentes por exemplo, é vida tem que ser preservada, é só deixar as árvores em volta e cuidar pros animais não ir né, mas se nós tiver que deixar mais da metade da área sem poder plantar, complica pra nós agricultores pequenos, aí a gente não vai sobreviver, isso vai atrasar a nossa vida, entende?” (Entrevista, do Agricultor 9, em 14/01/2016).

Entre os 80 agricultores familiares que defendem a importância da conservação do meio ambiente, 91,25% relacionam esse mérito a um aspecto de afinidade com o meio em que vivem, em que “proteger o meio ambiente é proteger o homem, a preservação do solo, da água e das matas é importante, pois protege o que há de mais importante para um agricultor: seu sustento, sua cultura, sua família e... seus sonhos” (Entrevista, do Agricultor 37, em 17/01/2016).

Segundo Tuan (1980), pode-se perceber uma relação afetiva do agricultor com o local em que vivem e produzem. Nesse contexto, fica evidente a importância da identidade desses agricultores para a conservação do meio ambiente ao qual estão inseridos. O vínculo com o local é parte do processo de construção da identidade somado aos aspectos biológicos, psicológicos e sociais (MOURÃO E CAVALCANTE, 2011). Os autores seguem afirmando que a construção da identidade do lugar está relacionada à percepção de um conjunto de cognições e ao estabelecimento de vínculos emocionais e de pertencimento relacionados aos entornos significativos para o sujeito.

Para o agricultor a água é o componente natural mais importante (Tabela 2) uma vez que todas as atividades de manutenção do homem no campo estão relacionadas a esse recurso natural, seja para suprir as necessidades humanas ou na exploração do sistema de produção e nos sistemas de criação e cultivo. Além disso, a água esta diretamente relacionada à qualidade de vida desse agricultor, pois ao ter água abundante este consegue ampliar sua área de cultivo através do uso de sistemas de irrigação, possibilitando uma maior soberania alimentar e a geração de renda.

A água é essencial no consumo humano, sendo, portanto um componente fundamental do direito humano à alimentação saudável e adequada (CAISAN, 2011). Em outras palavras a preservação de nascentes, córregos e rios é parte fundamental das

estratégias de soberania e segurança alimentar, não apenas pela necessidade de produção de alimentos, mas também como um componente essencial e indispensável a vida, “um bem de domínio público” e um “recurso natural limitado” (BRASIL, 1997).

Em pesquisa realizada em Dobrada (SP) Américo et al. (2012) relataram que 40% dos entrevistados justificaram a água como um bem essencial à vida, enquanto 33,3% mencionaram a conservação como forma de evitar a escassez. Estes dados, portanto, refletem o quão importante é a água no ambiente rural, pois determina a sobrevivência e a subsistência do agricultor. Do mesmo modo, em Paulo de Faria (SP) Sakurai (2015), relatam que 100% dos entrevistados classificaram a água como recurso natural importante.

Tabela 2. Importância da conservação do meio ambiente, conforme a percepção dos agricultores familiares da APROLATEX, em relação às dimensões ambientais.

Recursos Naturais	Fi	Fri
Água	82	44,81
Solo	57	31,15
Flora	35	19,12
Fauna	9	4,92
Total	183	100

Fi = frequência absoluta Fri = frequência relativa

O segundo componente natural em grau de importância para os agricultores foi o solo, por este ser um elemento essencial para a manutenção da paisagem local e por sua fertilidade garantir a produção agrícola no assentamento. Contrapondo essa ideia, Miranda et al. (2011), aponta que embora o solo seja essencial para a manutenção de outros recursos, agricultores não costumam exaltá-lo como um recurso ambiental importante, geralmente devido a baixa fertilidade das terras por causa de sua acidez, o que demanda cuidados especiais, como a correção com calcário.

A importância da água e do solo denotado pelos entrevistados fica evidente quando se verifica que esses agricultores familiares realizam algumas práticas conservacionistas, visando à preservação desses componentes naturais. Em passeio dirigido, foi possível observar que em todas as unidades de produção, as bordas em torno das nascentes de água estão sendo recuperada através do reflorestamento. Quanto à conservação do solo, verificou-se que 74,41% dos agricultores familiares tem mantido cobertura vegetal durante todo o ano bem como o uso de plantio direto, para evitar a perda de solo.

Segundo, Sarcinelli et al (2008), para amenizar os efeitos negativos da ação antrópica na poluição das águas, desaparecimento de nascentes de água e do processo de erosão sobre a fertilidade do solo agrícola, faz-se necessária a utilização de práticas conservacionistas, como o cultivo em nível, adubação verde, plantio direto e reflorestamento.

Além dos componentes naturais água e solo, os agricultores apontaram a flora como o terceiro recurso em grau de importância em sua unidade de produção. A valoração desse elemento juntamente com a água é sinônimo de valorização das propriedades familiares em termos econômicos por esse recurso estar relacionado às condições de sobrevivência no meio rural (MIRANDA et al. (2011), isto é, as áreas que possuem esses elementos são propícias para o desenvolvimento das principais atividades: agricultura e a pecuária de pequeno porte, assim como o turismo e as atividades de recreação vinculadas à água.

A fauna foi o atributo natural com menor citação durante as entrevistas, com uma frequência de 4,92% das respostas.

Os principais problemas ambientais elencados pelos agricultores familiares foram: desmatamento (43,02%), poluição dos cursos d'água (27,91%), utilização indiscriminada de agroquímicos (19,77%), queimadas (5,81%) e caça (3,49%). Indagados sobre os responsáveis pelo desencadeamento desses problemas ambientais, verificou-se que com exceção do desmatamento, todos os outros são de responsabilidade do próprio assentado.

Questionados, se a intensificação de atividades agropecuárias causou algum problema ambiental na unidade de produção, 82,56% responderam que a forma de produção intensa adotada trouxe consequências negativas, sendo os principais motivos: a falta de espaços para a ampliação de área produtiva, o desmatamento e suas consequências diretas na conservação de solos e águas e a contaminação destes pelo uso de produtos químicos, utilizado nas lavouras. Os demais agricultores familiares (17,44%), não souberam ou quiseram responder ao questionamento.

Conforme a afirmação de Brambilla (2007), em certas situações os agricultores não possuem percepção para uma análise conjuntural de sua propriedade. Segundo a autora, quando os agricultores apresentam em separado os problemas ambientais, isso demonstra que estes não entendem que todos eles estão ligados entre si, e que a ocorrência de um problema conseqüentemente poderá ocasionar os demais.

No passeio dirigido nas UPF's, foi verificada a presença de processos erosivos do solo já na fase de sulcos e ravinas, no entanto não foi elencado pelos agricultores como um problema ambiental que enfrentam. Questionados a respeito da existência de processos de erosão do solo, 43,02% apontam a sua existência na UPF, mas ressaltam que se encontra em áreas desprotegidas, 24,42% apontam que o problema existe, mas não em sua propriedade e sim em unidades produtivas vizinhas. Em 32,56% das entrevistas, os agricultores relataram desconhecer a existência da erosão do solo na comunidade.

Dentre os vários tipos de degradação ambiental, a erosão é um dos mais graves indicadores de que o sistema encontra-se em situação crítica, tendo em vista que esse processo geralmente provoca impactos irreversíveis ao meio ambiente por conta da perda da biodiversidade e comprometimento da estrutura química e física desse solo.

Segundo Castello (2001), a percepção pode ser considerada um importante indicador da qualidade ambiental. Dessa forma, quando solicitados a realizar avaliação de alterações ambientais, ficou nítido que os agricultores têm a percepção da ocorrência de mudanças ambientais (Tabela 3). Entre as alterações ambientais, 74,41% dos agricultores apontam a elevação da temperatura como consequência dessas mudanças, 13,93% o desaparecimento de nascentes de água, 6,33% alterações do nível e do curso d'água de rios e córregos e 5,06% na redução da vida do solo, água e matas.

Tabela 3. Alterações ambientais ocorridas por ação antrópica, através da percepção de agricultores familiares em Vila Bela da Santíssima Trindade, MT.

Alterações Ambientais	Fi	Fri
Alterações Drásticas	50	58,14
Alterações Suaves	29	33,72
Nenhuma Mudança	7	8,14
Total	86	100

F_i = frequência absoluta F_{ri} = frequência relativa

Em seus relatos, 72,15% dos agricultores atribuem ao desmatamento a principal razão dessa alteração climática, 15,19% apontam a poluição dos lençóis freáticos e 12,16% dos agricultores não souberam responder a causa, mas apontou a ação do homem para a ocorrência dessas mudanças. Em 84% das entrevistas, os agricultores apontam que a culpa dessas alterações no local é consequência da ação do antigo

proprietário da fazenda juntamente com as demais ações a partir do estabelecimento do assentamento.

Assim como nesse estudo, Kirsch (2007) encontrou dados semelhantes para municípios inseridos na mesma região, em que a maioria dos agricultores aponta o desmatamento como a maior causa das alterações ambientais. Em seu estudo, o autor encontrou um dado alarmante, onde uma grande parcela dos entrevistados não conseguiu identificar as modificações que resultaram nas mudanças climáticas.

Em Alta Floresta, Haubricht e Fiorini (2014), apontaram que os principais problemas ambientais afrontados pelos agricultores familiares são poluição dos rios/córregos, queimadas, desmatamentos, e a falta de água, respectivamente dos maiores para os menores problemas. Essa percepção da ausência de água faz com que esse recurso passe a ser considerado um componente natural, essencial à existência e ao bem-estar do homem e também à manutenção dos ecossistemas.

Quanto à solução para esses problemas, 91,86% dos agricultores apontam que esta deve ser elaborada por toda sociedade civil, pois entendem que o meio ambiente deve ser uma preocupação de todos e que “*existem pessoas com conhecimentos mais aprofundados que o agricultor*” (Entrevista 02, realizada em 04 de outubro de 2016). Os demais agricultores opinaram que as soluções para esses problemas devem ser encontrada pela classe política. Esse dilema demonstra que o conhecimento sobre conservação ambiental por esses agricultores é um tanto quanto limitado, pois ao mesmo tempo em que reconhecem o seu papel na alteração ambiental, apontam a responsabilidade de busca de solução dos problemas a outras pessoas.

Assim como nessa pesquisa, Brambilla (2007) observou que a maioria dos agricultores apontou a sociedade (94%) como a maior responsável por encontrar soluções para os problemas ambientais. No estudo da autora, 6% dos agricultores ainda apontam as entidades ambientalistas para a busca das soluções.

Segundo, Haubricht e Fiorini (2014), os agricultores familiares apontam como responsabilidade de todos, pela busca de soluções para sanar possíveis problemas ambientais, seguida de ações propostas pelo governo Federal.

Neste contexto, Lima (2006) ressalta a necessidade de buscar uma nova forma de ver e compreender as relações entre os homens e o seu ambiente, para constatar a indivisibilidade entre sociedade e natureza e perceber a indispensabilidade desta para a vida humana. Desta forma, é primordial que a comunidade tenha consciência quanto à responsabilidade de cada cidadão na solução dos problemas ambientais, como

verdadeiros agentes modificadores do meio ambiente em que vivem. Pois, esse novo conceito é a procura de um novo relacionamento com os ecossistemas naturais, já que ultrapassam a perspectiva individualista, antropocêntrica e utilitária que, historicamente, tem caracterizado a cultura e civilização modernas ocidentais.

Ressalte-se que deve haver uma corresponsabilidade da população frente a essa vigilância, trabalhando em conjunto com o poder público para a maior efetividade na promoção e proteção da saúde e do ambiente (OLIVEIRA et al., 2009).

Para analisar a percepção do grau de conservação ambiental de sua UPF, os agricultores atribuíram notas de zero a três, de acordo com os impactos sofridos nessas unidades, onde zero designa as unidades que apresentam impacto extremo, um equivale a alto impacto, dois indica unidades que sofreram baixo impacto e três as que apresentam impactos irrelevantes. Nenhum agricultor atribuiu a nota zero, pois não acreditam que suas UPF apresentam impactos ambientais extremamente altos. A nota um foi atribuída por 54,65% dos agricultores. A nota três foi imputada por 29,07% dos agricultores e a nota dois foi apontada em 16,31% das entrevistas.

Em relação à vegetação, a Reserva Legal é coletiva, e de acordo com 53,49% dos proprietários a floresta nativa encontra-se totalmente preservada, enquanto que 36,05% dos agricultores apontam que esta reserva encontra-se parcialmente preservada. Os demais agricultores familiares (10,46%), não quiseram ou não souberam responder a essa questão. Apesar da obrigatoriedade de preservação dessas áreas, essas não se encontram intactas, demonstrando que os agricultores têm alterado a paisagem local através da retirada de espécies arbóreas, principalmente para a utilização destas para a construção de infraestruturas, como cercas, currais, porteiras, etc,

De acordo com Guimarães et al. (2013), uma parcela considerável de agricultores assentados, consideram a reserva vegetal nativa preservada, e que esta preservação traz benefícios à comunidade, como a conservação de nascentes e demais cursos d'água.

A compreensão dos problemas ambientais pode ocorrer de forma diferenciada de acordo com as visões e posturas frente a essa questão. Assim, faz-se importante reconhecer a relação homem e este ambiente. Dessa forma, cada indivíduo percebe e responde de maneira diferente quando o assunto é o meio ambiente, o que resultam em percepções julgamentos e expectativas de cada indivíduo. No entanto, o que importa são os significados atribuídos à questão ambiental, porque são relevantes e altamente

expressivos, na medida em que as percepções se tornam a linguagem que o homem desenvolve para atuar na natureza e construir o seu espaço (TURENE, 2006).

Conclusão

Nesse estudo foi possível constatar diferentes percepções dos agricultores quanto ao ambiente ao qual estão inseridos. Ficou evidente a preocupação dos agricultores familiares quanto à conservação do meio ambiente, principalmente aos problemas ambientais causados pelo desmatamento, pela poluição de cursos d'água e pelo sumiço de nascentes. Entretanto, apesar da preocupação denotada, ficou evidente que o conhecimento quanto à conservação e preservação ambiental por parte dos agricultores é limitado, fato este evidenciado, quando se analisa os apontamentos controversos, em que se sentem culpados pela alteração da paisagem natural, através do desmatamento e ao mesmo tempo responsabilizam a sociedade civil e a classe política pela busca de soluções para a problemática ambiental.

Nessa perspectiva, esse estudo mostra a necessidade de atividades de educação ambiental voltadas aos agricultores familiares investigados visando que estes entendam e cumpram a legislação ambiental vigente e que compreendam a importância da conservação e preservação ambiental para a manutenção da vida.

Agradecimentos

Ao projeto de extensão: “Núcleo de extensão em Desenvolvimento Territorial da grande Cáceres: uma estratégia de desenvolvimento sustentável por meio de ações que fortaleçam a produção agroecológica, agroindustrialização, comercialização e a atuação das mulheres” financiado no âmbito do Edital CNPq/MDA/ SPM nº 11/2014 - Apoio a implantação e manutenção de núcleos de extensão em desenvolvimento territorial.

À Coordenação de Apoio ao Pessoal de Nível Superior - Capes pela concessão de bolsa de mestrado a autora deste texto.

Referências

AB' SÁBER, A. N. Bases para o estudo dos ecossistemas da Amazônia brasileira". **Estudos Avançados**, São Paulo, n. 45. 2002. p. 7-30.

AMÉRICO, J. H. P.; CARVALHO, S. L.; FREITAS LIMA, E. A. C.; ARAÚJO, C. A. M. Condições ambientais de propriedades agrícolas e percepção ambiental de produtores rurais da região de Dobrada – São Paulo, Brasil. **Holos Environment**, São Paulo, v. 12, n. 2. 2012. p. 241-249.

ANDRADE, M. C. **História das usinas de açúcar de Pernambuco**. 2 ed. Local: Ed. Universitária UFPE, 2001.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3 ed. São Paulo: Edições. 2004. 70 p.

BRAMBILLA, M. **Percepção ambiental de produtores rurais sobre o Parque Nacional da Serra da Bodoquena (MS) na perspectiva do desenvolvimento local**. 2007. 71 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande – MS, 2007.

BRASIL. Uso e Cobertura da Terra na Floresta Amazônica. Subprojeto 106/2004 do PROBIO. **Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais – FUNCATE**. 2004. p. 57-59.

BRASIL. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN). **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – 2012-2015**. Brasília: MDS/Consea, 2011.

BRASIL. Lei nº. 9.433 de 8 de janeiro de 1997. **Agência Nacional de Águas – ANA**. Ministério do meio Ambiente. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos. Disponível em: <http://www.ana.gov.br/legislação/docs/lei943320082008.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2016.

CASTELLO, L. A percepção em análises ambientais: o projeto MAB/UNESCO em Porto Alegre. In: DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. (Org). **Percepção Ambiental: a experiência brasileira**. São Paulo: Nobel, 2001. p. 23-60.

COSTA, C. C.; MAROTI, P. S. Utilização de recursos hídricos como estudo de percepção ambiental de alunos. **Encontro sergipano de educação ambiental**. 2008. p. 1-17.

CUNHA, L. H; COELHO, M. C. N. Política e Gestão Ambiental. In: CUNHA, S. B; GUERRA, A. J. T. (Org.) **A questão ambiental: diferentes abordagens**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. p. 43-80.

DALLE, S. P.; POTVIN, C. Conservation of useful plants: An evaluation of local priorities from two indigenous communities in eastern Panama. **Economic Botany**, New York, v. 58, n. 1.2004. p. 38-57.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar**, Curitiba: Editora UFPR, n. 24. 2004. p. 213-225.

FERREIRA, C. P. **Percepção ambiental na estação ecológica de Juréia-Itatins**. 2005. 161 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

FERREIRA, J. M. L.; LOVATO, P. E.; HUGO, R. G. Avaliação da sustentabilidade em cafeeiros através do uso de indicadores de qualidade do solo e saúde de cultivos. Resumos do II Congresso Brasileiro de Agroecologia. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Porto Alegre, v. 2, n. 1. 2007. p. 1593-1600.

FILIPINI, G. T. R. A educação ambiental em bacias hidrográficas: uma experiência nas escolas públicas do Rio do Peixe (SC). **Rev. eletrônica Mestrado Educação Ambiental**, v. especial, set., 2010.

GÓMEZ-POMPA, A.; KAUS, A. Domesticando o mito da natureza selvagem. In: DIEGUES, A. C. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza**. São Paulo: Hucitec, 2000.

GUIMARÃES, S. O.; PAULA, A. análise da percepção ambiental de produtores rurais do Assentamento Amaralina, Vitória da Conquista-BA. **Enciclopédia Biosfera**, Goiânia, v. 9, n. 16. 2013. p. 1662 - 1680.

HAUBRICHT, D. M.; FIORINI, F. A. Percepção Ambiental dos Moradores do Assentamento Vila Rural I do Município de Alta Floresta – MT. **Rev. Da Universidade Vale do Rio Verde**, Três Corações, v. 12, n. 1. jan./jul., 2014. p. 248 – 256.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/censo2010/>>. Acesso em: 15 de dezembro de 2015.

KIRSCH, H. M. **Sistemas produtivos e degradação ambiental: uma análise comparativa entre dois municípios no oeste do estado de Mato Grosso – MT**. Porto Alegre. 143 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

LEMONS, C. A.; GUERRA, T. Aspectos dos Usos da água, agrotóxicos e percepção ambiental no meio rural, Maquiné, RS, Brasil. **Revista online Geografia**, Porto Alegre, v. 13, n. 2. 2004. p. 103-116.

LIMA, G. F. C. Desenvolvimento, Ética e Educação Ambiental: problematizando a crise ética e as oportunidades de renovação. **Revista de Ciências Sociais**, n. 25, p. 127-164, 2006.

LOPES, M. M.; SILVA, A. M. R. C.; TEIXEIRA, D.; RIBEIRO, M. L. Dilemas ambiental nos assentamentos rurais: percepção e práticas ambientais. **Revbea**, São Paulo, v. 10, n. 2. 2015. p. 301-317.

MENEZES, J. P. C.; BERTOSI, A. P. A. Percepção ambiental dos produtores agrícolas e qualidade da água em propriedades rurais. **Rev. eletrônica Mestrado Educação Ambiental**, v. 27, jul./dez., 2011.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria método e criatividade**. 16 ed. Petrópolis: Vozes, 2000. 108p.

MOURÃO, A. R. T.; CAVALCANTE, S. Identidade de lugar. In: CAVALCANTE, S.; ELLAL, G. A. (Org.). **Temas básicos em Psicologia Ambiental**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011. p. 208-216.

NUCCI, J. C.; FÁVERO, O. A. Desenvolvimento Sustentável e Conservação da Natureza em Unidades de Conservação: o caso da Floresta Nacional de Ipanema (Iperó/SP). **R. RA'E GA**, local, n. 7. 2003. p. 63-77.

OLIVEIRA, C. P.; DANTAS FILHO, D. N.; GUIMARÃES, F. A.; OLIVEIRA, C. R. M.; BEZERRA, F. S. B. Tomada de decisão frente a problemas ambientais em uma comunidade rural de Mossoró, RN. In: Seminário Regional de Saúde, 4., João Pessoa, 2009. **Anais...** João Pessoa: CEM/FACENE/FAMENE, 2009.

PALMA, I. R. **Análise da Percepção Ambiental como Instrumento ao Planejamento da Educação Ambiental**. 2005. 67 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Minas, Metalúrgica e de Materiais) – Escola de Engenharia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

RIBEIRO, E. M.; OLIVEIRA, L. Ocupação e emprego na agropecuária mineira nos anos 90. **Revista de Economia Rural**, Viçosa/MG, v. 9, n. 6. abr./jun., 1999. p. 29-34.

SAKURAI, K. **Percepção ambiental de produtores rurais e condições sócio-econômico-ambientais de propriedades agropecuárias do município de Paulo de Faria** – SP. Trabalho de Conclusão de Curso. 2015. 40 f. (Graduação em Agronomia) - Faculdade de Engenharia. Universidade Estadual Paulista, Ilha Solteira/SP, 2015.

SCHIAVETTI, A., SCHILLING, A. C. E OLIVEIRA, H. T. Caracterização sócio-ambiental da bacia hidrográfica do rio Cachoeira, sul da Bahia, Brasil. In: SCHIAVETTI, A. e CAMARGO, A. F. M. **Conceitos de bacias hidrográficas: teorias e aplicações**. Ilhéus/BA: Editus, 2002, p. 141-162.

TORRES, D. F.; OLIVEIRA E. S. Percepção ambiental: instrumento para educação ambiental em unidades de conservação. **Revista eletrônica Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande/RS, v. 21. 2008. p. 227-235.

TUAN, Y. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: DIFEL, 1980.

WHYTE, A. V. T. Guidelines for Field Studies in Environmental Perception. UNESCO/ Paris, (**MAB Technical Notes 5**), 1977.

WOORTMANN, E. F.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: EdUnB, 1997. 121p.

CONCLUSÃO GERAL

A partir do diagnóstico social, econômico, político e ambiental dos agricultores familiares do polo sindical Nascentes das Águas Vale do Guaporé e Jauru, estabelecidos em nove municípios da região sudoeste de Mato Grosso, foi possível verificar que a região apresenta um grande número de agricultores familiares, grupos tradicionais e assentados da reforma agrária.

Quanto ao aspecto organizacional, os agricultores se encontram organizados na sua maioria em associações e em menor frequência em cooperativas. Entretanto, pertencer a entidades organizacionais, não tem garantido articulação a esses agricultores, pois na maioria dos casos, estas organizações são figurativas, existindo apenas para a captação de recursos, principalmente pelas prefeituras municipais.

É importante que esses agricultores familiares acessem políticas públicas que contribua de alguma maneira com o desenvolvimento da produção, geração de renda e que consequentemente garanta a reprodução desses agricultores familiares. Entretanto o que se observa é que essa adesão no Polo Sindical Nascentes das Águas Vale do Guaporé e Jauru, tem ocorrido de forma lenta.

As políticas acessadas por esses agricultores são: o PNATER, o PRONAF, o PAA, o PNAE, além de serem contemplados com a manutenção de estradas rurais, realizado através dos recursos do FETHAB. Apesar de acessarem a essas políticas, a maioria dos agricultores se esbarra na falta de informações adequadas e na burocracia para acesso de tais políticas, o que cria uma barreira entre tais agricultores e as políticas públicas voltadas a esse segmento social.

No assentamento Seringal, localizado no município de Vila Bela da Santíssima Trindade, a heveicultura foi a principal atividade desenvolvida pelos agricultores familiares em 2014. Apesar da extração de látex ser uma boa opção para a geração de renda e permanência do agricultor em seus lotes de produção, a atividade está sujeita a oscilações de preço, o que se transformou em um grande problema a esses agricultores, que se viram obrigados a buscar outra fonte de renda. Assim, partir do ano de 2015 essa atividade passou a ser secundária devido à queda drástica do valor pago pelo quilo da borracha natural. Além dessa redução, a falta de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento e exploração de seringais plantados atrapalha o setor nesse momento de crise.

Dentro dessa premissa, os agricultores familiares passaram a diversificar sua produção, para a garantia de renda e disponibilidade de alimentos para autoconsumo. As atividades voltadas para a produção visando à auto alimentação, são desenvolvidas majoritariamente pelas mulheres. Os agricultores familiares que possui um sistema diversificado tiveram maior facilidade para o enfrentamento dessa crise da borracha.

Quanto à produção de autoconsumo, esta vem se estabelecendo no assentamento Seringal, como forma de garantia ao que eles chamam de “segurança alimentar” ou disponibilidade básica de alimentos. A presença de hortas, pomares, culturas anuais, bem como a criação de pequenos animais tem contribuído para a oferta de alimentos em quantidade satisfatória, com a redução de despesas, e com a geração de renda para essas famílias, que encontrou nessa produção uma forma de se reproduzirem no campo.

Para o desenvolvimento de uma agricultura econômica e socialmente viável, deve-se versar a conservação ambiental, em que esses agricultores familiares devem cumprir as regulamentações ambientais vigentes. Entretanto, para os agricultores familiares, estas legislações limitam a exploração da área, pois o processo de uso e ocupação da terra baseado no desflorestamento e no manejo desordenado do solo, tem gerado conflitos entre os objetivos de recuperação ambiental e de reprodução socioeconômica dos agricultores familiares assentados sobre áreas de elevadas restrições ambientais.

Foi possível constatar distintas percepções desses agricultores familiares com relação ao ambiente, em que a preocupação destes quanto à conservação do meio ambiente, principalmente aos problemas ambientais causados pelo desmatamento, pela poluição de cursos d’água e pelo sumiço de nascentes, sendo considerado por eles essencial para a manutenção da vida é evidenciada.

Os agricultores familiares do assentamento Seringal, não se consideram aptos para enfrentar a problemática da degradação ambiental, sozinhos e que anseiam por soluções em conjunto com a sociedade civil.